



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LEONARDO RODRIGUES DE MORAIS

**O QUE EXPLICA O ALINHAMENTO AO GOVERNO NO  
SENADO FEDERAL?**

*Uma análise dos determinantes do alinhamento parlamentar  
(1999-2021)*

Brasília-DF  
2025

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LEONARDO RODRIGUES DE MORAIS

**O QUE EXPLICA O ALINHAMENTO AO GOVERNO NO SENADO FEDERAL?**  
*Uma análise dos determinantes do alinhamento parlamentar (1999-2021)*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de doutor em Ciência Política.

---

Dr. ANDRE BORGES DE CARVALHO, UnB

Presidente (Orientador)

---

Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI, UFPA

Examinador Externo à Instituição

---

Dr. PEDRO JOSE FLORIANO RIBEIRO, UFSCAR

Examinador Externo à Instituição

---

Dr. ADRIAN NICOLAS ALBALA YOUNG, UnB

Examinador Interno

Brasília-DF  
2025

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir esta tese, não posso deixar de registrar meu profundo agradecimento ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), espaço que me acolheu e me proporcionou formação, debate crítico e amadurecimento intelectual ao longo de todo este percurso. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que tornou possível a dedicação integral à pesquisa.

Meu reconhecimento especial ao professor Dr. André Borges, orientador atento e rigoroso, por seu apoio intelectual, pela confiança no meu trabalho e pelas valiosas contribuições ao longo do processo.

Meus agradecimentos também se estendem aos professores que contribuíram para a minha formação no IPOL: Frederico Bertholini, Lúcio Rennó e Adrian Albala, cujas aulas e conversas ajudaram a moldar meu percurso acadêmico.

Sou igualmente grato aos colegas que, direta ou indiretamente, me acompanharam nesta trajetória. Em especial, agradeço a Ranulfo Paranhos, Willber Nascimento, José Alexandre, Albany Lima, Hesaú Rômulo, Leonardo Leal, Denisson Silva e Erickson Cacheiros, por cada troca, incentivo, leitura e parceria ao longo do caminho.

Agradeço, com todo o carinho, à minha companheira Taynara Gomes, por sua paciência, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos — inclusive nos mais difíceis.

Por fim, sei que seria impossível nomear todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que esta tese se tornasse realidade. Certamente deixo nomes importantes de fora, mas a cada um e cada uma que me ajudou nessa caminhada, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

O que explica o alinhamento ao governo no Senado Federal? O objetivo desta tese é compreender como fatores institucionais, eleitorais, ideológicos e socioeconômicos influenciam o comportamento dos senadores nas votações de interesse governo. Para isso, analiso o impacto de variáveis como a participação na coalizão governamental, a diferença ideológica em relação ao presidente, a margem de segurança eleitoral, o tempo restante de mandato parlamentar, o número de mandatos, a experiência prévia em cargos eletivos, os anos de eleição presidencial e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A pesquisa utiliza dados de votações nominais do Senado Federal (1999-2021) e dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes ao período de 1994 a 2018. Emprego a técnica estatística de Equações de Estimação Generalizadas (EEG) para estimar o efeito de um conjunto de variáveis independentes e de controle sobre a variável dependente. Os resultados indicam que a participação na coalizão governamental e a diferença ideológica são os principais determinantes do alinhamento parlamentar. O IDHM também se mostrou consistente, revelando que senadores de estados com maior índice de desenvolvimento humano tendem a apresentar maior independência em relação ao governo. O ano de eleição presidencial reduz o alinhamento, confirmando que o último ano de governo é um período crítico em termos de apoio legislativo. Já a margem de segurança eleitoral exerce efeito condicionado: entre governistas, vitórias mais folgadas reduzem o alinhamento, mas esse padrão não se confirma de forma robusta entre oposicionistas. Variáveis como número de mandatos, experiência prévia e anos até o fim do mandato não apresentaram efeitos estatisticamente significativos em todos os modelos. Esses achados contribuem para a literatura sobre comportamento legislativo ao demonstrar que, embora fatores eleitorais e institucionais importem, os principais mecanismos de coordenação no presidencialismo de coalizão brasileiro permanecem ancorados na clivagem governo-oposição e na dimensão ideológica, com condicionamentos importantes decorrentes do contexto socioeconômico e eleitoral.

**Palavras-chave:** Senado Federal; alinhamento parlamentar; presidencialismo de coalizão; ideologia partidária; comportamento legislativo.

## ABSTRACT

What explains government alignment in the Brazilian Federal Senate? The objective of this dissertation is to examine how institutional, electoral, ideological, and socioeconomic factors shape senators' behavior in roll-call votes on issues of interest to the Executive. To this end, I analyze the impact of variables such as participation in the governing coalition, ideological distance from the president, electoral margin of victory, time remaining in a senator's term, number of terms served, prior elective experience, presidential election years, and the Municipal Human Development Index (IDHM). The analysis draws on roll-call data from the Federal Senate (1999–2021) and electoral data from the Superior Electoral Court (TSE) covering the period from 1994 to 2018. I employ Generalized Estimating Equations (GEE) to estimate the effects of a set of independent and control variables on the dependent variable. The results show that participation in the governing coalition and ideological distance are the most consistent determinants of legislative alignment. The IDHM also proves to be significant, revealing that senators from more socioeconomically developed states tend to display greater independence from the government. Presidential election years reduce alignment, confirming that the final year of a presidential term is a particularly critical period for securing legislative support. The effect of electoral margin of victory is conditional: among coalition members, larger margins of victory are associated with greater independence from the government, but this pattern does not hold robustly among opposition senators. By contrast, variables such as number of terms, prior elective experience, and time remaining in a senator's term do not yield statistically significant results across models. These findings contribute to the literature on legislative behavior by demonstrating that, while electoral and institutional factors matter, the primary mechanisms of coordination in Brazil's coalitional presidentialism remain rooted in the government–opposition cleavage and in ideological distance, with important conditioning effects stemming from electoral and socioeconomic contexts.

**Keywords:** Federal Senate; legislative alignment; coalition presidentialism; partisan ideology; legislative behavior.

## **LISTA DE SIGLAS**

|           |                                            |
|-----------|--------------------------------------------|
| CIDADANIA | Cidadania                                  |
| DEM       | Democratas                                 |
| FHC       | Fernando Henrique Cardoso                  |
| EEG       | Estimação de Equações Generalizadas        |
| IDHM      | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| MP        | Medida Provisória                          |
| NEP       | Número Efetivo de Partidos                 |
| PEC       | Projeto de Emenda à Constituição           |
| PL        | Partido Liberal                            |
| PL        | Projeto de Lei                             |
| PLP       | Projeto de Lei Complementar                |
| PLV       | Projeto de Lei de Conversão                |
| PMN       | Partido da Mobilização Nacional            |
| PODEMOS   | Podemos                                    |
| PP        | Partido Progressistas                      |
| PROS      | Partido Republicano da Ordem Social        |
| PSB       | Partido Socialista Brasileiro              |
| PDT       | Partido Democrático Trabalhista            |
| PDT       | Partido Trabalhista Brasileiro             |
| PSL       | Partido Social Liberal                     |
| PSDB      | Partido da Social Democracia Brasileira    |
| PSD       | Partido Social Democrático                 |
| PSOL      | Partido Socialismo e Liberdade             |
| PT        | Partido dos Trabalhadores                  |
| PTB       | Partido Trabalhista Brasileiro             |
| PV        | Partido Verde                              |
| REDE      | Rede Sustentabilidade                      |
| RP        | Representação Proporcional                 |
| TSE       | Tribunal Superior Eleitoral                |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1:</b> Número Efetivo de Partidos (NEP) no Senado Federal (1999-2021).....                                                                                                  | 32  |
| <b>Gráfico 2:</b> Ideologia dos partidos brasileiros no Senado Federal (1994-2018).....                                                                                                | 33  |
| <b>Gráfico 3:</b> Porcentagem de Sucesso dos Incumbentes e Desafiantes ao Senado Federal (1998-2018). ....                                                                             | 45  |
| <b>Gráfico 4:</b> Porcentagem de contestação nas votações por tipo de matéria e governo. ....                                                                                          | 71  |
| <b>Gráfico 5:</b> Porcentagem dos votos dados por partido na legislatura. ....                                                                                                         | 75  |
| <b>Gráfico 6:</b> Exemplo da distribuição boxplot. ....                                                                                                                                | 78  |
| <b>Gráfico 7:</b> Distribuição dos votos dados pelos partidos por legislatura. ....                                                                                                    | 79  |
| <b>Gráfico 8:</b> Comparando a distribuição das votações por tamanho dos partidos.....                                                                                                 | 80  |
| <b>Gráfico 9:</b> Porcentagem de cadeiras ocupadas por posicionamento político no Senado (1999-2021). ....                                                                             | 83  |
| <b>Gráfico 10:</b> Partidos que integraram a coalizão governamental do governo FHC II (PSDB) .....                                                                                     | 85  |
| <b>Gráfico 11:</b> Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Lula I e II (PT) .....                                                                                  | 87  |
| <b>Gráfico 12:</b> Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Rousseff I e II (PT).....                                                                               | 90  |
| <b>Gráfico 13:</b> Diferença ideológica (heterogeneidade) das coalizões governamentais no Senado (1999-2021). ....                                                                     | 91  |
| <b>Gráfico 14:</b> Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Temer (MDB) e Bolsonaro (PL) .....                                                                      | 92  |
| <b>Gráfico 15:</b> Efeito Marginal da Diferença Ideologia Condicional à Posição na Coalizão (Não) – Modelo 2 ( $y$ = Alinhamento Parlamentar). ....                                    | 101 |
| <b>Gráfico 16:</b> Efeito Marginal da Margem de Segurança Condicional à Posição na Coalizão (Não) – Modelo 2 ( $y$ = Alinhamento Parlamentar). ....                                    | 102 |
| <b>Gráfico 17:</b> Efeitos Marginais de Anos até fim Mandato (1) e Número de Mandatos (2), condicionados à posição na coalizão (Não) – Modelo 3 ( $y$ = Alinhamento Parlamentar). .... | 104 |
| <b>Gráfico 18:</b> Histograma da distribuição da variável dependente ( $Y$ ). Distribuição sem ajuste (a) e ajustada (b) – modelo (1).....                                             | 122 |
| <b>Gráfico 19:</b> Gráfico de dispersão entre a variável dependente ( $y$ ) ajustada e sem ajuste. ....                                                                                | 123 |
| <b>Gráfico 20:</b> Histograma da distribuição da variável dependente ( $Y$ ) – modelos (1 e 2)..                                                                                       | 124 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 21:</b> Porcentagem de votos nominais dos partidos com representação no Senado entre 1999 e 2021 ..... | 125 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1:</b> Resumo do desenho de pesquisa.....                                                                                             | 51 |
| <b>Quadro 2:</b> Resumo das variáveis.....                                                                                                      | 51 |
| <b>Quadro 3:</b> Atualização das siglas partidários. ....                                                                                       | 61 |
| <b>Quadro 4:</b> Classificação do sucesso (voto alinhado) e fracasso (voto não alinhado) do governo nas votações com base no voto do líder..... | 62 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1:</b> Número e porcentagem das votações e projetos sem corte de 10% no Senado Federal (1999-2021). .....                           | 66  |
| <b>Tabela 2:</b> Número e porcentagem das votações e projetos após corte de 10% no Senado Federal (1999-2021). .....                          | 67  |
| <b>Tabela 3:</b> Número total e porcentagem das votações por tipo de matérias e quórum após o corte de 10%. .....                             | 69  |
| <b>Tabela 4:</b> Partidos que ocuparam a presidência do Senado entre 1999 a 2021. ....                                                        | 76  |
| <b>Tabela 5:</b> Tamanho do partido nas votações .....                                                                                        | 79  |
| <b>Tabela 6:</b> Modelo de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) para prever o alinhamento parlamentar em relação ao governo. ....      | 99  |
| <b>Tabela 7:</b> Medidas resumo da variável dependente (Y): porcentagem alinhamento – para os dados sem ajuste e ajustados – modelo (1). .... | 123 |
| <b>Tabela 8:</b> Coeficiente de correlação entre a variável dependente com ajuste (a) e sem ajuste (b). ....                                  | 124 |
| <b>Tabela 9:</b> Medidas resumo da variável dependente (Y): porcentagem alinhamento – dados ajustados modelos (2 e 3). ....                   | 124 |

# 1 SUMÁRIO

|                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                    | <b>13</b> |
| <b>2 O SENADO NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: GOVERNABILIDADE, COMPORTAMENTO LEGISLATIVO E IDEOLOGIA</b>                   | <b>22</b> |
| 2.1 O Papel do Senado no Presidencialismo de Coalizão: Instituições, Incentivos e Comportamento legislativo .....           | 22        |
| 2.2 Governabilidade, relação Executivo-Legislativos e ideologia.....                                                        | 31        |
| 2.3 Estratégias legislativas e o papel da incumbência.....                                                                  | 38        |
| 2.1 Considerações finais.....                                                                                               | 47        |
| <b>3 METODOLOGIA, DADOS E DESENHO DE PESQUISA .....</b>                                                                     | <b>49</b> |
| 3.1 Introdução .....                                                                                                        | 49        |
| 3.2 Resumo do desenho de pesquisa e procedimentos metodológicos .....                                                       | 50        |
| 3.3 <i>Técnica estatística - Equações de Estimação Generalizadas (EEG)</i> .....                                            | 52        |
| 3.4 Coleta e processamento dos dados .....                                                                                  | 54        |
| 3.4.1 <i>Banco de dados de votação nominal – (Senado Federal)</i> .....                                                     | 54        |
| 3.4.2 <i>Dados legislativo sobre coalizões de governo</i> .....                                                             | 56        |
| 3.4.3 <i>Tribunal Superior Eleitoral – (TSE)</i> .....                                                                      | 58        |
| 3.4.4 <i>Banco de dados de Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros</i> .....                                      | 59        |
| <b>4 DESVENDANDO O SENADO: VOTAÇÕES, GOVERNO E IDEOLOGIA.....</b>                                                           | <b>63</b> |
| 4.1 Análise descritiva dos dados do Senado .....                                                                            | 63        |
| 4.2 Explorando as votações no Senado .....                                                                                  | 65        |
| 4.3 Distribuição percentual das votações nominais por partido.....                                                          | 73        |
| 4.4 O tamanho dos partidos nas votações .....                                                                               | 77        |
| 4.5 Coalizão e Ideologia dos partidos no Senado .....                                                                       | 81        |
| Considerações Finais.....                                                                                                   | 93        |
| <b>5 ESTIMANDO O ALINHAMENTO AO GOVERNO NO SENADO FEDERAL</b>                                                               | <b>95</b> |
| 5.1 Técnica estatística – Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) .....                                                 | 95        |
| 5.2 Modelos de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) para prever o alinhamento parlamentar em relação ao governo..... | 95        |
| 5.3 Apresentação dos resultados .....                                                                                       | 97        |
| 3.1 Avaliação das hipóteses .....                                                                                           | 104       |

|                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b> | <b>107</b> |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... | 112        |
| APÊNDICES .....                  | 122        |

# 1 INTRODUÇÃO

Parte da produção acadêmica recente sobre o Senado Federal brasileiro tem se concentrado na análise de seu funcionamento institucional e na sua relação com o Executivo e os partidos políticos (COUTO; ALBALA, 2023; DA SILVA JÚNIOR et al., 2020; DESPOSATO, 2006; HIROI, 2013; NEIVA, 2006, 2011; NEIVA; SOARES, 2013; PAULA, 2016; RUBIATTI, 2017; SANTOS; LOPES, 2023). Contudo, algumas áreas permanecem pouco exploradas. É o caso dos estudos empíricos sobre a conexão eleitoral no contexto brasileiro, praticamente inexistentes. Além disso, a literatura que aborda o comportamento dos senadores em relação ao governo ainda é incipiente, e a compreensão dos efeitos de características institucionais e de trajetória de carreira sobre a dinâmica em plenário carece de maior aprofundamento.

O objetivo principal desta tese é compreender os fatores que explicam o alinhamento dos senadores ao governo. A maior parte dos trabalhos sobre alinhamento parlamentar foca exclusivamente na Câmara dos Deputados, deixando o Senado Federal em segundo plano. Apesar de possuírem poderes e atribuições similares, deputados e senadores são escolhidos por regras eleitorais distintas, possuem tempo de mandato superior aos dos deputados (quatro e oito anos respectivamente), além de prerrogativas exclusivas<sup>1</sup>. Apesar disso, não é incomum encontrar análises que focam exclusivamente em uma Casa e generalizam seus resultados para o Congresso Nacional, como se senadores e deputados compartilhassem os mesmos incentivos, restrições e horizontes temporais.

Portanto, a relevância desta pesquisa reside em sua contribuição empírica e incremental para a literatura em Ciência Política sobre comportamento legislativo e relações Executivo-Legislativo no Brasil. O trabalho oferece uma análise da dinâmica da governabilidade, considerando a clivagem governo-oposição e os padrões de atuação e orientação ideológica no Senado. Utilizamos tanto variáveis inéditas quanto variáveis já consolidadas na literatura, porém exploradas sob nova perspectiva analítica, proporcionando contribuições originais ao conhecimento acumulado sobre o comportamento legislativo no

---

<sup>1</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1997/10/10/as-atribuicoes-privativas-do-senado-federal>. Acesso em: 29 ago. 2025.

Brasil, especialmente no contexto do Senado Federal ao longo do período democrático recente.

Diante disso, esta tese se orienta pela seguinte questão central de pesquisa: quais fatores explicam o alinhamento parlamentar ao governo no Senado Federal brasileiro? Este trabalho está organizado da seguinte maneira: na Introdução, realizo uma breve contextualização da literatura e apresento as hipóteses; o Capítulo 2 apresenta o arcabouço teórico; o Capítulo 3 descreve a metodologia, dados e variáveis utilizadas; o Capítulo 4 traz uma análise descritiva das votações, matérias legislativas e composição das coalizões ao longo do período analisado; o Capítulo 5 apresenta os resultados dos modelos de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) e a avaliação das hipóteses; e, por fim, o trabalho se encerra com as considerações finais.

Nos parágrafos seguintes, apresento uma breve contextualização da literatura e formulo as hipóteses que serão avaliadas no Capítulo 5.

Após a reabertura democrática brasileira e, especialmente, a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país seguiu um processo de estabilização democrática marcado pelo constante debate sobre o "dilema da governabilidade". Este conceito refere-se à eficácia dos poderes Legislativo e Executivo na elaboração e implementação de programas e políticas públicas, bem como à capacidade do governo de concretizar tais iniciativas (ABRANCHES, 1988; AMES, 2003; AMORIM NETO, 2000, 2006; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011). Três décadas após a primeira eleição presidencial sob a égide da nova Carta Constitucional, dos cinco presidentes eleitos no período democrático recente (1989-2023), dois foram destituídos por meio de processos de *impeachment*. Mesmo dispondo de ferramentas institucionais como Medidas Provisórias, poderes orçamentários e postos ministeriais, esses presidentes não conseguiram evitar a perda de seus cargos, apesar da "caixa de ferramentas" institucional à sua disposição (RAILE; PEREIRA; POWER, 2011).

Este cenário levanta uma questão central: se até mesmo presidentes politicamente hábeis e com maiorias expressivas enfrentam dificuldades para implementar suas agendas, necessitando frequentemente negociar no varejo com partidos pequenos de ideologia divergente, o que esperar de presidentes que não demonstram capacidade suficiente para

gerenciar os recursos disponíveis? (AMES, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; NICOLAU, 2000; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011).

Parte da literatura, notadamente Ames (2003) e Mainwaring (2001), atribui às variáveis institucionais, especialmente aquelas relacionadas ao sistema eleitoral brasileiro, os incentivos que favorecem candidaturas centradas na figura do candidato em detrimento do partido. O sistema eleitoral proporcional com lista aberta, associado ao multipartidarismo e a partidos fracos, ideologicamente amorfos e com organizações internas frágeis, seria incapaz de impor penalidades severas ao comportamento desviante dos parlamentares, resultando em políticos indisciplinados. Assim, a filiação partidária teria mais caráter estratégico-eleitoral do que ideológico-programático, criando um sistema atomizado onde os indivíduos priorizam objetivos pessoais em detrimento de benefícios coletivos partidários (AMES, 2003; MAINWARING, 2001; OLSON, 2011).

Contrapondo-se ao prognóstico de ingovernabilidade derivado do sistema eleitoral brasileiro, Figueiredo e Limongi (2001, 2007, 2017) analisaram os padrões de votação na Câmara dos Deputados e observaram que o comportamento legislativo em plenário apresenta semelhanças com o de regimes parlamentaristas. As decisões em plenário demonstram estabilidade, permitindo prever os resultados das votações com relativa segurança. Os parlamentares, em média, comportam-se de maneira disciplinada, seguindo a orientação de suas lideranças partidárias, que dispõem de mecanismos para induzir a disciplina e punir comportamentos desviantes (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; LYNE, 2008; NICOLAU, 2000). Complementarmente, Desposato (2006), ao comparar a força dos partidos na Câmara e no Senado, não encontrou diferenças significativas entre as agremiações legislativas, apesar dos diferentes incentivos eleitorais em cada Casa.

Esses achados contrariam o diagnóstico pessimista que caracteriza os partidos como meros agrupamentos de políticos voltados prioritariamente para suas demandas individuais. Segundo Carey (2007), para garantir a disciplina partidária, as lideranças administram uma combinação de "carrots and sticks" (incentivos e punições), recompensando o comportamento disciplinado e punindo comportamentos indisciplinados. Melo e Batista (2012) acrescentam que, embora as lideranças no Senado também disponham de mecanismos para controlar suas bancadas, tais instrumentos são mais presentes na Câmara dos Deputados. De maneira complementar, é importante destacar que Limongi e Figueiredo

(2017) reforçam a interpretação segundo a qual o funcionamento do Congresso brasileiro deve ser entendido a partir da lógica partidária. Para os autores, as políticas produzidas em governos de coalizão resultam de compromissos firmados entre o Executivo e os partidos da base, contrapondo-se as interpretações que reduzem a atuação parlamentar a práticas particularistas ou meramente distributivas.

Nas últimas décadas, o presidencialismo de coalizão brasileiro passou por mudanças expressivas que desafiam sua configuração tradicional. Ao reexaminarem o debate institucional sobre as teses que veem na combinação entre presidencialismo e multipartidarismo as origens das crises políticas vivenciadas no Brasil. Limongi e Figueiredo (2017) argumentam a crise política recente não decorre apenas de falhas institucionais, mas também da intensificação da polarização e de estratégias políticas específicas que fragilizaram a governabilidade. Abranches (2021) ressalta que as eleições de 2018 foram disruptivas ao romperem o eixo PT-PSDB que estruturava a disputa política desde 1994, produzindo um sistema mais fragmentado e instável, no qual presidentes enfrentam maiores dificuldades para formar maiorias consistentes. Adicionalmente, Rey (2023) destaca que o Congresso se fortaleceu devido a reformas institucionais, como a aprovação das emendas impositivas e a ampliação do controle parlamentar sobre o orçamento. Essa mudança alterou o balanço de poder, exigindo que os presidentes adotem novas estratégias de negociação. O conjunto dessas transformações reforça a percepção de que a formação de coalizões estáveis se tornou mais cara e incerta .

As votações nominais constituem um instrumento crucial para compreender a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo em regimes democráticos. Elas revelam o alinhamento, a coesão e as preferências tanto dos partidos quanto dos parlamentares individualmente. Ao contrário das votações simbólicas – nas quais os parlamentares permanecem em suas posições quando favoráveis ou se manifestam quando contrários – as votações nominais exigem posicionamento público e explícito, tornando as decisões mais transparentes e, potencialmente, mais custosas politicamente (AMORIM NETO, 2000). Quando realizadas por chamada individual, as votações nominais podem ser mais demoradas, especialmente se ocorrerem após uma votação simbólica e forem requisitadas por algum parlamentar. Este procedimento obriga os parlamentares a se posicionarem novamente, transformando-se em importante ferramenta de obstrução à disposição da

oposição, capaz de retardar ou mesmo impedir a aprovação de projetos (AMORIM NETO, 2000).

Assim, as votações nominais constituem um indicador apropriado para examinar o conflito entre governo e oposição, revelando o grau de alinhamento dos parlamentares em relação às preferências do Executivo, expressas pela orientação do líder governista. Além disso, permitem identificar e analisar detalhadamente os parlamentares que divergem das orientações da liderança governamental ou partidária, proporcionando uma visão abrangente das dinâmicas que permeiam as preferências políticas.

O alinhamento dos senadores ao governo é um fenômeno multidimensional, influenciado por fatores institucionais, eleitorais e individuais, que tem sido objeto de investigação sistemática nas literaturas nacional e internacional (AMES, 1995, 2003; AMORIM NETO, 2000; CAREY, 2007; CAREY; SHUGART, 1995; DESPOSATO, 2006; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; FIORINA, 1977; JACOBSON; CARSON, 2019; JR, 1977; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; LYNE, 2008; MAYHEW, 1974; MELO; BATISTA, 2012; NEIVA, 2011; NICOLAU, 2000; PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022; PEREIRA; RENNO, 2007; ZUCCO; POWER, 2023). Compreender esse comportamento requer análise em múltiplos níveis, considerando a dinâmica do presidencialismo de coalizão brasileiro, o multipartidarismo, as características institucionais do sistema eleitoral e as dinâmicas políticas locais.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar os fatores que explicam o alinhamento dos senadores ao governo federal entre as 51ª e 56ª legislaturas (1999-2021). Diferente da maioria dos estudos sobre conexão eleitoral, que concentram sua atenção quase exclusivamente na Câmara dos Deputados, esta tese se debruça sobre o Senado, uma instituição ainda pouco explorada pela literatura especializada no Brasil. Ao incorporar variáveis institucionais, eleitorais e de carreira, o trabalho busca compreender em que medida esses fatores influenciam o comportamento dos senadores em plenário, além de analisar o efeito da margem de segurança eleitoral sobre o alinhamento em relação ao governo, contribuindo assim para preencher uma lacuna relevante no debate acadêmico.

Para atingir esse objetivo, proponho quatro hipóteses principais:

**Hipótese 1:** Quanto maior o nível de segurança eleitoral de um senador, menor será seu alinhamento com o governo, tanto entre governistas quanto entre oposicionistas.

Esta hipótese postula que a margem de segurança eleitoral<sup>2</sup> – mensurada pela diferença percentual de votos entre o primeiro e o segundo colocados em distritos uninominais ( $M = 1$ ) e entre o segundo e o terceiro colocados em distritos plurinominais ( $M > 1$ ) – influencia o comportamento legislativo dos senadores. Senadores com maior segurança eleitoral tenderiam a adotar postura mais independente em suas votações (CAREY, 2007; LYNE, 2008; MAYHEW, 1974). Quando na oposição, esse perfil de parlamentar seria mais propenso a votar consistentemente contra o governo, enquanto na coalizão governamental, seu padrão de votação poderia alternar entre apoio e oposição. Maior segurança eleitoral reduziria os incentivos para alinhamento ao governo em busca de recursos, enquanto elevada insegurança eleitoral levaria os senadores a priorizarem o alinhamento governamental para atender às demandas de seus distritos (DESPOSATO, 2004, 2006; PEREIRA; MUELLER, 2003).

**Hipótese 2:** Quanto maior o número de mandatos do senador, menor tende a ser seu alinhamento com o governo.

As vantagens da incumbência são amplamente documentadas na literatura (AVELINO FILHO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2021; FIORINA, 1977; JACOBSON; CARSON, 2019; MAYHEW, 1974; PETROCIK; DESPOSATO, 2004; SILVA JUNIOR et al., 2020). Geralmente, atribui-se vantagem ao titular (incumbente) quando este busca reeleição no mesmo distrito (PETROCIK; DESPOSATO, 2004). Avelino Filho et al. (2021) definem essa vantagem como o aumento (ou diminuição) da probabilidade de reeleição resultante da ocupação prévia do cargo. Os incumbentes dispõem de benefícios inerentes ao mandato, permitindo-lhes cultivar o voto pessoal através de vantagens como acesso a recursos financeiros, exposição midiática e influência no processo decisório (AVELINO FILHO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2021; FIORINA, 1977; JACOBSON; CARSON, 2019; MAYHEW, 1974). Se a literatura sobre "incumbency advantage" estiver correta, espera-se que incumbentes apresentem maior segurança eleitoral e comportamento

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, a margem de segurança eleitoral refere-se à diferença percentual de votos entre o primeiro e o segundo colocados, quando a magnitude do distrito é igual a 1; e entre o segundo e o terceiro colocados, quando a magnitude do distrito é igual a 2.

legislativo mais independente. Para análise, o *status* parlamentar<sup>3</sup> será categorizado em dois grupos: incumbentes e desafiantes.

**Hipótese 3:** A diferença ideológica exerce um efeito negativo sobre o alinhamento parlamentar.

Conforme Bolognesi et al. (2022), a ideologia funciona como atalho cognitivo na tomada de decisão de voto e como diretriz para partidos no exercício do poder. Zucco (2009) argumenta que os padrões de votação parlamentar no Brasil frequentemente se distanciam das preferências ideológicas devido à influência presidencial, que utiliza recursos e nomeações como ferramentas de persuasão (CHAISTY; CHEESEMAN; POWER, 2012; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011). Há indícios de que a relevância ideológica tem diminuído ao longo do tempo, especialmente entre partidos da coalizão, que tendem a ser mais favoráveis ao governo do que sua ideologia sugeriria.

Adicionalmente, Pereira, Bertholini e Melo (2022) argumentam que não apenas o tamanho da maioria explica o custo de governar, mas sobretudo a incongruência ideológica, compreendida como a distância entre as preferências da coalizão presidencial e a mediana do Congresso. Portanto, para os autores, quanto maior essa distância, mais elevados tendem a ser os custos de coordenação e manutenção da coalizão, independentemente do tamanho nominal da maioria ou até mesmo dos poderes institucionais conferidos ao presidente (PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022). Como demonstrado por Pereira, Bertholini e Melo (2022), fatores ideológicos continuam relevantes como fator explicativo para a governabilidade. Diante disso, para testar essa a terceira hipótese, utilizo a distância ideológica entre o partido do senador e o partido do presidente. A expectativa é que senadores com maiores diferenças ideológicas tendam a alinhar-se menos com o governo, especialmente quando não integram a coalizão.

**Hipótese 4:** Senadores em início de mandato tendem a ser mais independentes, enquanto senadores próximos do final do mandato apresentam maior alinhamento com o governo.

---

<sup>3</sup> O *status* parlamentar, nesta pesquisa, representa a posição ocupada pelo senador no momento da análise. Quando incumbente, o parlamentar está em seu segundo mandato consecutivo; quando desafiante, trata-se de um senador que ocupa uma vaga no Senado pela primeira vez ou que, após ter se afastado para assumir outro cargo, retorna para disputar novamente a cadeira.

O decurso do mandato presidencial tem sido bem documentado pela literatura especializada (AMORIM NETO, 2000; DARRIEUX, 2019; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011); no entanto, ainda não há estudos sobre a atuação dos parlamentares, em especial dos senadores, em relação ao início de mandato ou à medida que se aproxima o término de seus mandatos. Senadores em início de mandato tendem a ser mais independentes em relação ao governo do que aqueles em fim de mandato? Essa é uma questão que ainda não foi analisada pela literatura e será investigada posteriormente nesta tese.

Uma distinção central entre deputados e senadores reside na duração de seus mandatos, o que pode definir horizontes temporais distintos para a atuação política de cada parlamentar. Os senadores possuem um mandato de oito anos, enquanto os deputados, de apenas quatro. A renovação no Senado acontece parcialmente a cada quatro anos, e são renovados alternadamente  $\frac{1}{3}$  (27 cadeiras) e  $\frac{2}{3}$  (54 cadeiras) das suas 81 cadeiras. Ou seja, uma e duas vagas, respectivamente, por estado, e cada estado possui três representantes, independentemente do tamanho do seu território e da sua população (NICOLAU, 2015). Já os deputados precisam renovar os seus mandatos a cada quatro anos e por um sistema eleitoral distinto do que elege os senadores – enquanto os deputados são eleitos pelo sistema de representação proporcional com lista aberta, os senadores utilizam o sistema de votação majoritário. Portanto, em períodos eleitorais, apenas parte dos senadores precisa disputar um novo mandato, enquanto, no mesmo período, todos os deputados buscam renovação. Essa diferença gera incentivos e restrições distintas tanto entre deputados e senadores quanto entre os próprios senadores que concorrem à reeleição e aqueles que não concorrem.

Se partimos do pressuposto de que a reeleição é o objetivo principal de cada parlamentar (DOWNS, 2018; MAYHEW, 1974; SIEBERER, 2006) e de que os senadores são atores racionais que respondem aos incentivos e restrições institucionais do ambiente em que atuam, sua atuação pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais moldadas pelas condições específicas de cada contexto (NORT, 2018; OLSON, 2011; SIEBERER, 2006). Portanto, senadores que precisam disputar um novo mandato possuem maiores incentivos para buscar recursos para suas bases eleitorais, adotando, assim, um comportamento mais governista. Desse modo, espera-se que, à medida que o mandato do senador avance, ele se torne mais governista, uma vez que os presidentes dispõem de poder orçamentário, cargos e nomeações, utilizando esses recursos para gerir suas coalizões, em virtude que tais mecanismos são fundamentais para a atuação parlamentar (BAIÃO;

COUTO; JUCÁ, 2018; BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a; CHAISTY; CHEESEMAN; POWER, 2012; PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011; VASSELAI; MIGNOZZETTI, 2014).

## **2 O SENADO NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: GOVERNABILIDADE, COMPORTAMENTO LEGISLATIVO E IDEOLOGIA**

### **2.1 O Papel do Senado no Presidencialismo de Coalizão: Instituições, Incentivos e Comportamento legislativo**

O objetivo deste capítulo é apresentar a revisão de literatura especializada sobre o comportamento legislativo no Senado Federal brasileiro, a partir de uma abordagem que articula elementos institucionais, de carreira e ideológicos. O capítulo está organizado em três seções: a primeira discute o papel institucional do Senado no presidencialismo de coalizão; a segunda trata da governabilidade e dos desafios enfrentados pelo Executivo; a terceira analisa o efeito da incumbência sobre o comportamento legislativo; e, por fim, são apresentadas as considerações que sumarizam os principais achados do capítulo e suas implicações para a análise do alinhamento parlamentar no contexto brasileiro.

O continente Latino-Americano possui uma longa tradição de sistemas bicamerais, conforme destacado por Llanos e Nolte (2003). No entanto, apesar de crescente, a literatura sobre o tema na região ainda é tímida, com a maioria dos estudos se concentrando no Senado dos Estados Unidos e na Câmara dos Lordes britânica, bem como em países europeus com sistemas parlamentares (LLANOS; NOLTE, 2003). Os países latino-americanos apresentam um bicameralismo forte e formam um grupo homogêneo, caracterizado pela legitimação democrática de suas câmaras altas, obtida por meio de eleições, e por poderes constitucionais praticamente similares à câmara baixa (LLANOS; NOLTE, 2003). No Brasil, a literatura sobre comportamento político tende a priorizar a Câmara dos Deputados em detrimento do Senado. Isso pôde ser parcialmente justificado pela dificuldade de coletar dados do Senado até recentemente. Apesar da longa tradição de bicameralismo na América Latina, a produção de conhecimento sobre o tema ou apenas sobre o Senado na região tem sido menos intensa em comparação com os países europeus com sistemas parlamentares.

Mais especificamente sobre o caso brasileiro, há dois aspectos a serem observados. As regras de seleção de senadores e deputados no Brasil são diferentes: enquanto os senadores são eleitos pelo sistema majoritário de votação (onde o candidato com mais votos é eleito), os deputados são eleitos pelo sistema proporcional (onde os partidos recebem

cadeiras proporcionais ao número de votos recebidos). O Senado é reconhecido por abrigar parlamentares sêniores, com vasta *expertise* e de posições políticas moderadas. Candidatos no extremo do espectro político ou que represente alguma pauta atomizada, pode encontrar alguma dificuldade para conseguir uma vaga no Senado, uma vez que a magnitude para selecionar um senador compreende todo estado, e são apenas três vagas por unidade da federação, sendo que há uma renovação parcial a cada quatro anos, onde o eleitor escolhe apenas um ou dois senadores (IZUMI, 2016; NEIVA, 2006, 2011). Espera-se que, em eleições com apenas uma vaga em disputa, a composição dos perfis dos candidatos, o número de partidos, a distribuição dos votos e a diversidade ideológica das legendas partidárias sejam distintas de eleições com duas cadeiras em jogo.

Em termos de incongruência (similaridade) e simetria (poder), o Senado brasileiro se destaca como um dos mais fortes do mundo, possuindo poderes constitucionais que lhe permite atuar como um verdadeiro *veto player*<sup>4</sup>. O Senado possui poderes equivalentes à Câmara dos Deputados para controlar o Executivo, cumprindo os objetivos teóricos associados a um bicameralismo forte, com representação de interesses distintos entre as duas Casas, contribuindo para o sistema de freios e contrapesos e melhorando a qualidade da produção legislativa, produzindo resultados estáveis (LLANOS; NOLTE, 2003).

O Senado era muitas vezes rotulado como câmara revisora, uma espécie de Casa que apenas atuaria para revalidar os projetos aprovados na Câmara dos Deputados, sem que houvesse por parte dos senadores uma apreciação mais detida em torno dos projetos. Obviamente, o Senado não se limita a ser apenas uma câmara revisora. A simetria e incongruência do Senado lhe garantem a força constitucional para atuar como um ator independente, e não como um anexo simbólico do legislativo. Parte da razão para a

---

<sup>4</sup> Neiva (2006), ao examinar os determinantes da existência e da força política das Câmaras Altas, observou que o sistema de governo, seja ele presidencialista ou parlamentarista, é fundamental na explicação da adoção e dotação de poderes da Câmara Alta. Os resultados obtidos por Neiva (2006) indicam que se um país é presidencialista, isso aumenta em quase 10 pontos (em uma escala de 32 pontos) os poderes da Câmara Alta, e se o regime for parlamentarista, há uma redução nesta medida de mais de 7 pontos. Adicionalmente, independentemente do arranjo, seja ele federativo ou não, as Câmaras Altas apresentam-se mais fortes nos sistemas presidencialistas e mais fracas nos parlamentaristas (NEIVA, 2006). Neiva (2006) não descarta a hipótese de que o arranjo federativo seja uma variável fundamental na diferenciação entre sistemas bicamerais e unicamerais. No entanto, nos sistemas bicamerais, o federalismo não explica os poderes das Câmaras Altas, a força das Câmaras Altas está relacionada ao sistema de governo, sendo mais forte no presidencialismo e mais fraca no parlamentarismo. Ver: NEIVA, P. R. P. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? Dados, v. 49, p. 269–299, 2006.

existência de uma segunda câmara está na diferenciação da representação e atuação de seus membros em relação à Câmara dos Deputados. Alemán, Mimica e Navia, (2022), por exemplo, ao analisarem o Congresso chileno, demonstram que a probabilidade de um projeto ser emendado pela câmara revisora aumenta quando o presidente recorre ao instrumento de urgência. Esse resultado evidencia um *trade-off* entre a aceleração da tramitação legislativa e a preservação do controle do Executivo sobre o conteúdo final da política aprovada (ALEMÁN; MIMICA; NAVIA, 2022). Portanto, torna-se necessário compreender como os membros do Senado, operando de acordo com regras diferentes de seleção, magnitude e incentivos eleitorais distintos, atuam na produção de resultados legislativos. Além disso, é importante entender como as lideranças partidárias no Senado lidam com os membros de suas bancadas, uma vez que a composição dessa Casa é constituída de membros com bastante expertise e credibilidade.

Além disso, o processo de transição para a democracia no Brasil concedeu oportunidade ao constituinte de modelar o desenho institucional, dotando os atores envolvidos no processo decisório de um conjunto de prerrogativas institucionais capazes de modelar o comportamento dos agentes que integram o sistema político. Para Shugart (1998), os atores envolvidos e o tipo de transição são fundamentais para compreender a natureza da escolha em que as novas instituições democráticas foram concebidas (SHUGART, 1998). O modelo de transição que envolveu o Brasil se enquadra na tipologia classificada por Shugart (1998) como *decompressive*. Basicamente, esse modo de transição envolve uma maior continuidade entre os atores do antigo regime. Esse modo de transição do tipo gradual deu a oportunidade aos políticos de construir laços pessoais com o eleitorado em detrimento da consolidação de partidos programáticos. Como resultado desse processo de transição, espera-se que o constituinte favoreça a criação de regras eleitorais que permitam aos políticos cultivar reputações pessoais e que os líderes partidários não sejam dotados de prerrogativas capazes de inibir o comportamento centrado no político (SHUGART, 1998).

Especificamente, para o caso brasileiro, Mainwaring (2001) e Ames (2003) ressaltam que as características do sistema eleitoral geram incentivos ao comportamento indisciplinado dos parlamentares. A multiplicidade de legendas à sua disposição, partidos pouco programáticos e de frágil organização interna produzem partidos fracos, em que os interesses dos políticos se sobrepõem aos dos partidos (AMES, 2003; MAINWARING, 2001). Contudo, essa visão tem sido fortemente contestada por parte da literatura que analisa o

comportamento dos partidos em plenário (ABRANCHES, 2021; AMORIM NETO, 2000, 2006; AMORIM NETO; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; LYNE, 2008; REY, 2023).

A Constituição brasileira atribui aos presidentes prerrogativas fundamentais sobre a produção legislativa e o controle do orçamento. Os poderes constitucionais vinculados ao Executivo permitem que os presidentes exerçam um considerável controle sobre o processo legislativo, alterando o *status quo* unilateralmente via MP (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007), e no controle sobre o orçamento (AMORIM NETO, 2006). Figueiredo e Limongi (2007), por exemplo, consideram positiva a concentração de poderes nas mãos do presidente e dos líderes partidários. Para eles, quanto maior a concentração de poderes nas mãos desses atores, maior será a capacidade de organização e estruturação do processo decisório, e por conseguinte, na obtenção de resultados mais estáveis da coalizão em apoio às propostas do governo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007).

Sobre esse ponto, Figueiredo e Limongi (2007) discordam do argumento de (SHUGART; CAREY, 1992) de que uma presidência forte é problemática. O argumento de que presidentes fortes institucionalmente evitam cooperar com o Legislativo; e, em vez disso, preferem impor sua vontade ao Legislativo. De fato, presidentes institucionalmente fortes, podem até tentar impor sua vontade no legislativo, mas isso não necessariamente garante que a sua vontade será satisfeita. Haja vista que presidentes que tentaram impor sua agenda unilateralmente acabaram fracassando no Congresso, como no caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello e as tentativas frustradas do também ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em governar sem o apoio do Legislativo. O primeiro acabou sendo deposto do cargo e o segundo, por medo de deposição, cedeu aos partidos.

Couto (2020), por exemplo, argumenta que, após 30 anos da Carta Constitucional de 1988, a literatura sobre presidencialismo de coalizão se consolidou em três gerações de estudos, sendo que a mais recente enfatiza a complexidade do sistema e a diversidade de atores, em que parlamentares são motivados tanto por cargos e verbas quanto por políticas públicas. Essa perspectiva mais elaborada também está presente em Chaisty, Cheeseman e Power (2012), que, a partir de uma análise comparativa em diferentes regiões do mundo, questionam a visão pessimista sobre o presidencialismo. Os autores partem do trabalho de

Raile, Pereira e Power (2011), referente ao conceito “caixa de ferramentas<sup>5</sup>”, ou seja, refere-se ao conjunto de instrumentos institucionais que os presidentes utilizam para auxiliar na formação e sustentar coalizões – como o poder de agenda, autoridade orçamentária, a gestão da coalizão, os poderes partidários e as instituições informais. Assim, os autores demonstram que a sobrevivência dos governos presidencialistas depende da capacidade do Executivo em combinar e adaptar esses recursos (CHAISTY; CHEESEMAM; POWER, 2012). De maneira complementar, Limongi e Figueiredo (2017) reafirmam a lógica partidária de funcionamento do Congresso. Os autores argumentam que as políticas resultantes de governos de coalizão são fruto de compromissos entre Executivo e partidos, o que contrasta com visões que reduzem a atuação parlamentar a meras trocas particularistas.

Para Abranches (2021), o padrão político brasileiro está em transformação. Essa transformação ocorreu especialmente após a vitória de Jair Bolsonaro (PL), que reconfigurou a corrida presidencial, até então protagonizada por PT e PSDB entre 1994 e 2014. A polarização, denominada pelo autor como “polarização positiva”, que organizou o processo político a partir da disputa pela presidência, encerra-se com a vitória de Jair Bolsonaro e a reconfiguração da distribuição partidária das bancadas no Congresso. Em um cenário em que PT e PSDB disputavam o controle da presidência, o cálculo dos demais partidos visava à coalizão — ou seja, formar bancadas suficientemente fortes para participar do governo e, assim, compartilhar vantagens, poder e o controle de políticas (ABRANCHES, 2021).

Diante da relativa heterogeneidade e multiplicidade dos partidos no sistema partidário brasileiro, a diversidade de interesses dentro de cada partido, assim como as regras de seleção dos candidatos para o Senado, adicionalmente aos interesses e o perfil dos atores que integram o Senado, a unidade dos partidos nas votações legislativas não pode ser simplesmente assumida, mas precisa ser explicada (MELO; BATISTA, 2012; SIEBERER, 2006). Assumindo que o objetivo de cada parlamentar é a reeleição, é desse modo que os parlamentares conseguem seus objetivos políticos, sem um mandato, não é possível perseguir um objetivo político (DOWNS, 2018; MAYHEW, 1974; SIEBERER, 2006). E partindo do pressuposto de que os atores racionais reagem aos incentivos e às restrições institucionais diante do cenário em que atuam, a unidade partidária pode ser compreendida como um resultado das decisões individuais tomadas por parlamentares racionais sob cada

---

<sup>5</sup> Este conceito é descrito como “executive toolbox” - “kit de ferramentas executivo”.

contexto específico de atuação (NORT, 2018; OLSON, 2011; SIEBERER, 2006). Ainda, a tese da conexão eleitoral já foi amplamente testada na Câmara dos Deputados por diversas pesquisas, mas praticamente inexistem estudos que investiguem essa relação no Senado. Nesse sentido, a principal contribuição deste trabalho está em preencher essa lacuna, ao analisar como a lógica da conexão eleitoral se manifesta na Câmara Alta, ampliando a compreensão do comportamento legislativo no Brasil.

O grau em que os parlamentares possuem incentivos para perseguir os seus objetivos, seguindo uma linha partidária ou assumindo uma posição independente – irá depender dos determinantes institucionais da reeleição e dos meios pelos quais cada parlamentar poderá se promover. Se o caminho para o parlamentar atingir seus objetivos é por meio da liderança, ele seguirá uma linha partidária. Alternativamente, se para atingir seus objetivos o parlamentar precisa traçar um relacionamento direto com os seus eleitores, o parlamentar poderá se defrontar com demandas contraditórias que irá colocar em questão a sua lealdade para com o seu partido (LYNE, 2008; SIEBERER, 2006).

Por exemplo, de acordo com Hiroi e Rennó (2014), a heterogeneidade entre os partidos de oposição pode dificultar a formação de uma frente unificada capaz de contrabalançar as forças da coalizão governamental. O conflito entre os partidos da oposição — conflito intraoposição — pode ter um efeito oposto ao esperado de uma coalizão oposicionista. Além das diferenças programáticas e ideológicas, alguns partidos oposicionistas podem buscar acordos com o governo em troca de recursos para projetos de seus parlamentares, enquanto outros preferem se opor sistematicamente às iniciativas governamentais (HIROI; RENNÓ, 2014).

Nos sistemas presidencialistas multipartidários, o cenário mais comum é a ausência de um único partido controlando a maioria das cadeiras na legislatura. Diferentemente dos sistemas parlamentaristas, onde a sobrevivência do governo depende diretamente do parlamento, nos sistemas presidencialistas a continuidade do presidente não depende diretamente do parlamento, e o *formateur* é sempre o próprio presidente. Nesses contextos, há fortes incentivos para que o presidente chegue a acordos com os partidos para formar uma coalizão em troca de cargos no governo. Espera-se que, ao formar a coalizão, os presidentes escolham os partidos ideologicamente mais próximos de suas posições políticas e os distribuam nos ministérios, já que partidos muito distantes dessas posições tendem a ser

menos comprometidos com o apoio aos programas do Executivo (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011; SIEBERER, 2006). Nos sistemas presidencialistas, no entanto, mesmo partidos da coalizão que eventualmente votem contra uma proposta do governo podem permanecer na coalizão, já que a discordância pontual não compromete, por si só, a continuidade do acordo – ou seja, o desacordo não inviabiliza a aprovação da medida nem obriga a ruptura com o Executivo (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011).

No entanto, mesmo com tanto poder, por que é tão desafiador governar no Brasil? De acordo com Ames (2003), uma resposta simples para essa pergunta decorre do fato de que a maioria das políticas inovadoras, aquelas que se afastam do *status quo*, carecem de legislação. E os presidentes necessitam de uma base de sustentação parlamentar que lhes garanta maiorias nas duas Casas legislativas. Portanto, prerrogativas constitucionais e recursos orçamentários não são garantia de vitória política imediata para o governo. É necessário que o presidente se envolva nas negociações e, por vezes, tendo que aproximar a legislação ao *status quo* dos legisladores.

A necessidade de negociação, como apontam Bertholini e Pereira (2017), pode ter um custo elevado. Ao analisar os efeitos das estratégias de gestão da coalizão sobre os custos de governar, Bertholini e Pereira (2017), desenvolveram um Índice de Custo de Governo (ICG). Os autores demonstram que coalizões grandes, ideologicamente heterogêneas e desproporcionais tendem a ser mais caras, e que um gasto maior pelo Executivo não garante necessariamente um maior apoio político. Adicionalmente a essa visão, Mello e Spektor (2018) sugerem que o presidencialismo multipartidário brasileiro e a sua estabilidade podem ser compreendidos a partir de um custo significativo. Especificamente, na visão dos autores, a corrupção e o *rent-seeking* seriam elementos da gestão da coalizão, e não apenas uma falha que ocorre de maneira isolada (MELLO; SPEKTOR, 2018).

Ademais, o Executivo conta com mecanismos institucionais à sua disposição, ou seja, uma “caixa de ferramentas” (RAILE; PEREIRA; POWER, 2011), para induzir o comportamento dos partidos da coalizão no cumprimento de sua agenda política no Legislativo (AMORIM NETO, 2000, 2006; AMORIM NETO; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; LYNE, 2008; NICOLAU, 2000). Os poderes constitucionalmente atribuídos aos presidentes determinam as estratégias de negociação com o Legislativo e a estratégia dos partidos em plenário (AMORIM NETO, 2006; RAILE;

PEREIRA; POWER, 2011). Dessa forma, o presidencialismo brasileiro é considerado um dos mais poderosos do mundo devido às suas prerrogativas constitucionais (SHUGART; CAREY, 1992).

Um desses mecanismos, e talvez aquele sobre o qual a literatura em ciência política mais se debruçou quanto ao seu efeito no comportamento legislativo, são as emendas orçamentárias – tema que, aliás, parece não estar completamente resolvido. Vasselai e Mignozzetti (2014) questionaram a interpretação de que a execução de emendas orçamentárias individuais constitua um instrumento efetivo de barganha para assegurar apoio legislativo. A crítica a esses achados advém especialmente de problemas metodológicos. Os autores demonstram que, ao corrigirem problemas como a autocorrelação serial em análises de painel, o impacto das emendas sobre o comportamento dos deputados deixa de ser estatisticamente significativo, sendo o pertencimento à coalizão governamental o fator mais relevante para explicar o alinhamento (VASSELA; MIGNOZZETTI, 2014).

Embora Vasselai e Mignozzetti (2014) contestem a eficácia das emendas sobre o comportamento legislativo, Baião, Couto e Jucá (2018) reforçam a importância das emendas como uma moeda de troca entre parlamentares e governo, onde parlamentares líderes obtêm maior taxa de liberação de emendas. De acordo com Baião, Couto e Jucá (2018), a liberação das emendas individuais ocorre de maneira estratégica, sendo mais frequente quando o deputado pertence ao partido que controla o ministério responsável pela sua execução. Ademais, os autores acrescentam que lideranças parlamentares no Congresso, como presidentes de comissões e membros da Mesa Diretora, exibem taxas de execução significativamente superiores, indicando que o acesso a esses recursos depende tanto da posição do parlamentar na hierarquia legislativa quanto da lógica do partidarismo ministerial. Nesse sentido, os achados de Baião, Couto e Jucá (2018) reforçam a ideia de que a execução das emendas funciona como um instrumento estratégico de gestão das coalizões, concentrado nas mãos do Executivo e mediado por lideranças no Legislativo.

Ainda, em trabalho recente Pereira, Bertholini e Melo (2022) analisam novas variáveis além dos poderes constitucionais do presidente. E a partir do conceito de incongruência ideológica – ou seja, a distância entre as preferências ideológicas da coalizão presidencial e as preferências do Congresso (PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022) – os autores argumentam que esse é o principal fator para explicar o custo de governar do que

apenas o tamanho da maioria parlamentar. Na mesma direção, trabalhos anteriores já tinham chamado atenção para aspectos ideológicos e de governabilidade em sistemas presidencialistas. Por exemplo, Alemán e Tsebelis (2011) analisam o processo de formação de coalizões em sistemas presidencialistas e argumentam que não apenas partidos ideologicamente distantes do presidente possuem menos probabilidade de compor um gabinete em relação aos partidos próximos do presidente, como também o impacto da distância ideológica na formação do gabinete é mais pronunciado em congressos com maior força institucional (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011).

Kellam (2013) argumenta que partidos orientados para bens particularistas, isto é, partidos com interesses específicos que visam beneficiar uma região, afetam o funcionamento dos governos de coalizão em sistemas presidencialistas. Esses partidos alugam o seu apoio, por isso a ideia de “parties for hire” (partidos de aluguel), em determinados pontos da agenda presidencial em troca de recursos direcionados localmente que estão sob controle dos presidentes. Esses partidos são parceiros relativamente baratos em termos de política e oferecem maior flexibilidade na coalizão (KELLAM, 2013).

Martínez-Gallardo (2012) questiona a visão tradicional da literatura sobre coalizões em sistemas presidencialistas que enxerga como de curta duração as coalizões formadas de maneira *ad hoc*. Para a autora, há uma ampla variação da durabilidade das coalizões sob o presidencialismo que está ligada à maneira como o presidente atribui importância à construção de coalizões como estratégia de formulação de políticas. A dissolução do gabinete é mais provável quando os presidentes atribuem menor valor a esse processo de negociação e quando os partidos percebem elevados custos em participar do governo. Nesse sentido, a autora demonstra que fortes poderes institucionais unilaterais tendem a reduzir os incentivos presidenciais para negociar com aliados, à medida que legislativos eficazes e altos índices de aprovação do Executivo contribuem para aumentar a estabilidade das coalizões (MARTÍNEZ-GALLARDO, 2012).

Em resumo, o continente latino-americano apresenta uma tradição bicameral de governo presidencialista (AMORIM NETO, 2006; LLANOS; NOLTE, 2003). No contexto brasileiro, o Senado se destaca como uma Câmara forte, com poderes constitucionais semelhantes ou até mesmo superiores à Câmara dos Deputados, atuando como um verdadeiro *veto-player*. As regras de seleção, o tempo de mandato e perfil político dos

senadores os diferenciam em termos de atuação e incentivos da Câmara dos Deputados. Não menos importante, esses atores atuam em um cenário onde o chefe do Executivo possui poderes de agenda e orçamentários que o habilitam a negociar apoio com os partidos no Congresso. Assim, a dinâmica institucional do presidencialismo de coalizão confere um papel de destaque ao Senado na atuação e formulação de políticas públicas e governabilidade que deve ser considerado na análise política.

## **2.2 Governabilidade, relação Executivo-Legislativos e ideologia**

A preocupação com a governabilidade no Brasil tem sido objeto de extensas análises por parte dos pesquisadores em ciência política, especialmente, nas últimas três décadas, durante o estabelecimento e consolidação da democracia. Diversos estudos abordam o tema da governabilidade sob diferentes aspectos institucionais (AMES, 2003; AMORIM NETO, 2006; ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; MAINWARING, 2001) apenas para citar alguns trabalhos seminais sobre o tema, seja no contexto nacional ou em perspectiva comparada. O tema tem ganhado cada vez mais atenção, especialmente após períodos turbulentos da política brasileira, como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a presidência de Jair Messias Bolsonaro (PL). Este último, caracterizado por uma presidência disruptiva nos primeiros anos de governo, que optou por conduzir sua agenda sem uma maioria legislativa sólida, mesmo diante de um Congresso formado majoritariamente por partidos no espectro centro-direita e direita.

Além disso, a relação Executivo-Legislativo, assim como a composição partidária do Senado, tem passado por transformações significativas ao longo do tempo. Durante o período de análise deste trabalho, observou-se um aumento contínuo no número de partidos políticos, especialmente aqueles de orientação centro-direita e direita (gráficos 1 e 2). Com um maior número de partidos atuando, pequenas legendas ganharam espaço, fragmentando a composição partidária dentro do Senado e “dificultando” a vida dos governos na formação de maiorias estáveis. Essa diversificação partidária tem influenciado diretamente a dinâmica da relação Executivo-Legislativo e, por conseguinte, a governabilidade.

**Gráfico 1:** Número Efetivo de Partidos (NEP) no Senado Federal (1999-2021).



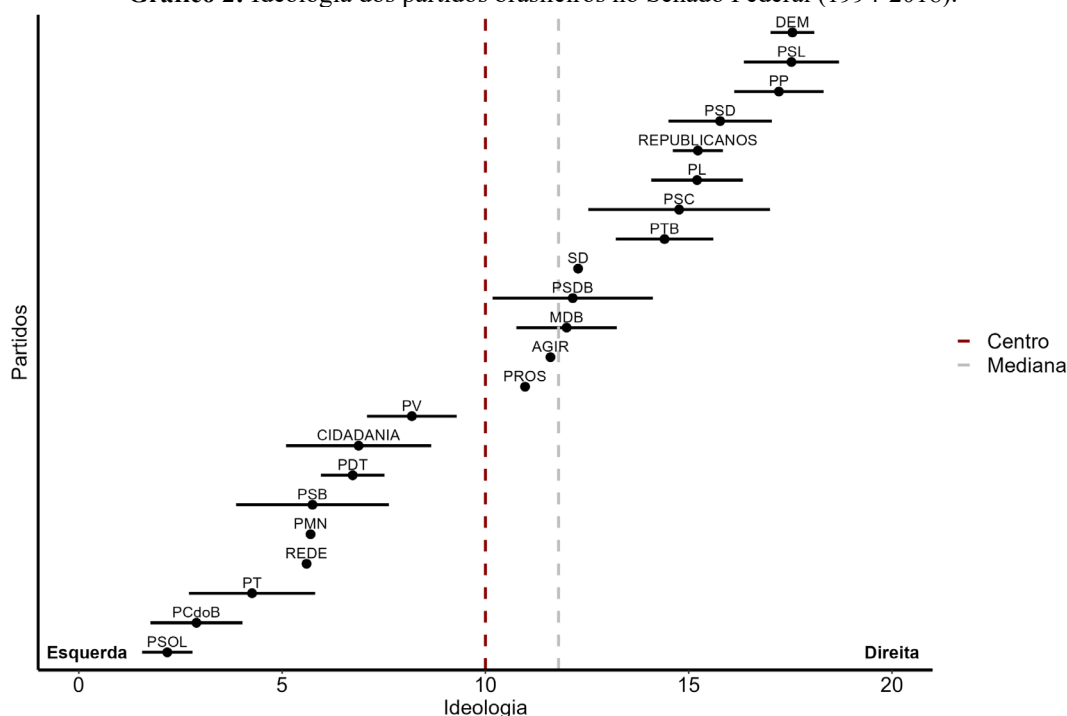
Fonte: Elaboração autor.

Com um maior número de partidos atuando, os governos precisam negociar com uma variedade maior de lideranças partidárias, por vezes dependentes de maioria *ad hoc* para conseguir levar adiante suas propostas (AMES, 2003). Consequentemente, há um aumento na complexidade da coalizão governamental, o que muitas vezes resulta em uma maior divergência de posição entre o governo e o legislador mediano, uma vez que, para mudar decisões programáticas, mudança no *status quo* do legislativo, um certo número de atores precisa concordar com a mudança proposta (TSEBELIS, 2014). A presença de partidos com posicionamentos ideológicos variados ao longo do espectro político (Gráfico 2)<sup>6</sup> reforça a necessidade de articulação política por parte do Executivo.

---

<sup>6</sup> Os dados de posicionamento ideológico dos partidos representados no Gráfico 2 referem-se ao período de 1994 a 2018. No entanto, nem todos os partidos possuem séries completas desde 1994, seja porque algumas legendas foram criadas posteriormente, seja porque simplesmente não há dados de medição disponíveis para todo o período. As posições ideológicas representam a média dos valores disponíveis para cada partido no intervalo considerado. A fonte dos dados utilizados na elaboração do gráfico pode ser acessada no site: <https://andreborges.org/datasets/>. O script para replicação do gráfico pode ser solicitado diretamente ao autor pelo e-mail: [leonardorodriguesmoraes@outlook.com.br](mailto:leonardorodriguesmoraes@outlook.com.br) e também estará disponível em: <https://github.com/LeonadoRodrigues>.

**Gráfico 2:** Ideologia dos partidos brasileiros no Senado Federal (1994-2018).



No entanto, a relação entre ideologia e o comportamento dos partidos na coalizão governamental não é um obstáculo para que o governo procure parceiros com orientações ideológicas diferentes. Zucco (2009), em seu trabalho sobre ideologia e comportamento legislativo no presidencialismo multipartidário, buscou demonstrar que os padrões de votação dos legisladores no Brasil se afastam de suas ideologias, sugerindo que o presidente desempenha um papel importante ao influenciar o seu comportamento. Ou seja, o presidente canaliza a sua influência por meio da distribuição de recursos e indicação de cargos no gabinete, de maneira que a ideologia não é um indicador suficientemente eficaz para explicar totalmente os padrões de comportamento legislativo. Ainda, de acordo com Zucco (2009), há indícios de que a polarização ideológica tem diminuído ao longo do tempo.

Complementando essa perspectiva, Bolognesi et al. (2022) chamam atenção para o fato de que a ideologia serve como um atalho cognitivo na tomada de decisão do voto e como uma orientação a ser seguida pelos partidos ao assumirem o poder governamental (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2022). Contudo, Zucco (2009) salienta que quando na coalizão, os partidos são mais favoráveis ao governo do que a sua ideologia sugere. A orientação dos partidos é influenciada pelos benefícios proporcionados pelo presidente ao partido (ZUCCO, 2009). O presidente possui influência no comportamento dos

parlamentares em plenários, e isso tem implicações nas análises na relação Executivo-legislativo. O presidente precisa negociar em um cenário multipartidário, onde os recursos monopolizados pelo Executivo são fundamentais para a carreira política dos parlamentares, esses recursos podem garantir o seu sucesso eleitoral.

As votações legislativas são influenciadas tanto pelos benefícios proporcionados pelo presidente aos partidos quanto pela ideologia. Embora a ideologia não seja o principal determinante para a análise política em geral e para a relação entre o Executivo e o Legislativo, é fundamental entender e incorporar outros elementos que possam explicar os determinantes do comportamento dos legisladores em plenário (ZUCCO, 2009). As propensões dos parlamentares são complexas e parece que não derivam exclusivamente da ideologia; os ganhos de troca com o Executivo e as pretensões eleitorais dos parlamentares tendem a explicar boa parte do comportamento dos legisladores nas votações.

O comportamento individual dos parlamentares pode influenciar diretamente o resultado do comportamento em grupo, uma vez que nem todos os membros votam de forma alinhada com seus partidos. No caso do Senado, embora a média de coesão e alinhamento ao governo seja relativamente alta, até mesmo os partidos mais disciplinados e alinhados apresentam certo grau de indisciplina em suas fileiras. Esses desvios de comportamento em relação ao partido, são mais bem explicados por propensões exógenas, ou seja, fatores externos que impactam a conduta dos parlamentares. Entre esses fatores, destacam-se os incentivos individuais que orientam os senadores. Alguns desses incentivos incluem a busca pela reeleição, o posicionamento como oposição individual ao presidente ou a necessidade de sinalizar uma posição específica para o eleitorado ou para seu grupo político.

Dessa forma, o comportamento legislativo resulta de uma interação entre preferências individuais e a estratégia de distribuição de recursos conduzida pelo presidente (AMES, 2003; LYNE, 2008; MAINWARING, 2001; ZUCCO, 2009). Em resumo, a distribuição de recursos e indicações para cargos no gabinete pelo presidente desempenha um papel fundamental no comportamento dos legisladores; assim, fazer parte da coalizão presidencial contribui significativamente para moldar os padrões de votação, de modo que o conflito acaba se estabelecendo na dimensão entre governo e oposição (IZUMI, 2016).

Adicionalmente, a pesquisa de (RAILE; PEREIRA; POWER, 2011) investigou a maneira pela qual os presidentes obtêm apoio legislativo em um cenário caracterizado pelo

multipartidarismo. Segundo os autores, como parte da estratégia para obter apoio legislativo, o presidente dispõe de duas ferramentas importantes – *pork* e bens da coalizão<sup>7</sup>. “Pork” pode ser compreendido como benefícios direcionados pelos parlamentares para suas bases de atuação, enquanto os “bens da coalizão” referem-se a cargos e postos ministeriais. Desse modo, o presidente pode empregar duas estratégias distributivas: a alocação de recursos individuais ao parlamentar (*pork*) e a concessão de benefícios específicos à coalizão (bens da coalizão), como estratégia para construir e manter o apoio político necessário à sua agenda.

No presidencialismo de coalizão multipartidário, o presidente é a figura central na articulação entre os partidos no Congresso, sendo também responsável pela distribuição de recursos e poder entre eles. Para isso, o presidente brasileiro dispõe de uma vasta “caixa de ferramentas”, que lhe permite negociar com as lideranças em busca de apoio político para sua agenda. No presidencialismo multipartidário, o partido do presidente dificilmente conseguirá cadeiras suficientes para garantir maioria nas duas Casas legislativas. Portanto, é necessário escolher os parceiros que comporão sua coalizão, partilhando recursos e poder entre eles. Para garantir a governabilidade, considerando que os recursos são limitados e a alocação dos “bens da coalizão” precisa ser eficiente (RAILE; PEREIRA; POWER, 2011), os presidentes precisam tomar decisões eficientes quanto ao número de parceiros que farão parte da coalizão, suas preferências políticas e ideológicas, bem como a quantidade de recursos e poder que serão alocados entre eles (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011).

Nesse sentido, Bertholini e Pereira (2017) investigaram a relação entre as estratégias adotadas pelo presidente para gerenciar sua coalizão governamental sobre os custos de governar ao longo do seu mandato. Para isso, os autores desenvolveram um Índice de Custo de Governo (ICG) que considera as transações políticas e monetárias realizadas pelo presidente com os partidos de sua coalizão. Os achados dos autores indicam que coalizões governamentais grandes, ideologicamente heterogêneas e desproporcionais tendem a aumentar os custos do governo ao longo do tempo. As estratégias do presidente para gerenciar suas coalizões afetam diretamente os custos de governo, mesmo quando considerados fatores externos como a fragmentação partidária e a popularidade do

---

<sup>7</sup> Tradução livre de “coalition goods”.

presidente. Além disso, distribuir mais recursos políticos e financeiros aos aliados da coalizão não garante necessariamente maior apoio político no legislativo (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a).

Conforme demonstrado pela literatura, maiores diferenças ideológicas entre o partido *formateur* e os parceiros da coalizão aumentam os custos de gerenciamento governamental e tornam mais difícil a construção de consensos. Alemán e Tsebelis (2011) ressaltam que a heterogeneidade ideológica impõe aos presidentes a necessidade de constante negociação, enquanto Martínez-Gallardo (2012) mostra que partidos mais distantes tendem a abandonar a coalizão, reforçando o risco de instabilidade. De forma complementar, Kellam (2013) evidencia como partidos particularistas podem condicionar a estratégia presidencial, trocando apoio por benefícios imediatos em vez de compromissos programáticos, o que aumenta a dificuldade de manter a coesão. Mais recentemente, Pereira, Bertholini e Melo (2022) atualizam esse debate ao destacar que a incongruência ideológica entre a coalizão presidencial e o Congresso é um fator central para explicar os custos de governar. Portanto, conforme demonstrado pela literatura, maiores diferenças ideológicas entre o partido *formateur* e os parceiros da coalizão aumentam os custos de gerenciamento governamental e dificultam a construção de consensos. Dessa forma, testo mais adiante a seguinte hipótese: a diferença ideológica exerce um efeito negativo sobre o alinhamento parlamentar.

De maneira complementar, de acordo com Saiegh (2009), “[...] diferenças nas taxas de sucesso legislativo são consequência de diferenças de incerteza e não de poder” (SAIEGH, 2009; p. 139). Ou seja, em uma situação em que o governo possui pouca informação, as taxas de aprovação seriam unânimes, pois, munido de informação completa, o governo moderaria a proposta respondendo a mudanças no ponto ideal do legislador pivotal. Portanto, o insucesso do chefe do Executivo ocorre devido a um erro de cálculo em relação ao apoio que possui, e não necessariamente pela falta de recursos para comprar os votos necessários que garantiriam o seu sucesso. As negociações ocorrem no nível partidário, porém, os legisladores podem se opor à proposta do governo por pressão dos eleitores ou por outras razões não reconhecidas. Assim, as avaliações sobre o desempenho do governo precisam levar em consideração o elemento da incerteza sobre as preferências dos legisladores (SAIEGH, 2009).

Para Melo e Sáez (2007), é importante não esperar dos partidos brasileiros um grau de solidez comparável ao dos partidos europeus, ou mesmo das organizações dos países vizinhos, como Uruguai, Chile e Costa Rica. No Brasil, a ausência de partidos políticos fortes e amplamente estabelecidos em todo o país é evidente. A identidade e influência sobre um eleitorado "cativo" não foram completamente desenvolvidas durante a consolidação da democracia de massa no país. Com exceção do PT, que foi o único partido a se aproximar desse modelo de partido de massa (MELO; SÁEZ, 2007)

Nesse sentido, Samuels e Lucas (2011) corroboram com a visão de Sáez (2007). Por exemplo, apesar dos principais partidos possuírem uma clara identificação ideológica, sendo possível ordená-los no espectro esquerda-direita, mantendo-se relativamente estáveis ao longo do tempo (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2022; SAMUELS; LUCAS, 2011). Para Samuels e Lucas (2011) o sistema eleitoral brasileiro carece de coerência ideológica e base de identificação partidária, com exceção do PT (Partido dos Trabalhadores), os demais partidos possuem poucos simpatizantes, pelo fato de oferecerem pouca clareza ideológica ao eleitor. Em resumo, para Samuels e Lucas (2011), o sistema poderia ser caracterizado tendo o PT como baliza do sistema, contra os demais partidos, sendo difícil distinguir as principais agremiações. Além disso, muitos eleitores, na hora de votar, optam pela figura individual do político em vez voto partidário, o que demonstra uma preferência personalista em detrimento da filiação partidária (SAMUELS; LUCAS, 2011).

Por fim, abordar a governabilidade, a relação Executivo-Legislativo e ideologia no Brasil, especialmente no contexto do multipartidarismo, é um trabalho desafiador devido à dinâmica e à complexidade política e institucional do país. O Brasil se caracteriza pelo presidencialismo forte devido às suas prerrogativas constitucionais que permitem ao presidente um conjunto de ferramentas para negociar e liderar, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios na construção e manutenção de coalizões estáveis. A diversidade ideológica entre os partidos e a fragmentação partidária tornam a negociação política ainda mais complexa, exigindo dos presidentes habilidades de negociação e a capacidade de distribuir recursos e poder compartilhados proporcionalmente aos seus aliados (AMES, 2003; BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, 2007; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011; SAMUELS; LUCAS, 2011).

Adicionalmente, embora a ideologia desempenhe um papel importante na relação Executivo-Legislativo, o comportamento dos parlamentares, quando na coalizão governamental, é moldado por uma série de fatores, como os incentivos individuais, trocas de benefícios com o Executivo e incertezas inerentes ao processo político (SAIEGH, 2009; SAMUELS; LUCAS, 2011). Portanto, à medida que o cenário evolui e novos atores entram em cena, torna-se cada vez mais crucial compreender a dinâmica da relação entre o Executivo e o Legislativo, e como essa relação afeta a governabilidade, especificamente no Senado Federal, que será o foco deste trabalho. Assim, busco, através de um conjunto de variáveis descritas no próximo capítulo, compreender como a relação entre os partidos e os governos no Senado, a ideologia e os benefícios proporcionados pelo governo afetam os incentivos e a dinâmica que moldam a relação Executivo-Legislativo e que, por conseguinte, afetam a governabilidade.

### **2.3 Estratégias legislativas e o papel da incumbência**

Esta seção aborda parte da literatura sobre comportamento legislativo, com ênfase na atuação legislativa, nos efeitos da incumbência e nas influências institucionais e eleitorais que moldam a atuação dos senadores brasileiros. A análise está organizada em três eixos principais: estratégias legislativas e o papel da incumbência; sistemas eleitorais e incentivos ao comportamento legislativo; e, por fim, a influência da magnitude do distrito e das regras de seleção eleitoral. Por fim, são apresentados achados descritivos que buscam contextualizar o comportamento dos senadores ao longo do período analisado.

Além dos aspectos institucionais e ideológicos, os parlamentares normalmente tomam decisões sobre como investir seu tempo entre as atividades legislativas e em suas circunscrições eleitorais, assim como sobre a alocação de recursos financeiros de diferentes maneiras. A forma como definem as estratégias de engajamento e alocação dos recursos, varia dependendo do tipo de representação política exercida pelo parlamentar (AMES, 1995, 2003; FENNO, 1977; FIORINA, 1977; INÁCIO, 2011; JACOBSON; CARSON, 2019; JR, 1977; MAYHEW, 1974; PEREIRA; RENNO, 2007). Mayhew (1974), por exemplo, acredita que é preciso considerar que os congressistas agem como "caçadores de reeleição" e que essa motivação central influencia suas decisões políticas, sua atuação em plenário e a forma de atender seu eleitorado.

Para Mayhew (1974), os congressistas buscam moldar o seu comportamento visando maximizar suas chances de reeleição. “A busca bem-sucedida de uma carreira exige reeleição contínua<sup>8</sup>” (MAYHEW, 1974, p. 15). Com isso em mente, os congressistas adotam estratégias voltadas à distribuição de benefícios aos eleitores, como o *pork barrel*, à promoção pessoal (advertising) e a reivindicação de crédito (credit claiming). Embora os partidos sejam atores centrais, Mayhew (1974) acredita que os congressistas agem como indivíduos interessados em construir uma base eleitoral própria, muitas vezes independentes das diretrizes partidárias. E as eleições regulares, funcionam como um mecanismo de responsabilização, forçando os congressistas a manterem uma conexão estreita com os seus eleitores. Portanto, na visão de Mayhew (1974), o desejo pela reeleição é um fator dominante que explica boa parte das ações dos congressistas, e as análises sobre o Congresso, devem considerar essa premissa.

Mayhew (1974) argumenta que congressistas moldam seu comportamento visando maximizar suas chances de reeleição e contesta a ideia de que os membros do Congresso dos Estados Unidos se encaixam no modelo de “equipe downsiana”<sup>9</sup>. De acordo com esse modelo, os partidos políticos funcionariam de maneira coesa e seus membros concordariam sobre todas as suas metas, em vez de parte delas. Para Downs (2018), todos os membros do partido (equipe) possuem exatamente as mesmas metas que todos os outros, e suas metas podem ser observadas como uma ordem única e consistente de preferências. Porém, sob a perspectiva de Mayhew (1974), os congressistas norte-americanos agem de maneira distinta de uma equipe downsiana, atuando de modo individualista, focando mais em suas próprias reeleições e na construção de bases eleitorais independentes. Na política norte-americana, acrescenta Mayhew (1974), a lógica downsiana se aplicaria em eleições para cargos executivos – presidentes, governadores e prefeitos de grandes cidades, não se aplicando, portanto, em cargos legislativos.

Adicionalmente, Mayhew (1974) apresenta uma tipologia com três tipos de atividades em que todos os parlamentares se engajam para maximizar suas chances de reeleição. Essas atividades ajudam a criar uma imagem pública que visa fortalecer a conexão eleitoral entre os parlamentares e seus eleitores. São elas: *advertising* (propaganda), cujo

---

<sup>8</sup> Tradução própria.

<sup>9</sup> DOWNS, A. Uma Teoria Econômica da Democracia - EduspEdusp.

objetivo é tornar o nome do congressista conhecido entre seus eleitores de maneira positiva, sem necessariamente estar associado a uma questão política ou ideológica. Por exemplo, participar de eventos, conceder entrevistas e marcar presença em cerimônias locais fazem parte da propaganda pessoal do parlamentar, contribuindo para a construção de uma imagem pública de acessibilidade e presença constante em seu reduto eleitoral, aumentando o reconhecimento e a familiaridade do parlamentar com o eleitorado.

O segundo tipo de atividade é o *credit-claiming* (reivindicação de crédito): o objetivo dessa atividade é demonstrar que o congressista é responsável por trazer benefícios concretos para seu reduto eleitoral ou estado. Ações como projetos de lei, alocação de verbas ou iniciativas de infraestrutura que contemplam diretamente seus eleitores tornam-se ganhos específicos que o parlamentar pode explorar. Garantir, por exemplo, verbas federais para a construção de uma estrada ou hospital em seu reduto torna-se um capital político que o parlamentar pode reivindicar, afirmando que sua atuação foi fundamental para o sucesso desses projetos.

O último tipo de atividade, *position-taking* (assumir posições), está relacionado à tomada de posições públicas pelo parlamentar por meio de declarações críticas (*judgmental statement*) que sejam populares ou bem-vistas por seu eleitorado. Por exemplo, o parlamentar pode fazer declarações sobre seu voto em temas importantes com o objetivo de ganhar apoio de eleitores, demonstrando seu compromisso com determinados valores e questões de interesse local. Falar contra ou a favor de uma política pública importante, como reforma tributária ou da previdência, de modo a alinhar suas posições com o que o parlamentar acredita ser a preferência de seus eleitores. Essas atividades ajudam o parlamentar a construir uma imagem pública positiva, reivindicar crédito por realizações concretas e a adoção de postura sobre temas relevantes. Para Mayhew (1974) essas estratégias são centrais para os parlamentares que estão continuamente em busca da reeleição, especialmente em um contexto em que a reeleição é uma motivação central no comportamento legislativo.

Ademais, Mayhew (1974) aborda uma categoria de parlamentares denominados de “marginais”. Esses parlamentares são caracterizados por possuírem margens de vitória estreitas – em contraste com os parlamentares que ocuparam assentos seguros. De acordo com o Mayhew (1974), a precariedade eleitoral desses parlamentares deve induzi-los a se

engajar em distintas atividades eleitorais. A fraqueza dos parlamentares marginais, em grande medida, deve-se ao fato de que eles estão à mercê das oscilações eleitorais partidárias nacionais. Porém, a conscientização do eleitorado sobre as atividades exercidas no Congresso é baixa, e as oscilações eleitorais nacionais refletem julgamentos sobre o presidente, não sobre o Congresso. Portanto, é do interesse dos congressistas marginais garantir que a administração presidencial de seu partido seja um sucesso ou que a do partido oposto seja um fracasso (MAYHEW, 1974).

Quando pertencentes ao partido do presidente, os marginais podem apoiá-lo de maneira cautelosa nas votações nominais, embora possa variar dependendo do contexto político, uma vez que essa estratégia, de acordo com Mayhew (1974), pode nem sempre ser a melhor. Por exemplo, Mayhew (1974) acredita que possa ter sido sábio para os republicanos marginais apoiarem os projetos de lei de gastos deficitários dos democratas contra a posição do Presidente Eisenhower. E quanto aos marginais do partido de oposição, pode ser vantajoso para eles tentarem prejudicar a economia, e, se for feito de maneira discreta, espera-se que os eleitores culpem o presidente, não eles (MAYHEW, 1974). Há evidências, de acordo com Mayhew (1974), de que os marginais pensam e agem de maneira distinta. Eles são mais propensos do que os não marginais a serem classificados como “orientados para o distrito” e se destacam por apresentarem mais emendas de plenário. Em geral, os marginais de ambas as casas mostram mais intensidade em suas atividades voltadas para a reeleição. No entanto, essas atividades não visam alterar resultados eleitorais nacionais e, embora possam diferir em intensidade, não diferem em tipo das atividades realizadas por outros parlamentares. Dessa forma, mais adiante neste trabalho, será testada a seguinte hipótese: Quanto maior o nível de segurança eleitoral de um senador, menor será seu alinhamento com o governo, tanto entre governistas quanto entre oposicionistas.

Adicionalmente, uma diferença crucial entre senadores e deputados reside nas especificidades de renovação de seus mandatos. Dado que a renovação no Senado ocorre de maneira parcial, o imperativo da reeleição afeta os parlamentares em momentos distintos no tempo. Ou seja, parlamentares que dispõem de uma legislatura completa (quatro anos) para trabalhar pela renovação do seu mandato não se sentirão tão pressionados a buscar recursos junto ao Executivo para suas bases quanto aqueles que necessitam disputar uma reeleição de imediato. Portanto, com um horizonte maior de trabalho e sem a necessidade de renovar o seu mandato de imediato, além da ausência de pressão para aproximar-se do governo em

busca de recursos, esses parlamentares se sentirão menos pressionados a apoiar o governo. Nesse sentido, testarei a seguinte hipótese: Senadores em início de mandato tendem a ser mais independentes, enquanto senadores próximos do final do mandato apresentam maior alinhamento com o governo.

Para Fenno (1977) os membros do Congresso costumam pensar em termos de homogeneidade ou heterogeneidade de seus distritos, ou bases eleitorais, termo frequentemente usado no Brasil. Distritos homogêneos tendem a ter uma composição mais coesa em termos de interesses e características demográficas, facilitando a criação de uma narrativa comum entre o representante e seus eleitores. Ou seja, quanto menor o conflito presente em termos de interesses comuns em seu distrito, mais provável é que esse distrito seja visto como homogêneo. Já distritos que são compostos por uma diversidade de interesses conflitantes, e que muitas vezes são frutos de práticas artificiais de redistritamento que desconsideram comunidades pré-existentes, são mais propensos a serem heterogêneos, tornando mais difícil para o congressista atender de maneira equitativa às necessidades de todos os grupos.

Os parlamentares, de acordo com Fenno (1977), conseguem distinguir dentro do seu distrito quem são seus apoiadores (eleitorado de reeleição) e quem são os eleitores que não o apoiam. Os parlamentares se baseiam tanto em fatores demográficos e partidários quanto na experiência passada, ou seja, nos votos obtidos na eleição anterior para distinguir seu eleitorado. No entanto, mudanças populacionais, o surgimento de novos desafiantes, redistritamento ou até mesmo eventos inesperados podem modificar o cenário e criar um elemento de incerteza em torno dessas percepções. Existem também um grupo de apoiadores leais de um congressista, apresentado por Fenno (1977) como 'eleitorado primário'. Esses apoiadores oferecem suporte incondicional ao congressista com maior intensidade. Eles não apenas votam no político, bem como oferecem ajuda financeira, trabalham voluntariamente em campanhas e se apresentam comprometidos, independentemente de quem seja o desafiante. Eles são uma espécie de núcleo duro da base eleitoral do congressista que demonstram apoio de longa data.

O ponto principal de Fenno (1977) é que a literatura acadêmica tende a subestimar a quantidade de tempo que os membros do Congresso dos Estados Unidos dedicam a atividades em seus distritos, em detrimento de um foco excessivo em suas ações em

Washington, como as votações nominais e atividades legislativas. Fenno (1977) destaca que o comportamento político em Washington é muitas vezes interpretado como sendo influenciado pelos diversos círculos de apoio dos congressistas, mas acredita que a observação direta do trabalho que realizam em seus distritos revela uma faceta igualmente importante de sua atuação. O processo de construir e manter a confiança com seu eleitorado, demanda tempo e atenção pessoal dos congressistas. Assim, para compreender o comportamento políticos dos legisladores, é fundamental observar não apenas suas ações em Washington, mas também suas interações com os eleitores em seus distritos.

Alternativamente, especialmente em relação aos trabalhos de Fenno (1977) e Mayhew (1974), que em grande parte atribuem o sucesso eleitoral dos parlamentares aos padrões de interação em seus distritos, Fiorina (1977) sugere ao analisar o declínio da competição por cadeiras no Congresso norte-americano, que a redução da competitividade resulta mais da substituição dos incumbentes do que de mudanças em seu comportamento (FIORINA, 1977). Para Fiorina (1977), a expansão da burocracia federal provocou alterações no comportamento dos congressistas, que, por sua vez, influenciou o comportamento dos eleitores, fortalecendo o efeito do mandato. O argumento central de Fiorina (1977) é que, à medida em que os congressistas dedicam mais recursos ao atendimento direto dos eleitores, aumenta a percepção dos cidadãos sobre os congressistas como solucionadores de problemas burocráticos, em vez de serem vistos apenas como formuladores de políticas públicas.

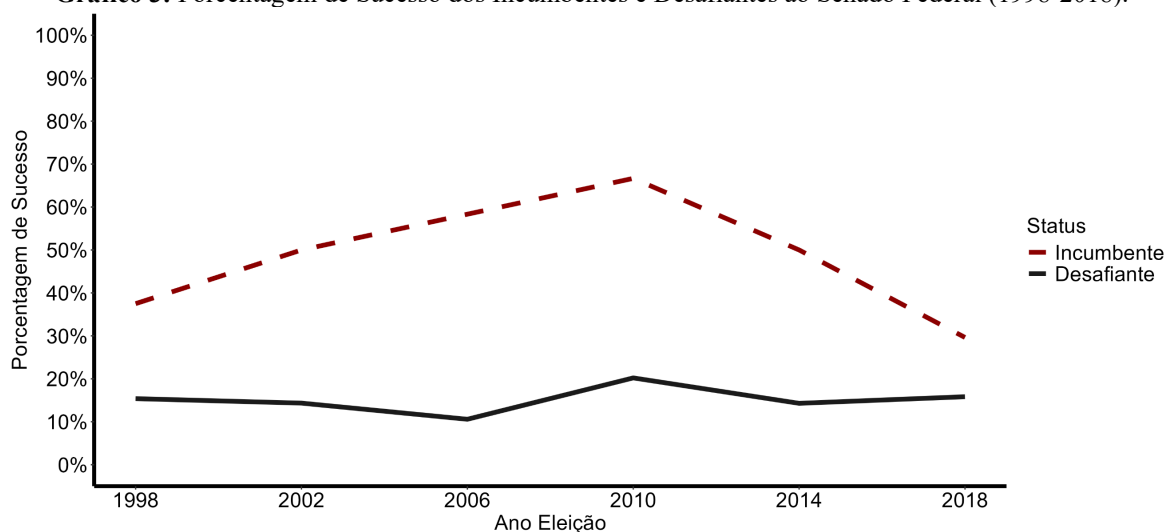
Na arena legislativa, o voto de um parlamentar é apenas um entre centenas, exercendo uma influência limitada sobre o resultado final. No entanto, quando se trata da mediação junto à burocracia federal, esse mesmo parlamentar pode ser percebido como um poder benevolente e não partidário — ou seja, alguém capaz de interceder diretamente em benefício de seus eleitores (FIORINA, 1977). Na visão de Fiorina (1977), os cidadãos cada vez mais pensam em seus representantes de forma individual e menos partidária, fortalecendo a percepção do mandato positivamente. A experiência acumulada do parlamentar na esfera decisória e a sua senioridade no Congresso, importam ao lidar com a burocracia. Assim, tende-se a consolidar uma vantagem associada à incumbência. Desde que o incumbente não cometa deslizes de caráter moral ou vote de maneira que desagrade significativamente o eleitorado, o incumbente é sempre preferido ao desafiante (FIORINA, 1977). Além disso, o efeito do mandato tende a crescer ao longo do tempo, na medida em

que uma parcela significativa dos cidadãos passa a considerar seu representante como um solucionador de problemas nas esferas burocráticas (FIORINA, 1977).

Os parlamentares navegam em diferentes esferas – burocrática, eleitoral – e tomam posições sobre diversas questões. Além disso, levam *pork* para suas bases e fornecem favores individuais. À medida que realizam essas ações, ganham crédito junto ao eleitorado, tornando a identificação partidária menos determinante no voto (FIORINA, 1977). Os parlamentares são identificados por sua função prática, experiência e senioridade, habilidades que são valorizadas pelos eleitores. Ou seja, um elemento endógeno, a expansão da burocracia federal, resultou na mudança do comportamento dos parlamentares que passaram a observar essa mudança e reagiram ativamente, ajudando a alterar o comportamento eleitoral.

Corroborando essa perspectiva, para Jacobson e Carson (2019), as características institucionais e os benefícios concedidos aos parlamentares criaram uma expressiva vantagem para os incumbentes, ajudando a consolidar suas chances de reeleição. A incumbência, de acordo com Jacobson e Carson (2019), representa uma vantagem poderosa. Nessa direção, testarei a seguinte hipótese: Quanto maior o número de mandatos do senador, menor tende a ser o seu alinhamento com o governo. Mas o benefício eleitoral da incumbência varia entre os anos e os distritos e depende, em parte, da atuação do incumbente, do que ele fez com os recursos disponíveis e do seu trabalho para construir e manter o apoio do seu distrito (JACOBSON; CARSON, 2019). Ao realizar uma análise da porcentagem média de sucesso dos incumbentes e desafiantes em disputa ao Senado Federal entre 1998 e 2018, os incumbentes obtiveram uma porcentagem média de sucesso de 49%, enquanto 51% fracassaram na tentativa de renovar o mandato. Entre os desafiantes, a porcentagem média foi de apenas 15%, enquanto 85% fracassaram na tentativa de obter um mandato.

**Gráfico 3:** Porcentagem de Sucesso dos Incumbentes e Desafiantes ao Senado Federal (1998-2018).



Fonte: Elaboração autor.

O sucesso dos incumbentes é consistentemente mais alto do que o dos desafiantes em todos os anos analisados. Houve um pico de sucesso na reeleição dos incumbentes em 2010, ultrapassando 60%. Porém, após 2010, é possível observar uma queda na taxa de sucesso dos incumbentes até 2018. A taxa de sucesso dos desafiantes se mantém relativamente estável, em torno de 10% a 20%. Não há flutuações significativas, diferente do observado para os incumbentes em 2010. É inegável que os incumbentes possuem uma vantagem em termos de sucesso nas eleições em relação aos desafiantes; a disponibilidade de recursos, a prestação de serviço ao eleitorado, seja pessoal ou por meio de *pork*, além da visibilidade, gera uma vantagem em relação aos desafiantes que pode ser refletida no sucesso eleitoral (FENNO, 1977; FIORINA, 1977; JACOBSON; CARSON, 2019; MAYHEW, 1974).

Sobre os determinantes do sucesso eleitoral, Pereira e Rennó (2001) investigaram os fatores que influenciam o sucesso eleitoral em duas eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados no Brasil: 1998 e 2002. Pereira e Rennó (2001) estruturam suas análises em torno da hipótese de que a proximidade entre os deputados federais e o presidente em exercício influencia significativamente as chances de reeleição, porém, de forma condicionada ao contexto das eleições presidenciais. Ou seja, as características das eleições presidenciais condicionam o impacto de diversos fatores sobre a sorte dos parlamentares que buscam a reeleição. Deputados próximos a presidentes populares e candidatos à reeleição, como, por exemplo, FHC em 1998, têm mais chances de sucesso eleitoral. Em contextos em que o

presidente está ausente da disputa ou é impopular (FHC em 2002), outros fatores, como estratégias locais e desempenho legislativo, tornam-se mais importantes nos determinantes no sucesso eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Por sua vez, Inácio (2011) analisou como os parlamentares brasileiros desenvolvem suas estratégias de atuação legislativa e parlamentar em diferentes contextos políticos. Inácio (2011) identificou três principais modalidades de engajamento, a saber: atividades voltadas para a produção de benefícios particularizados para a base eleitoral local/regional (*pork*). Nesse tipo de modalidade, os parlamentares focam principalmente na produção de benefícios específicos para suas bases eleitorais, como a aprovação de emendas orçamentárias para projetos locais. Esse tipo de abordagem pelos parlamentares visa fortalecer o apoio local, especialmente em um contexto onde a reputação pessoal e o partidarismo são valorizados.

A segunda modalidade diz respeito a atividades focadas na intermediação de demandas dos eleitores e políticos regionais junto às burocracias públicas (intermediação de demandas), que envolve a mediação, pelos parlamentares, de demandas de seus eleitores junto à burocracia pública, reforçando sua posição de intermediários entre as demandas locais e as estruturas governamentais. Essa estratégia está associada a parlamentares que buscam consolidar sua base eleitoral local, muito embora seja observada em níveis distintos em relação ao vínculo com o partido e à participação na coalizão governamental.

A terceira modalidade é a atividades relacionadas à elaboração das leis (ativismo legislativo). Essa atuação está relacionada ao âmbito legislativo propriamente dito, como a introdução e aprovação de leis, e varia conforme o nível de lealdade partidária e a posição do parlamentar no governo. Legisladores com forte orientação partidária tendem a se envolver mais no processo legislativo, exibindo uma inclinação pelo ativismo legislativo que corresponde aos interesses mais amplos do partido (INÁCIO, 2011).

Os achados do trabalho de Inácio (2011) destacam que as estratégias de engajamento são moldadas tanto pela orientação partidária quanto pelas demandas eleitorais específicas dos legisladores. O estudo sugere, ainda, que os legisladores com um vínculo partidário mais forte são mais propensos a priorizar a intermediação de demandas junto aos eleitores, em vez de focar exclusivamente em políticas de caráter distributivo, como o *pork barrel*, especialmente quando fazem parte da coalizão governamental. Os tipos de atuação dos legisladores refletem a complexidade do presidencialismo de coalizão brasileiro, em que o

engajamento parlamentar é parcialmente impulsionado pela interação entre o alinhamento parlamentar e as oportunidades institucionais disponíveis. Os achados de Inácio (2011) indicam uma transformação na atuação parlamentar brasileira, com o partidarismo começando a desempenhar um papel fundamental na definição das estratégias legislativas, embora práticas de cunho particularista ainda sejam comuns. Portanto, o comportamento legislativo no Brasil é marcado por incentivos partidários e eleitorais que operam em um ambiente de complexas negociações entre os poderes.

## **2.1 Considerações finais**

Ao longo deste capítulo, foram discutidos aspectos centrais da literatura sobre o papel do presidencialismo de coalizão brasileiro, ideologia, governabilidade, relação Executivo-Legislativo, vantagem da incumbência e comportamento legislativo. Embora nem todos os achados da literatura apresentada se direcionem exclusivamente ao Senado Federal, o objetivo foi destacar a complexidade da governabilidade, em um cenário em que predomina o multipartidarismo, relações bicamerais em que o Executivo necessita construir e manter coalizões estáveis, mediante as ferramentas institucionais de que dispõe, como poderes de agenda, orçamentários e a distribuição de cargos, permitindo-lhe negociar apoio com os partidos no Congresso.

Nesse contexto, a ideologia desempenha um papel relevante, mas não necessariamente determinante para a governabilidade. Embora a ideologia seja importante, ela não é o único fator que determina o comportamento dos parlamentares. Incentivos individuais, trocas de benefícios com o Executivo e incertezas no processo político também influenciam as decisões legislativas. Além disso, o tamanho e a heterogeneidade ideológica da coalizão governamental podem afetar os custos da governabilidade e a capacidade do presidente em aprovar sua agenda. Ademais, a incumbência se destaca ao conferir vantagens políticas e eleitorais significativas, ainda que suas vantagens variem conforme o contexto político e os recursos disponíveis. As estratégias legislativas e o comportamento dos parlamentares também refletem a interação entre incentivos individuais e institucionais, mostrando que a busca pela reeleição é uma determinante crucial para compreender sua atuação.

Por fim, o Senado Federal brasileiro é uma instituição robusta, com poderes institucionais semelhantes aos da Câmara dos Deputados, mas atuando com um horizonte temporal e incentivos eleitorais distintos, além de possuir prerrogativas exclusivas, o que lhe garante atuar como um verdadeiro *veto player* na arena legislativa. Porém, a grande maioria dos trabalhos acadêmicos que versam sobre estudos legislativos concentrou sua agenda na Câmara dos Deputados, levando alguns pesquisadores a transporem os resultados de uma casa para a outra. No entanto, com o avanço computacional, que possibilitou maior acesso e compartilhamento de dados, a literatura sobre a atuação do Senado ampliou-se, seja em análises focadas apenas nessa Casa ou em perspectiva comparada com a Câmara dos Deputados.

### 3 METODOLOGIA, DADOS E DESENHO DE PESQUISA

#### 3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever a metodologia, os dados, o desenho de pesquisa, e as estratégias metodológicas que foram implementadas neste trabalho. Para a realização das análises estatísticas, utilizo quatro fontes de dados primárias e secundárias distintas: 1) portal de dados abertos do Senado Federal<sup>10</sup>; 2) Dados legislativos sobre coalizões presidenciais<sup>11</sup>; 3) Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>12</sup>; e 4) Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros, produzido pelo Prof. Dr. André Borges<sup>13</sup> (UnB) para sua pesquisa sobre direita política no Brasil. O processo de obtenção de coleta e manipulação dos dados, é uma etapa importante em qualquer trabalho científico. Busca-se, através dessa etapa, tornar transparente a obtenção dos resultados e viabilizar a replicabilidade da pesquisa.

É fundamental definir cuidadosamente os métodos de coleta de dados e garantir a transparência em todo o processo que envolve a manipulação, transformação e agregação. A verificação cuidadosa dos dados e a limpeza garante a qualidade e a integridade em todas as etapas de análise. Esse processo busca minimizar erros durante os procedimentos de análise e informa a qualidade dos dados. Todos os bancos de dados reportados, são públicos e podem ser acessados. Todos os bancos de dados utilizados nesta pesquisa são públicos e acessíveis a qualquer pesquisador ou cidadão interessado. Além disso, os dados tratados e manipulados, assim como os scripts usados nas análises estatísticas e na geração dos gráficos, estarão disponíveis em um repositório público<sup>14</sup>.

É fundamental definir cuidadosamente os métodos de coleta de dados e garantir a transparência em todo o processo que envolve a manipulação, transformação e agregação. A verificação cuidadosa dos dados e a limpeza garante a qualidade e a integridade em todas as etapas de análise. Esse processo busca minimizar erros durante os procedimentos de análise e informam a qualidade dos dados. Todos os bancos de dados reportados são públicos e

---

<sup>10</sup> <https://www12.senado.leg.br/dados-abertos>

<sup>11</sup> As diversas fontes são detalhadas no subtópico: 3.6.2.

<sup>12</sup> <https://www.tse.jus.br/>

<sup>13</sup> <https://andreborges.org/pt/>

<sup>14</sup> [osf.io/me8xf](https://osf.io/me8xf) (*scripts*, dados e tese). <https://github.com/LeonadoRodrigues> (*scripts*).

podem ser acessados por qualquer pesquisador ou cidadão que possua interesse em obter essas informações. Entretanto, os dados tratados e manipulados nessa pesquisa, assim como todos os scripts utilizados para a realização das análises estatísticas e os processos de manipulação e criação dos gráficos, ficarão disponíveis em um repositório público.

A disponibilidade dessas informações é especialmente importante para pesquisadores que desejam compreender os procedimentos realizados e queiram replicar os resultados da pesquisa. Portanto, “[...] a única maneira de compreender e avaliar completamente uma análise empírica é conhecer o processo exato pelo qual os dados foram gerados e a análise produzida” (KING, 2015). Assim, além de garantir a transparência e a lisura no processo de obtenção dos dados e dos resultados, as práticas de transparência e replicabilidade têm se tornado cada vez mais frequentes na Ciência Política, especialmente após o trabalho seminal de (KING, 1995). E neste trabalho não seria diferente.

Na próxima seção, será detalhado o processo de coleta, manipulação e processamento dos dados. Em seguida, serão apresentadas as limitações metodológicas, um resumo do desenho de pesquisa e os procedimentos metodológicos. Nessa etapa do trabalho, busco contribuir de maneira transparente, detalhando a origem dos dados, as limitações, os procedimentos estatísticos utilizados, o recorte temporal e o *software* usado para analisar os dados. Tornar esses processos transparentes ajuda o leitor a compreender melhor os resultados da pesquisa e facilita o processo de replicabilidade e aprimoramento.

### **3.2 Resumo do desenho de pesquisa e procedimentos metodológicos**

Os quadros 1 e 2 resumem o desenho de pesquisa, hipóteses, técnicas estatísticas, unidade de análise, recorte temporal e os *softwares* utilizados para o tratamento dos dados e análises estatísticas. Este estudo faz uso tanto estatística descritiva quanto multivariada. A estatística descritiva foi utilizada ao longo de todo o trabalho para descrever e sumarizar as variáveis empregadas nesse trabalho, enquanto a análise multivariada foi aplicada para estimar o efeito das variáveis independentes (X) e de controle (C) sobre a variável dependente (Y).

**Quadro 1:** Resumo do desenho de pesquisa.

|                     |                                                                                                  |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Questão             | Quais fatores explicam o alinhamento parlamentar ao governo no Senado Federal brasileiro?        |
| Unidades de Análise | Parlamentares                                                                                    |
| Recorte Temporal    | 1999-2021 (51 <sup>a</sup> à 56 <sup>a</sup> - Legislaturas)                                     |
| Técnicas            | Análise exploratória de dados; Estatística Descritiva; Equações de Estimação Generalizadas (EEG) |
| <i>Softwares</i>    | Excel; R (versão 4.1.2)                                                                          |

Fonte: Elaboração autor.

**Quadro 2:** Resumo das variáveis.

| Variável | Nome da variável         | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                | Mensuração         |
|----------|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| VD       | Alinhamento              | A variável indica o percentual de votos alinhados com o líder do governo no Senado.                                                                                                                                                                                      | Continua           |
| VI       | Coalizão                 | A variável indica se o parlamentar faz parte da base de apoio do governo.                                                                                                                                                                                                | Categórica binária |
|          | Diferença ideológica     | Esta variável representa a diferença entre a ideologia do partido do parlamentar e a do partido do presidente.                                                                                                                                                           | Contínua           |
|          | Margem de Segurança      | Esta variável indica a diferença percentual de votos entre o 1º e o segundo colocado quando $M = 1$ , e entre o segundo e terceiro colocado quando $M = 2$ .                                                                                                             | Contínua           |
|          | Anos Até Fim Mandato     | A variável representa o tempo restante até o fim do mandato do senador. Os valores variam de 7 (primeiro ano do mandato) até 0 (último ano do mandato).                                                                                                                  | Ordinal Discreta   |
|          | Nº Mandatos              | A variável representa o número de mandatos do senador, isto é, quantas vezes ele já conquistou uma cadeira no Senado.                                                                                                                                                    | Discreta           |
| VC       | Experiencia Eletiva      | A variável captura a experiência prévia do senador em cargos eletivos — ou seja, se o senador já exerceu algum cargo eletivo antes do atual mandato no Senado.                                                                                                           | Categórica binária |
|          | Ano Eleição Presidencial | Variável <i>dummy</i> que representa o ano de eleição presidencial.                                                                                                                                                                                                      | Categórica binária |
|          | IDHM                     | A variável IDHM é uma adaptação do IDH e avalia o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. O IDHM mensura as mesmas dimensões do IDH — expectativa de vida, educação e renda — variando de 0 (desenvolvimento humano baixo) a 1 (desenvolvimento humano alto). | Contínua           |

Fonte: Elaboração autor.

O desenho metodológico e o resumo das variáveis apresentados nos quadros 1 e 2 facilitam a compreensão e os objetivos da pesquisa. A integração entre estatística descritiva

e análise multivariada com a técnica de Equações de Estimação Generalizadas (EEG) visa oferecer uma visão geral dos padrões comportamentais e das relações entre a variável dependente e as variáveis independentes e de controle. O recorte temporal abrange diferentes legislaturas (1999-2021), capturando variações no comportamento legislativo ao longo do tempo. O uso de *software* livre, como o R, garante a replicabilidade das análises e a acessibilidade. O objetivo é contribuir para o avanço da literatura em Ciência Política e abrir espaço para críticas e contribuições.

### **3.3 Técnica estatística - Equações de Estimação Generalizadas (EEG)**

Para verificar a influência das variáveis independentes (X) e de controle (C) sobre a variável dependente (Y), foi utilizada a técnica estatística de Equações de Estimação Generalizadas (EEG)<sup>15</sup>. O EEG é especialmente adequado para delineamentos longitudinais, em que as observações de um mesmo indivíduo (como, por exemplo, um parlamentar) são coletadas em diferentes momentos no tempo, o que pode gerar correlação entre as medidas repetidas. Essa técnica considera esta correlação ao ajustar uma estrutura de dependência apropriada, permitindo a obtenção de estimativas robustas e consistentes dos efeitos das variáveis independentes sobre a variável dependente (BALLINGER, 2004; COELHO FILHO, 2020; GHISLETTA; SPINI, 2004; HØJSGAARD; HALEKOH; YAN, 2006). O GEE modela a resposta média da população, em vez de tentar modelar diretamente a estrutura de covariância dentro de cada indivíduo. Assim, o foco principal do EEG é realizar inferências populacionais ao considerar a correlação intrassujeito, descrevendo o modelo geral médio dos dados, e não os padrões individuais (BALLINGER, 2004).

Para a execução do EEG, são necessárias algumas etapas para a especificação do modelo, como: a) escolher a distribuição que melhor se adeque à variável dependente (Y); b) selecionar a função de ligação a ser utilizada – a função de ligação é a forma como X está relacionado com Y na regressão (método de estimação dos betas); e c) definir a estrutura de correlação da variável dependente (BALLINGER, 2004). Com base nessas três etapas, foram estimados alguns modelos dentre as possibilidades de modelagem da técnica. O

---

<sup>15</sup> Generalized Estimating Equations (GEE).

modelo que melhor se ajustou aos dados, considerando o valor mais baixo do QIC<sup>16</sup> e a distribuição dos resíduos, segue a seguinte especificação: distribuição Gama (Gamma), com função de ligação identidade (identity) e estrutura de correlação autorregressiva de primeira ordem ou AR(1). A distribuição gama é adequada para dados contínuos, positivos e assimétricos, enquanto a função de ligação identidade permite modelar uma relação linear direta entre as variáveis independentes e a dependente. A estrutura de correlação autorregressiva de primeira ordem AR(1) pode ser empregada em modelos com dados longitudinais. Ela assume que a correlação entre as observações de um mesmo indivíduo tende a diminuir exponencialmente ao longo do tempo (BALLINGER, 2004; COELHO FILHO, 2020). Teoricamente, é esperado que o comportamento de um senador em um ano esteja mais correlacionado com o ano imediatamente anterior do que com anos mais distantes. Empiricamente, ao realizar análises de correlação entre o percentual de alinhamento e seus valores defasados (ano anterior) para parlamentares individualmente, os resultados apresentaram correlações moderadas e altas, indicando uma dependência temporal que reforça a adequação da estrutura AR(1).

Foram necessários alguns ajustes para a estimação do modelo, conforme os parâmetros descritos anteriormente. Para utilizar a distribuição gama, é necessário que os valores apresentados sejam estritamente positivos. No entanto, a variável dependente “Alinhamento” é expressa como uma porcentagem e apresenta valores entre 0 e 100. Assim, foi necessário realizar um ajuste para que seu espaço amostral contivesse apenas valores positivos. Para contornar esse problema, acrescentei o valor de 0,0001 nos 43 casos em que havia 0,00 absoluto, correspondendo a apenas 2,25% da amostra. Excluir esses casos não faria sentido teórico, uma vez que os parlamentares que apresentam valores extremos, como 0,00% e 100%, são parlamentares extremamente comprometidos, seja com a base governista (100%) ou em fazer oposição sistemática ao governo (0,00%)<sup>17</sup>.

Por fim, foram estimados três modelos de Equações de Estimação Generalizadas (EEG), que serão discutidos no capítulo 5. Para estimar os modelos, utilizei o *software* estatístico R, com o auxílio do pacote *geepack*, versão 1.3.12 (HØJSGAARD; HALEKOH;

---

<sup>16</sup> QIC: *Quasi-Information Criterion* (Critério de Quasi-Informação). É usado para selecionar uma estrutura de correlação. Modelos que apresentam valores menores de QIC, CIC, QICu ou QICC são preferidos. Para informações adicionais, consulte: <https://cran.r-project.org/web/packages/geepack/geepack.pdf>.

<sup>17</sup> Detalhes adicionais do procedimento encontram-se no Apêndice A.

YAN, 2006). O pacote *geepack* é intuitivo e conta com diversas funções que facilitam a estimação de modelos de Equações de Estimação Generalizadas (EEG). Na seção seguinte apresento os procedimentos de coleta e processamento dos dados, que fundamentam as análises estatísticas realizadas.

### 3.4 Coleta e processamento dos dados

#### 3.4.1 Banco de dados de votação nominal – (Senado Federal)

As votações utilizadas nessa pesquisa são do tipo “Votação nominal”. A primeira etapa da coleta de dados para este trabalho consistiu na extração dos dados de votação nominal no site do Senado Federal. Foram extraídos dados de votações nominais para os anos de 1999 a 2021. Este período abrange cinco legislaturas consecutivas (51<sup>a</sup> a 55<sup>a</sup>) e dois anos legislativos da penúltima legislatura (56<sup>a</sup>). Trata-se de um recorte temporal que compreende vinte e dois anos de atividades político-partidárias e negociações, capturado por meio das votações nominais. Os dados obtidos no Senado Federal foram extraídos em tabelas no formato *comma-separated values*<sup>18</sup> (CSV), contendo votações nominais realizadas no período, tipo de projeto votado, posicionamento dos parlamentares (Sim, Não, Abstenção, Ausência), partido, código da votação, do projeto, ano e uma série de outras variáveis.

Após a extração das tabelas com as votações nominais, foi necessário realizar um processo minucioso de tratamento dos dados. A ausência de um *codebook*<sup>19</sup> tornou o processo de limpeza e manipulação cauteloso e demorado. Alguns casos (linhas) possuíam informações ausentes, especialmente nos registros mais antigos. Essas ausências foram eliminadas devido ao custo de identificação completo do registro individual de votação. No entanto, essas omissões representam menos de 2% de todo o registro de votação para o período em análise.

No processo de votação nominal, é possível identificar o parlamentar e o seu respectivo voto<sup>20</sup>. Esse tipo de votação nos permite analisar as preferências individualmente

---

<sup>18</sup> Arquivo de Valores Separados por Vírgulas.

<sup>19</sup> Livro de códigos que contém a descrição das variáveis.

<sup>20</sup> Para saber mais sobre o processo de votação nominal, acesse:

<https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo>. Acesso em: 5 jun. 2023.

dos parlamentares e do grupo – partido. Deste modo, podemos identificar padrões de votação, as preferências dos partidos e dos parlamentares individualmente e sua posição em matérias de interesse do governo. Separando o posicionamento dos partidos governistas e da oposição quando a matéria é de interesse do governo e em que medida a ideologia dos partidos exerce influência no processo de decisão do voto. Também nos permite mensurar a coesão, alinhamento e disciplina dos partidos. A análise das votações nominais é um instrumento muito utilizado pela Ciência Política para compreender a governabilidade, a relação entre o Executivo e o Legislativo e no campo do comportamento político (AMES, 2003; AMORIM NETO, 2000; DESPOSATO, 2005, 2006; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007; LYNE, 2008; MELO; BATISTA, 2012; MORAIS, 2019; MORAIS; JÚNIOR; FILHO, 2018; NEIVA, 2011; NICOLAU, 2000; RIBEIRO; LOCATELLI; ASSIS, 2022).

O parlamentar pode declarar o seu voto como: “Sim”, “Não” ou se abster do processo de votação “Abstenção”. Se o parlamentar não está presente no momento da votação e não declara o motivo da sua ausência, será contabilizado no seu registro de votação o não comparecimento. Nos casos de declaração por motivo de saúde ou por exercício da atividade parlamentar, a ausência será justificada de acordo com o artigo previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF)<sup>21</sup>. Nos casos em que o parlamentar se absteve de voto – nessa amostra as abstenções somam apenas 1% de todas as votações – eu compreendo como um ato de defecção do parlamentar e portanto, para esses casos, eu recodifiquei o voto “Abstenção” para “Não”.

Eu poderia simplesmente eliminar esses casos, contudo, eu perderia informação. Ao se abster de uma votação o parlamentar prefere não se posicionar sobre o assunto, seja por razões pessoais, ideológicas ou eleitorais. Seja qual for o motivo, o parlamentar preferiu se eximir do processo e emitir sua posição sobre a matéria. Portanto, considero a abstenção um ato de defecção do parlamentar, por isso, aplico o voto “Não” para esses casos. Realizo esse procedimento, pois o foco das análises repousa apenas nos votos “Sim” e “Não”. As

---

<sup>21</sup> Regimento interno:  
<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>. Acesso em: 5 jun. 2023.

abstenções contêm nuances próprias que carecem de investigação, mas como esse não é o foco do trabalho, é importante transparecer todo e qualquer procedimento de recodificação.

Existe também a possibilidade de obstrução de uma votação. O processo de obstrução é utilizado pelos parlamentares por meios regimentais para protelar ou evitar a votação de uma determinada matéria, especialmente quando não há consenso sobre o projeto. Esse tipo de mecanismo é utilizado de diversas formas, como pronunciamentos, adiamentos da discussão e da votação, retirada de pauta e até mesmo pela saída do plenário pelo parlamentar para evitar a obtenção de quórum. Em resumo, é o uso de instrumentos regimentais para evitar ou retardar a votação de uma determinada matéria<sup>22</sup>. Os registros de obstrução somam menos de 1% de todas as entradas das votações, mais especificamente, totalizando apenas 15 entradas. Portanto, esses registros foram eliminados.

Os dados de votações nominais serão utilizados neste trabalho para descrever o processo de atuação dos partidos e do governo no Senado. Mais especificamente, serão analisadas as votações em cada governo em termos de apreciação e distribuição das matérias por tipo e contestação. Além disso, será realizada uma classificação do tamanho dos partidos em termos de votos dados durante a legislatura, juntamente com a análise da coesão e do alinhamento parlamentar ao longo dos governos. O alinhamento nos permitirá compreender em que medida os partidos da base governista estão votando conforme a orientação do líder do governo no Senado, enquanto a coesão nos informará sobre o quão coerentes são os partidos em suas posições em cada uma das votações, ou seja, se votam juntos ou separados.

### *3.4.2 Dados legislativo sobre coalizões de governo*

A segunda fonte de dados utilizada neste trabalho reúne dados primários e secundários para produzir as informações sobre coalizões de governo. A composição da base de dados reúne informações da Biblioteca da Presidência<sup>23</sup>, Câmara dos Deputados<sup>24</sup>, Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional)<sup>25</sup>, Diário do Senado

---

<sup>22</sup> Para saber mais sobre, acesse:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/552849/001140838\\_GlossarioTermosLegislativos.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/552849/001140838_GlossarioTermosLegislativos.pdf)

<sup>23</sup> Para consultados os diversos arquivos disponíveis, acesse: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos/dados-abertos-legislativo>. Acesso em: 5 jun. 2023.

<sup>25</sup> Para acessar os Relatórios da Presidência, acesse: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-da-presidencia/2023>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Federal<sup>26</sup>, Banco de Dados Legislativo sobre coalizões de governo do (CEBRAP)<sup>27</sup> e dos dados utilizados no trabalho de Borges (2021). Os critérios de identificação de um novo gabinete foram retirados dos trabalhos de (AMORIM NETO, 2018; BORGES, 2021; FIGUEIREDO, 2007).

O banco de dados compila informações sobre as coalizões governamentais desde o período do ex-presidente Sarney (1988). Reunindo informações dos partidos que compõem a coalizão governamental, os eventos de uma nova coalizão, por exemplo, a entrada ou saída de um partido na coalizão, processo de impeachment ou uma nova eleição. Embora o banco contenha uma série de variáveis, para este estudo, o foco está em identificar os partidos que fizeram parte das coalizões presidenciais entre 1999 e 2021. Durante esse período, cinco presidentes distintos assumiram o cargo<sup>28</sup>, cada um com estilo próprio de negociar com os partidos (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a) ou até mesmo recusando-se a negociar com os atores partidários e criminalizando o presidencialismo de coalizão, como nos casos dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Jair Messias Bolsonaro (PL).

No sistema multipartidário brasileiro, como discutido no Capítulo 2, o partido do presidente dificilmente obtém o número necessário de cadeiras que lhe garanta a aprovação da sua agenda no Congresso. Portanto, os presidentes precisam formar coalizões governamentais para obter sucesso em suas iniciativas. As coalizões governamentais não são perenes; elas quase sempre sofrem alterações ao longo do tempo, uma vez que os presidentes buscam consolidar sua base de apoio legislativo. Assim, as mudanças no conjunto de partidos são inevitáveis (AMORIM NETO, 2018; FIGUEIREDO, 2007). O objetivo deste capítulo não é discutir a formação ou a manutenção das coalizões nos governos, mas descrever a origem dos dados e variáveis. Porém, é necessário compreender quais critérios foram adotados para considerar os partidos que faziam parte da coalizão governamental.

Os critérios adotados pelos pesquisadores para determinar os partidos que compõem a coalizão de governo foram propostos no artigo de Figueiredo (2007). Com base nesse trabalho, os pesquisadores sintetizam os critérios da seguinte forma: 1) para que o partido possa ser reconhecido como membro da coalizão, ele precisa ser selecionado pelo presidente

---

<sup>26</sup> Os Diários do Senado Federal estão disponíveis em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver>. Acesso em: 5 jun. 2023.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.bancodedadoslegislativos.com.br/downloads.php>. Acesso em: 5 jun. 2023.

<sup>28</sup> Ver Capítulo 4.

para comandar alguma pasta ministerial; e 2) o partido precisa declarar por meio da imprensa ou em outros discursos que de fato assumiu alguma pasta ministerial e declarar o seu apoio ao governo. Adicionalmente, um gabinete de coalizão em uma democracia presidencial é definido por Amorim Neto (2018), sempre que o presidente nomeia pelo menos dois partidos para ocupar postos ministeriais – essa é uma condição necessária, mas não suficiente. E um novo gabinete é formado sempre que um novo presidente assume o cargo ou quando há alguma mudança na composição dos partidos representados no gabinete (AMORIM NETO, 2018). Deste modo, ficam definidos os critérios utilizados na base de dados para determinar os partidos que compõem a coalizão de governo e que serão empregados neste trabalho.

Vale salientar que o banco de dados sobre a coalizão governamental é produzido com base na formação partidária da Câmara dos Deputados. Portanto, a composição partidária e a distribuição de cadeiras não são equivalentes para as duas Casas. Ou seja, existem partidos com representação na Câmara, mas sem representação no Senado. Porventura, pode ocorrer que um partido faça parte da coalizão do governo na Câmara, mas não possua representantes no Senado. Logo, o partido não integra a base de apoio do governo no Senado. Destaco esse ponto, pois, ao longo do trabalho, ao apresentar a composição partidária e a coalizão governamental, ela pode ser ligeiramente distinta da composição da Câmara dos Deputados.

As informações dos partidos que compõem a coalizão de governo serão úteis para compreender o comportamento individual, especialmente em relação ao nível de alinhamento dos parlamentares que integram a coalizão de governo em comparação com os demais partidos da oposição. Além disso, com base nos partidos que compõem a coalizão governamental, será possível mensurar a distância ideológica entre o partido do presidente e os demais partidos da coalizão, permitindo estimar se a distância ideológica entre o partido do presidente e os demais partidos da coalizão exerce algum efeito em relação ao alinhamento com o governo. Ou seja, quanto menor a distância ideológica dos membros da coalizão, mais alinhados ao governo serão esses parlamentares? Essa e outras questões com relação à coalizão e ideologia serão analisadas mais adiante no capítulo 5 deste trabalho.

### *3.4.3 Tribunal Superior Eleitoral – (TSE)*

A terceira fonte de dados que utilizo nesta pesquisa é do portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi coletada de duas maneiras, “manualmente” e de

forma automatizada, com o pacote *electionsBR*<sup>29</sup>, através do software estatístico R. O pacote *electionsBR* fornece diversas funções que retornam dados eleitorais brasileiros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 'limpos' e organizados. No entanto, não é possível extrair, através deste pacote, dados eleitorais anteriores às eleições de 1998. Por este motivo, uma parte da coleta precisou ser realizada diretamente do portal de dados abertos desta instituição e, em seguida, mesclada em uma só base de dados. Os dados eleitorais, coletados manualmente, referem-se às eleições gerais de 1994 (49ª Legislaturas).

Os senadores são eleitos para mandatos de oito anos; com isso, eles assumem duas legislaturas consecutivas. O parlamentar eleito em 1994 (49ª Legislatura) permanecerá no cargo até fevereiro de 2003 (final da 50ª Legislatura). Considerando que o período analisado neste estudo abrange as 51ª a 56ª Legislaturas, foi necessário recorrer aos dados de eleições anteriores para complementar as variáveis que farão parte do modelo, como a margem de segurança eleitoral, anos até o fim do mandato, número de mandatos e ano eleitoral (eleições gerais).

A Margem de Segurança Eleitoral é a diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocados, quando a magnitude do distrito é igual a 1, e entre o segundo e o terceiro colocados, quando a magnitude do distrito é igual a 2. Anos até o fim do mandato é uma contagem regressiva em que 7 representa o primeiro ano do mandato parlamentar e 0, o último ano. Número de Mandatos indica a quantidade de mandatos do parlamentar no Senado, e Ano de Eleição é uma variável que indica se tratar de um ano de eleições gerais.

#### 3.4.4 *Banco de dados de Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros*

A quarta fonte de dados que utilizo neste trabalho refere-se aos dados sobre ideologia dos partidos políticos brasileiros. Esses dados reúnem pesquisas que agregam diferentes metodologias, as quais buscam classificar a ideologia dos partidos. Esses dados são baseados em pesquisas com as elites políticas parlamentares e especialistas (BORGES; VIDIGAL,

---

<sup>29</sup> <https://electionsbr.com/novo/>

2023). Os dados são de livre acesso e podem ser baixados diretamente através do endereço eletrônico que consta na nota de rodapé<sup>30</sup>.

A operacionalização da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, realizada por Borges e Vidigal (2023), foi construída principalmente com base nas pontuações estimadas por Zucco e Power (2021). A referência para essa construção foram as respostas dos legisladores em várias edições da Pesquisa Legislativa Brasileira<sup>31</sup>, que compreende os períodos de 1990 a 2017. No entanto, as várias edições da Pesquisa Legislativa Brasileira não fornece informações para alguns partidos e/ou períodos legislativos, como informam Borges e Vidigal (2023). Para contornar esse problema, os pesquisadores utilizam fontes adicionais, como as ondas de 2006, 2011, 2015 e 2018 de dois experts surveys: Representação Política, Executivo e Partidos (PREPPS)<sup>32</sup>, e a V-Party<sup>33</sup> 2020.

Adicionalmente, a distribuição das categorias dos três espectros ideológicos - esquerda, centro e direita - foi realizada em um intervalo de 7 pontos, numa escala contínua totalizando 20 pontos. No entanto, a divisão em 7 pontos para três categorias gera uma escala de 21 pontos. Portanto, o centro foi definido com um intervalo de 6 pontos, variando entre 8 e 13. Em seguida, os partidos foram distribuídos em cada uma das categorias de acordo com suas pontuações médias. Em sua maioria, os partidos permaneceram estáveis, porém, Borges e Vidigal (2023) chamam atenção para dois casos de partidos que mudaram suas posições substancialmente – o PSDB e o PPS (atual Cidadania).

Os PSDB e o PPS mudaram substancialmente suas posições iniciais na década de 1990, assimilando-se mais ao espectro da centro-direita. Ainda, o PSDB nos últimos anos ultrapassou por uma pequena margem o limite do centro para direita. Chamo atenção para esse aspecto, pois, mesmo o PSDB migrando substancialmente de posição ao longo do tempo, os autores optaram por manter a classificação do PSDB ao centro. A justificativa para a manutenção do PSDB ao centro do espectro político, de acordo com eles, deve-se ao fato de o PSDB e o PPS serem partidos mais secularizados e progressistas, tendo como base as

---

<sup>30</sup> Para acessar os dados e compreender melhor a metodologia aplicada, acesse: <https://andreborges.org/pt/datasets/>

<sup>31</sup> Os dados podem ser acessados em: <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/bls>

<sup>32</sup> Os dados podem ser acessados em: <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/prepps>

<sup>33</sup> Os dados podem ser acessados em: <https://v-dem.net/data/dataset-archive/>

pesquisas de especialistas. Portanto, Borges e Vidigal (2023) optam por manter a posição do PSDB e do PPS como partidos de centro. Portanto, nessa pesquisa, seguirei a classificação dos autores e tratarei o PSDB e o PPS como partidos de centro em todo o período de análise.

Todas as informações sobre a ideologia dos partidos políticos brasileiros foram obtidas do documento que descreve o banco de dados criado por Borges e Vidigal (2023), disponível para consulta no *link* fornecido anteriormente para acesso à base de dados. É importante destacar que, ao longo do período que abrange esse estudo, alguns partidos alteraram suas siglas. Portanto, decidi atualizar todas as siglas partidárias em todas as bases de dados para evitar possíveis confusões e erros durante a manipulação dos dados. Além disso, todas as referências aos partidos nesta pesquisa serão feitas com base nos nomes atuais das legendas. Mesmo nos casos em que me refiro ao período em que a legenda possuía o nome anterior, continuarei a usar o nome atual. O quadro 3 abaixo apresenta as mudanças de nome das siglas partidárias.

**Quadro 3:** Atualização das siglas partidárias.

| <b>Nome anterior</b> | <b>Nome atual</b> |
|----------------------|-------------------|
| PFL                  | DEM               |
| PMDB                 | MDB               |
| PMR/PRB              | REPUBLICANOS      |
| PTN                  | PODEMOS           |
| PR                   | PL                |
| PEN                  | PATRIOTAS         |
| PTdoB                | AVANTE            |
| PPB                  | PP                |
| PPS                  | CIDADANIA         |
| PTC                  | AGIR              |

Fonte: Elaboração autor.

Os dados de classificação ideológica dos partidos brasileiros serão utilizados nesta pesquisa para analisar o efeito da ideologia sobre o alinhamento parlamentar em relação ao governo. Especificamente, busca-se mensurar a distância ideológica entre o partido do parlamentar e o partido do presidente, bem como a diferença ideológica entre a coalizão governamental e o partido do presidente. Dessa forma, pretende-se avaliar como as diferenças ideológicas nas diversas composições ao longo do tempo influenciam o alinhamento parlamentar, buscando compreender, ainda, como os parlamentares se comportam quando estão na base governista ou na oposição a partir dessa diferença.

Adicionalmente, o termo sucesso nessa pesquisa se refere ao quão alinhados são os partidos que compõem a coalizão governamental nas matérias de interesse do governo. As matérias de interesse do governo são classificadas de acordo com a posição do líder do governo no Senado. Não é possível saber a posição explícita do governo em cada uma das votações em plenário, portanto, como representante do governo no Senado, utilizo o voto do líder do governo como *proxy* para a posição do governo em cada uma das votações. O quadro 4 resume o sucesso e o fracasso do governo nas votações.

**Quadro 4:** Classificação do sucesso (voto alinhado) e fracasso (voto não alinhado) do governo nas votações com base no voto do líder.

|               |   | Voto do Parlamentar |                |
|---------------|---|---------------------|----------------|
|               |   | 1                   | 0              |
| Voto do Líder | 1 | Sucesso (1,1)       | Fracasso (0,1) |
|               | 0 | Fracasso (1,0)      | Sucesso (0,0)  |

Fonte: Elaboração autor.

Especificamente, se o líder do governo vota “Sim” em uma determinada matéria, considero essa matéria de interesse do governo. Por outro lado, se o líder vota “Não”, a matéria não é considerada de interesse do governo. Assim, se o líder do governo vota “Sim” e os membros da coalizão acompanham o voto do líder com um “Sim”, o governo obteve sucesso (voto parlamentar alinhado). Já se o líder do governo vota “Não” e os membros da coalizão não acompanham o voto do líder, optando pelo voto “Sim”, o governo obteve fracasso (voto parlamentar não alinhado). Em resumo, no primeiro exemplo, houve alinhamento dos parlamentares em relação ao governo; no segundo, não.

## 4 DESVENDANDO O SENADO: VOTAÇÕES, GOVERNO E IDEOLOGIA

### 4.1 Análise descritiva dos dados do Senado

Nessa seção, realizo uma análise descritiva dos dados provenientes das votações nominais ocorridas no Senado Federal brasileiro no período de 1999 a 2021. O objetivo deste capítulo é contribuir para a compreensão do panorama geral em que os parlamentares estavam inseridos no período analisado, fornecendo subsídios para a compreensão e a contextualização da dinâmica das votações nominais, bem como para o entendimento da composição ideológica das coalizões de governo e a diferença ideológica entre os atores políticos e o governo. Os dados de votação nominal representam a base das análises presentes nesse trabalho, complementados pelos dados de votação dos parlamentares nas eleições gerais. Todos os dados utilizados nessa seção estão disponíveis no portal de dados abertos do Senado Federal<sup>34</sup> e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>35</sup>. O *script* e os dados utilizados nessa seção também podem ser solicitados mediante pedido direto ao autor<sup>36</sup>.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: nesta seção (4.1), eu descrevo as votações de interesse deste trabalho, o recorte temporal, a natureza dos dados e as estratégias adotadas no tratamento da base de dados. Na seção 4.2, eu realizo uma análise descritiva das votações de interesse que foram realizadas no Senado, por legislatura, explorando algumas características, como a porcentagem de votação por tipo de matéria em cada governo e a porcentagem de votações contestadas<sup>37</sup> por tipo de matéria. Na seção 4.3, eu apresento a distribuição percentual das votações por partido ao longo das 51<sup>a</sup> a 56<sup>a</sup> legislaturas. Na seção 4.4, classifico o tamanho dos partidos de acordo com os votos dados na legislatura e comparo a distribuição das votações por tamanho dos partidos, e por fim, na seção 4.5, eu analiso a distribuição das coalizões e a ideologia dos partidos.

O recorte temporal deste trabalho abrange um período de vinte e dois anos de atividade político-parlamentar do país, compreendendo a 51<sup>a</sup> e metade da 56<sup>a</sup> legislatura.

---

<sup>34</sup> <https://www12.senado.leg.br/dados-abertos>

<sup>35</sup> <https://dadosabertos.tse.jus.br/>

<sup>36</sup> [leonardorodriguesmoraes@outlook.com.br](mailto:leonardorodriguesmoraes@outlook.com.br)

<sup>37</sup> Na seção 4.2 eu explico detalhadamente o que são as “votações contestadas”.

Este recorte cobre 58% da vida democrática brasileira pós-reabertura em 1985. Neste período, o país passou por diversas transformações sociais e políticas e foi governado por presidentes com perfis ideológicos distintos: Fernando Henrique Cardoso - PSDB (1999-2003<sup>38</sup>), Luiz Inácio Lula da Silva<sup>39</sup> - PT (2003-2010), Dilma Rousseff – PT (2010-2016<sup>40</sup>), Michel Temer – MDB (2016-2019<sup>41</sup>) e Jair Messias Bolsonaro – PL (2019-2021<sup>42</sup>).

Trabalhos que analisam o Senado ou ambas as Casas Legislativas não são mais tão escassos; no entanto, quando comparados às pesquisas dedicadas exclusivamente à Câmara dos Deputados, percebe-se um volume maior de estudos direcionados a esta última (NEIVA, 2011). Se Câmaras superiores com poderes limitados podem exercer impacto nas políticas (DRUCKMAN; THIES, 2002), o que esperar do alcance das Câmaras superiores com poderes simétricos, ou seja, com poderes similares aos da Câmara dos Deputados, como é o caso do Senado Federal brasileiro, que, adicionalmente, ainda conta com competências exclusivas<sup>43</sup>?

Sartori (1996) chama a atenção para o fato de que, quando o poder das duas Câmaras é desigual, a Câmara Superior é sempre a mais fraca (SARTORI, 1996). No entanto, essa lógica não se aplica à Câmara Superior no Brasil. Há uma diferenciação em relação à Câmara dos Deputados manifesta por meio de diversos fatores, tais como as regras eleitorais para a seleção dos seus membros, a composição partidária, os poderes institucionais atribuídos aos líderes dos partidos, o tempo de mandato, a *expertise* política (vários senadores passaram por cargos majoritários, como prefeitos, governadores e até mesmo ex-presidentes), a base de atuação dos senadores e os interesses específicos vinculados às características regionais.

---

<sup>38</sup> Esse período refere-se ao segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

<sup>39</sup> No momento em que escrevo essa tese, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conquistou seu terceiro mandato derrotando o candidato a reeleição pela presidência, Jair Messias Bolsonaro (PL). Esse foi um feito inédito na jovem democracia brasileira. Nenhum outro presidente buscando a reeleição havia sido derrotado anteriormente.

<sup>40</sup> A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) teve seu mandato encurtado por um processo de impeachment em 2016. O então vice-presidente da sua chapa, Michel Temer (MDB), assumiu a presidência interinamente em 2016.

<sup>41</sup> Michel Temer (MDB) assumiu a presidência e governou por dois anos após um processo de impeachment, quando ocupava o cargo de vice-presidente da então ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

<sup>42</sup> Refere-se ao período de análise dos dados e não ao tempo de mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) – (2019-2023).

<sup>43</sup> Para saber mais sobre as competências exclusivas do Senado Federal Acesse: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4247204&disposition=inline>

É importante ressaltar que o mandato dos senadores pertence a eles e não aos partidos. Essa característica sugere que os senadores dispõem de uma maior autonomia em relação a possíveis trocas de legendas e na condução de suas atividades legislativas na Casa. Isso decorre do fato de que os senadores são eleitos através do sistema majoritário, ao passo que os deputados são eleitos pelo sistema proporcional. Em outras palavras, isso significa que o voto conferido a um senador é atribuído a ele, não ao partido, ao passo que o voto destinado a um deputado é destinado ao partido, e não ao deputado.

Antes de iniciar a análise descritiva dos dados, é importante destacar a natureza desses dados e algumas decisões metodológicas que foram tomadas. Uma das dificuldades encontradas ao trabalhar com os dados de votação nominal do Senado Federal brasileiro diz respeito à qualidade desses dados disponíveis no portal de dados abertos do Senado. Embora o Senado disponha de uma página com diversas informações acessíveis, a falta de um *codebook* e a presença de algumas entradas faltantes (*outliers*), especialmente nos dados mais antigos de votação nominal, levou à exclusão de algumas linhas no banco de dados. Porém, como estou analisando um recorte temporal relativamente longo do período democrático brasileiro, é importante observar que os valores ausentes representam menos de 2% das entradas na base de dados. Embora esse percentual seja extremamente baixo para o período em questão, é importante reportar e considerar a ausência desses valores ausentes na análise.

## 4.2 Explorando as votações no Senado

Nem tudo o que foi votado no Senado durante o período que compreende este trabalho será objeto de análise. Os tipos de matérias examinadas incluem Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Medidas Provisórias (MP), Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLP) e Projetos de Lei de Conversão (PLV)<sup>44</sup> que foram à votação durante os governos dos presidentes FHC II, Lula I e II, Dilma I e II, Temer e Bolsonaro.

---

<sup>44</sup> A partir de 2019, o Congresso Nacional simplificou o acompanhamento das proposições bicamerais, unificando-as. As proposições bicamerais são projetos que precisam ser analisadas pela Câmara e o Senado, separadamente. Antes da unificação, quando um projeto tramitava entre as Casas, eram-lhes atribuídos siglas, números e ano novos. Com a unificação, uma proposição originada no Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados, ou vice-versa, mantém a mesma identificação. Esse padrão será adotado nessa tese. Ver: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/simplificou/o-que-mudou>

Após a exclusão de alguns casos ausentes na base de dados e a seleção apenas das matérias de interesse listadas acima, obtive uma amostra de 1.319 votações, sendo 766 projetos que foram à votação, conforme é possível observar em detalhes a distribuição na Tabela 1 abaixo.

**Tabela 1:** Número e porcentagem das votações e projetos sem corte de 10% no Senado Federal (1999-2021).

| <b>Tipo de Projeto</b> | <b>Nº votação</b> | <b>Porcentagem</b> | <b>Nº projetos</b> | <b>Porcentagem</b> |
|------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| MP                     | 143               | 11                 | 116                | 15                 |
| PEC                    | 552               | 42                 | 224                | 29                 |
| PL                     | 322               | 24                 | 224                | 29                 |
| PLP                    | 228               | 17                 | 140                | 18                 |
| PLV                    | 74                | 6                  | 62                 | 8                  |
| <b>Total</b>           | <b>1.319</b>      | <b>100</b>         | <b>766</b>         | <b>100</b>         |

Fonte: Elaboração autor.

Pesquisadores que analisaram a disciplina partidária na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (AMORIM NETO; SANTOS, 2001; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; NEIVA, 2011; NICOLAU, 2000) utilizam como ponto de corte matérias que foram à votação e obtiveram no mínimo 10% de discordância. A discordância é uma razão entre o número de votos ‘não’ em uma dada votação  $j$  pelo total de votos, multiplicado por cem, e pode ser expressa da seguinte forma:

$$\text{Discordância}_j = \left( \frac{N_j}{T_j} \right) \times 100 \quad (1)$$

Onde:

$(N_j)$  é o número de votos "não" na votação  $j$ .

$(T_j)$  é o total de votos na votação  $j$ .

Portanto, a discordância em uma determinada votação  $j$  é obtida dividindo-se o número de votos “não” pelo total de votos dados na sessão, e então multiplica-se o resultado por 100 para expressar a razão como uma porcentagem.

Após a aplicação desse critério, obtive uma amostra de 584 votações, que representa 44% do total de votações das matérias de interesse no período, sendo 374 projetos apreciados, 49% do total (ver Tabela 2). Isso indica que, ao selecionar os projetos de interesse, 56% das votações realizadas no Senado durante esse período foram apreciadas de maneira consensual ou quase consensual, com menos de 10% de votos contrários. Ressalto

que o número de votações nominais realizadas no Senado tende a ser menor que o número de votações realizadas na Câmara dos Deputados. Isso pode decorrer da maior quantidade de membros na Câmara em relação ao Senado, tendendo a gerar mais proposições. Além disso, as matérias do Poder Executivo e do Judiciário são iniciadas primeiramente na Câmara dos Deputados para, em seguida, serem apreciadas no Senado em caso de aprovação na Casa iniciadora.

**Tabela 2:** Número e porcentagem das votações e projetos após corte de 10% no Senado Federal (1999-2021).

| <b>Tipo de Projeto</b> | <b>Nº votação</b> | <b>Porcentagem</b> | <b>Nº projetos</b> | <b>Porcentagem</b> |
|------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| MP                     | 107               | 18                 | 85                 | 23                 |
| PEC                    | 182               | 31                 | 79                 | 21                 |
| PL                     | 110               | 19                 | 72                 | 19                 |
| PLP                    | 115               | 20                 | 79                 | 21                 |
| PLV                    | 70                | 12                 | 59                 | 16                 |
| <b>Total</b>           | <b>584</b>        | <b>100</b>         | <b>374</b>         | <b>100</b>         |

Fonte: Elaboração autor.

A Tabela 3 apresenta o tipo e a porcentagem das votações por proposição que serão analisadas neste trabalho por legislatura. Ressalta-se que os resultados apresentados na Tabela 3 foram submetidos ao ponto de corte de 10%. Ou seja, a votação dessas matérias foi objeto de discordância por, pelo menos, 10% dos senadores que emitiram seu voto em plenário. Já o Gráfico 4 exibe a porcentagem de discordância de todas as matérias de interesse que foram votadas no período. Dessa maneira, é possível observar o quão conflituosas foram as votações por tipo de matéria em cada governo. Ou seja, do total de projetos que foram apreciados pelo governo, quantos obtiveram ao menos 10% de votos "não" entre os senadores.

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) representam quase a metade 48% da amostra das votações para o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 51ª legislatura. Em termos de discordância, 41% das PECs apreciadas no Senado enfrentaram resistência, de no mínimo, 10% de votos contrários à sua aprovação (Gráfico 4). Os Projetos de Lei Complementar (PLP) representam 32% da amostra, ao passo que 72% das votações para esse tipo de matéria foram objeto de discordância entre os senadores. Os Projetos de Lei (PLs) somam 17% da amostra para a primeira legislatura analisada e obtiveram 44% de discordância. As Medidas Provisórias (MPs) enviadas pelo presidente FHC (PSDB) representam apenas 2% da amostra de votações para o seu governo, e 60% das

MPs que foram votadas no Senado foram apreciadas de modo não consensual, com pelo menos 10% de votos contrários.

No que se refere às Medidas Provisórias (MPs), a Constituição Federal concede ao Executivo a prerrogativa de editar Medidas Provisórias nos casos em que há urgência na regulação e relevância na matéria. Essas medidas estão limitadas a determinados temas<sup>45</sup>, sendo a Medida Provisória (MP) uma ferramenta exclusiva do Presidente da República; ela garante ao poder Executivo uma mudança imediata do *status quo*. As MPs possuem força de lei e têm vigência imediata, produzindo efeitos desde sua edição. O prazo inicial de uma Medida Provisória (MP) é de 60 dias e, caso não tenha a sua votação concluída na Câmara e no Senado, é automaticamente prorrogada por igual período. E se, no prazo de quarenta e cinco dias, a Medida Provisória não tiver recebido uma deliberação, ela entra em regime de urgência e passa a ter prioridade na apreciação frente às demais matérias<sup>46</sup>.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 90% das Medidas Provisórias que chegaram ao Senado foram votadas de maneira não consensual. Ao menos 10% dos senadores votaram para que as medidas enviadas pelo presidente fossem barradas, como mostra o Gráfico 4. As MPs representam 21% da amostra de votações para o governo Lula I. Vale ressaltar que, se uma Medida Provisória (MP), apresentada pelo relator, sofrer alteração de mérito em seu texto original, ela passa a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV)<sup>47</sup>. Nesse sentido, 88% dos Projetos de Lei de Conversão (PLVs) foram apreciados de maneira não consensual. Mesmo após receberem emendas do relator da MP, essas medidas ainda enfrentaram resistência no Senado. As PECs, PLPs e PLs foram alvo de menor resistência nas votações no governo Lula I. Exceto pelas PECs, mais de 70% das votações para os PLs e PLPs foram quase ou completamente consensuais. Caberia verificar com mais detalhes, o que, infelizmente, não será feito neste trabalho, os temas dos projetos que foram à votação. Em especial, seria relevante analisar sobre o que versavam as Medidas

---

<sup>45</sup> Para saber mais sobre as medidas provisórias consulte: Art. 62. Constituição Federal: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc32.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc32.htm)

<sup>46</sup> Para entender o rito de tramitação de uma MPV, acesse: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/entenda-a-tramitacao-da-medida-provisoria>

<sup>47</sup> [https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-tecnica-legislativa/-/TecnicaLegislativa/termo/projeto\\_de\\_lei\\_de\\_conversao\\_plv](https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-tecnica-legislativa/-/TecnicaLegislativa/termo/projeto_de_lei_de_conversao_plv)

Provisórias e se a resistência nas votações dessas medidas ocorreu devido ao conteúdo ou foi causado por problemas de gerência na coalizão do governo.

**Tabela 3:** Número total e porcentagem das votações por tipo de matérias e quórum<sup>48</sup> após o corte de 10%.

| Presidente | Legislatura     | Matéria | Nº Votação | % Votação |
|------------|-----------------|---------|------------|-----------|
| FHC II     | 51 <sup>a</sup> | MP      | 3          | 3         |
|            |                 | PEC     | 50         | 48        |
|            |                 | PL      | 18         | 17        |
|            |                 | PLP     | 33         | 32        |
| Lula I     | 52 <sup>a</sup> | MP      | 18         | 21        |
|            |                 | PEC     | 36         | 42        |
|            |                 | PL      | 6          | 7         |
|            |                 | PLP     | 11         | 13        |
|            |                 | PLV     | 14         | 16        |
| Lula II    | 53 <sup>a</sup> | MP      | 12         | 21        |
|            |                 | PEC     | 7          | 12        |
|            |                 | PL      | 2          | 4         |
|            |                 | PLP     | 10         | 18        |
|            |                 | PLV     | 25         | 45        |
| Dilma I    | 54 <sup>a</sup> | MP      | 6          | 7         |
|            |                 | PEC     | 24         | 26        |
|            |                 | PL      | 16         | 17        |
|            |                 | PLP     | 15         | 16        |
| Dilma II   | 55 <sup>a</sup> | PLV     | 31         | 34        |
|            |                 | MP      | 15         | 28        |
|            |                 | PEC     | 17         | 13        |
|            |                 | PL      | 18         | 34        |
| Temer      | 55 <sup>a</sup> | PLP     | 13         | 25        |
|            |                 | MP      | 22         | 32        |
|            |                 | PEC     | 16         | 23        |
|            |                 | PL      | 8          | 12        |
| Bolsonaro  | 56 <sup>a</sup> | PLP     | 23         | 33        |
|            |                 | MP      | 31         | 25        |
|            |                 | PEC     | 42         | 34        |
|            |                 | PL      | 42         | 34        |
|            |                 | PLP     | 10         | 8         |

Fonte: Elaboração autor.

<sup>48</sup> Quórum de votação: Maioria Simples (MP, PL, PLV); Maioria Absoluta: (PLP); 3/5: (PEC). Número de votos necessários para aprovação no Senado: Maioria Simples (ou relativa) – é necessário a maioria da composição do Senado; Maioria Absoluta: 41; 3/5: 49 (REGIMENTO INTERNO - SENADO FEDERAL, [s.d.]).

A Medida Provisória (MP) também pode ser aprovada por ou votação simbólica. Nesse tipo de votação, não há um registro individual dos votos. O presidente da sessão convida os parlamentares favoráveis à matéria a permanecerem sentados ou não se manifestem, cabendo aos contrários a medida manifestar-se (CURSO DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s.d.]).

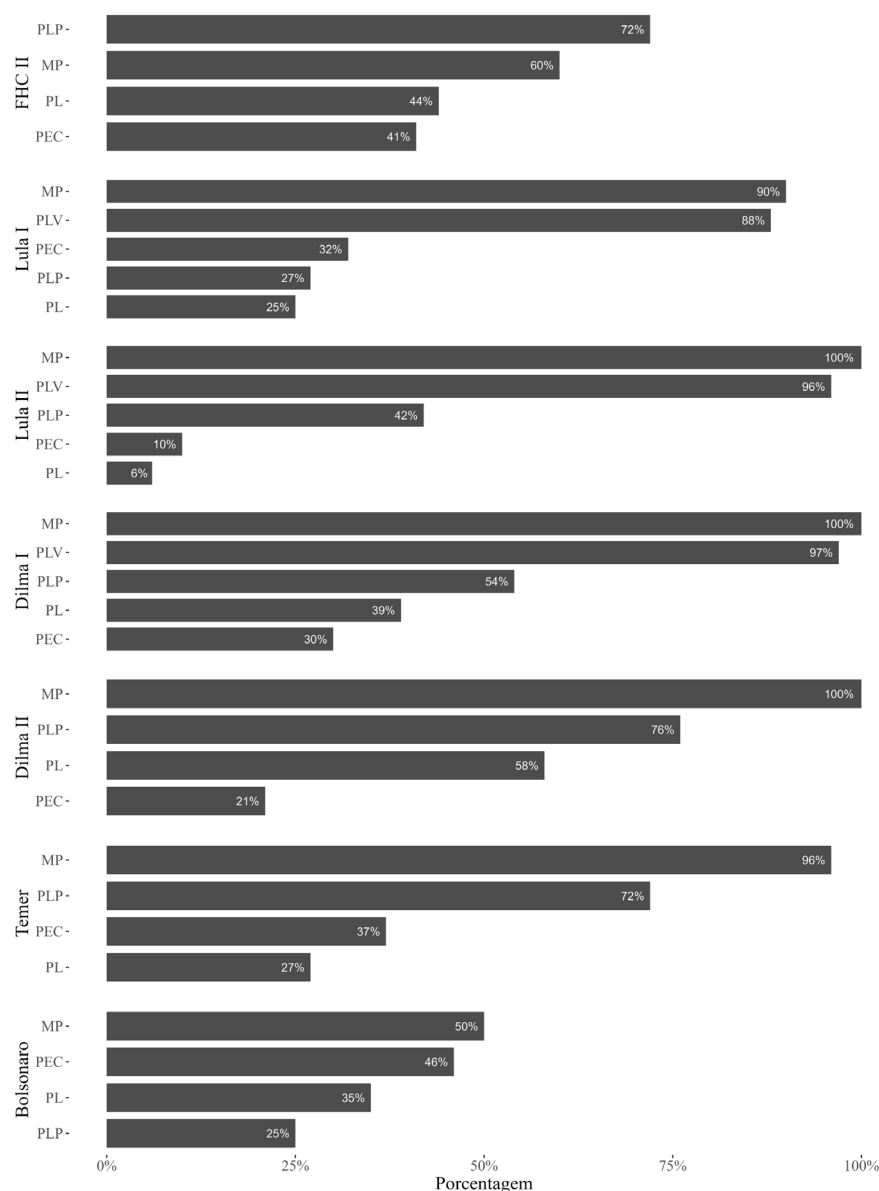
Nos mandatos dos presidentes Lula II (PT), Dilma I e II (PT), todas as votações de Medidas Provisórias ocorreram com um grau de discordância de no mínimo 10%. Ou seja, nenhuma das MPs enviadas ao Senado para votação por esses dois presidentes passou de modo consensual ou quase consensual; todas as MPs votadas foram objeto de discordância. Enquanto 96% das Medidas Provisórias (MPs) do ex-presidente Michel Temer (MDB) foram objeto de discordância, apenas 4% a menos do que nos governos petistas de Lula II e Dilma I e II. Em termos de amostra, as MPs representam 21% das votações para o governo Lula II, 7% para o governo Dilma I, 28% para Dilma II e 32% para o governo de Michel Temer.

Em termos proporcionais, as MPs representam as matérias mais contestadas no período que compreende esta amostra. O menor patamar de contestação ocorreu nos três primeiros anos de governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), com 50%. Em análises futuras, caberia averiguar o patamar de contestação para todo o período do governo. Os PLVs são o segundo tipo de votação mais contestado em todos os governos em que esse tipo de matéria foi à votação. Nos governos FHC II e nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, não há votação para PLVs. Ou seja, o Senado não apreciou matérias de textos de MPs que foram alterados pelo relator. Ressaltando que os PLVs são MPs que foram emendadas pelo relator e passam a tramitar como PLV. Se as Medidas Provisórias sofrem mais resistência no Senado, é esperado que, após uma MP receber uma emenda, em tese, ela incorpore as preferências da maioria, adequando-se a uma parcela dos senadores que, de outro modo, poderia rejeitar o texto original enviado pelo governo e, com isso, recebendo uma menor resistência nas votações.

As Medidas Provisórias (MPs) sancionadas nos três primeiros anos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) enfrentaram “baixa” resistência no Senado. Em termos de amostra, as MPs representam 25% das votações das matérias contestadas no Senado para o governo Bolsonaro (PL), sendo que metade de todas as MPs (50%) que chegaram ao Senado foram objeto de resistência por no mínimo 10% dos senadores. As PECs e os PLs representam 34% cada, e os PLPs apenas 8% da amostra de votações. Na seção (4.5), ao analisar a composição das coalizões presidenciais, observa-se que a composição dos partidos no Senado, no governo Bolsonaro, é majoritariamente de direita ou centro-direita. A mediana do Senado está mais próxima do espectro político da direita na 56ª legislatura do que nas legislaturas anteriores. Um presidente de direita, mediante uma Casa

composta por partidos mais ao centro-direita e direita do espectro político, poderá favorecer a agenda do presidente, especialmente se o presidente for um bom gerente da sua coalizão.

**Gráfico 4:** Porcentagem de contestação nas votações por tipo de matéria e governo.



Fonte: Elaboração autor.

Porém, vale ressaltar alguns aspectos do governo Bolsonaro que ajudam a compreender o contexto político que podem ter influenciado o comportamento dos senadores durante seu mandato. Jair Messias Bolsonaro (PL) foi o primeiro presidente eleito de extrema-direita após a redemocratização. Com 28 anos de atuação parlamentar, sem ocupar

posições de destaque na Câmara e tendo passado por cinco partidos<sup>49</sup>, Bolsonaro foi eleito por uma legenda nanica (PSC) e, já no início do mandato, rompeu com o partido, tentou fundar uma nova sigla (Aliança pelo Brasil) — sem sucesso — e governou boa parte de seu mandato sem filiação partidária. Essa trajetória atípica evidenciou a sua fragilidade partidária e expôs a falta de uma coalizão bem definida.

Essa dificuldade de articulação, por exemplo, não se expressou na porcentagem de contestação nas votações durante seu governo, conforme mostra o Gráfico 4. Embora o governo Bolsonaro não tenha apresentado os níveis mais altos de contestação em comparação a gestões anteriores, chama atenção o fato de que nenhuma das categorias de matérias votadas teve contestação abaixo de 25%, contudo, em matérias como Medidas Provisórias (MPs) e Propostas de Emenda Constitucional (PECs), a contestação superou 50% e 46%, respectivamente. Esse padrão contrasta com o observado em governos como o de Lula e Dilma, nos quais, apesar de altos índices de contestação em MPs e PLVs, havia baixa resistência em matérias estruturais como PECs (10% e 30%, respectivamente). Além disso, ao contrário de Lula I e II e Dilma I, que contavam com alianças mais estáveis, Bolsonaro enfrentou desafios adicionais por não contar com um partido durante um período considerável do seu governo ou base orgânica no Senado — fator que pode ter ampliado o nível de oposição mesmo entre senadores de partidos próximos ao governo.

Adicionalmente, Bolsonaro se elegeu prometendo governar sem fazer alianças com os partidos políticos. Em um sistema presidencialista multipartidário, como é o caso do sistema brasileiro, e no denominado presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), a capacidade de um presidente de governar, de levar adiante sua agenda legislativa, depende dos partidos. Os partidos também desempenham um papel importante nas democracias, sendo responsáveis por agrupar as preferências dos eleitores e representá-los no governo. Compor uma coalizão partidária que garanta maioria em ambas as Casas ao governo de plantão é fundamental para o sucesso de suas iniciativas. Contudo, no presidencialismo, compor uma coalizão majoritária é uma condição suficiente, mas não necessária, uma vez que no presidencialismo, diferente do sistema parlamentarista, os presidentes são eleitos

---

<sup>49</sup> Filiações partidárias: PTB, 2003 - 2005; PFL, 2005 - 2005; PP, 2005 - 2016; PSC, 2016 - 2018; PSL, 2018. Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>

diretamente pelo voto popular, possuem um mandato fixo, e uma coalizão não é estritamente necessária para que o presidente assuma o cargo.

Apesar do seu discurso contrário à política de coalizão, o presidente Jair Bolsonaro reconsiderou sua posição e formou uma coalizão minoritária. Essa decisão, muito embora tardia, pode estar relacionada à necessidade de garantir algum nível de governabilidade, visando evitar obstáculos à tramitação de sua agenda legislativa no Congresso e reduzindo o risco de adversidades institucionais, como um processo de impeachment ou, em último caso, uma paralisação decisória. No entanto, ao não formar uma coalizão majoritária desde o início, o governo abriu espaço para que parlamentares negociassem seu apoio em uma posição eventualmente mais vantajosa. Nessas condições, o custo de adesão ao governo pode se tornar mais alto, caso os incentivos para cooperação não estejam claramente definidos. Amorim Neto (2000) observa que, nos sistemas presidencialistas, a cláusula que determina o mandato fixo dificulta a cooperação entre os poderes e reduz a capacidade do Executivo de impor disciplina sobre sua base. Diferentemente do que ocorre em regimes parlamentaristas, onde o primeiro-ministro pode condicionar a sobrevivência do governo ao apoio legislativo, no presidencialismo, os parlamentares governistas têm mais liberdade para votar contra o Executivo no Plenário. Essa dinâmica pode afetar a forma como se organizam as coalizões, especialmente em contextos de baixa disciplina partidária. Assim, a formação de alianças no presidencialismo pode ocorrer de modo mais fragmentado e gradual, o que se reflete nas negociações por apoio e na busca dos partidos por espaços no governo em função de seu peso legislativo (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a).

#### **4.3 Distribuição percentual das votações nominais por partido**

Nesta seção, apresentarei a porcentagem dos votos dados pelos partidos no Senado por legislatura. A análise desses dados revela o peso que cada partido possui no processo legislativo e o quanto eles podem ser decisivos na aprovação das matérias de interesse do governo. No processo de formação de coalizões no sistema presidencialista, o posicionamento e o tamanho das bancadas dos partidos tendem a influenciar a decisão do governo sobre quais partidos devem ser incluídos na coalizão. De modo que os presidentes tenderão a escolher os partidos com posicionamentos mais próximos às suas posições políticas para compor seus ministérios (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011).

Alemán e Tsebelis (2011) argumentam que os partidos posicionados mais próximos ideologicamente do presidente possuem maior probabilidade de participar do governo em detrimento dos partidos posicionados mais distantes. Além disso, eles argumentam que quando o equilíbrio institucional é menos favorável ao governo, os partidos não presidenciais possuem mais chances de compor o governo do que quando o equilíbrio institucional é inclinado a favor do presidente (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011).

O objetivo desta seção não é analisar especificamente a formação das coalizões, mas classificar os partidos com base na porcentagem de votos dados ao longo das legislaturas. Tradicionalmente, podemos classificar o tamanho dos partidos com base no número de assentos que um determinado partido ocupa em uma Casa legislativa. Apesar dessa classificação fazer sentido, opto por classificar os partidos pela porcentagem de votos emitidos na legislatura. Deste modo, acredito que capto mais precisamente a atuação dos partidos em termos de votação durante um período legislativo.

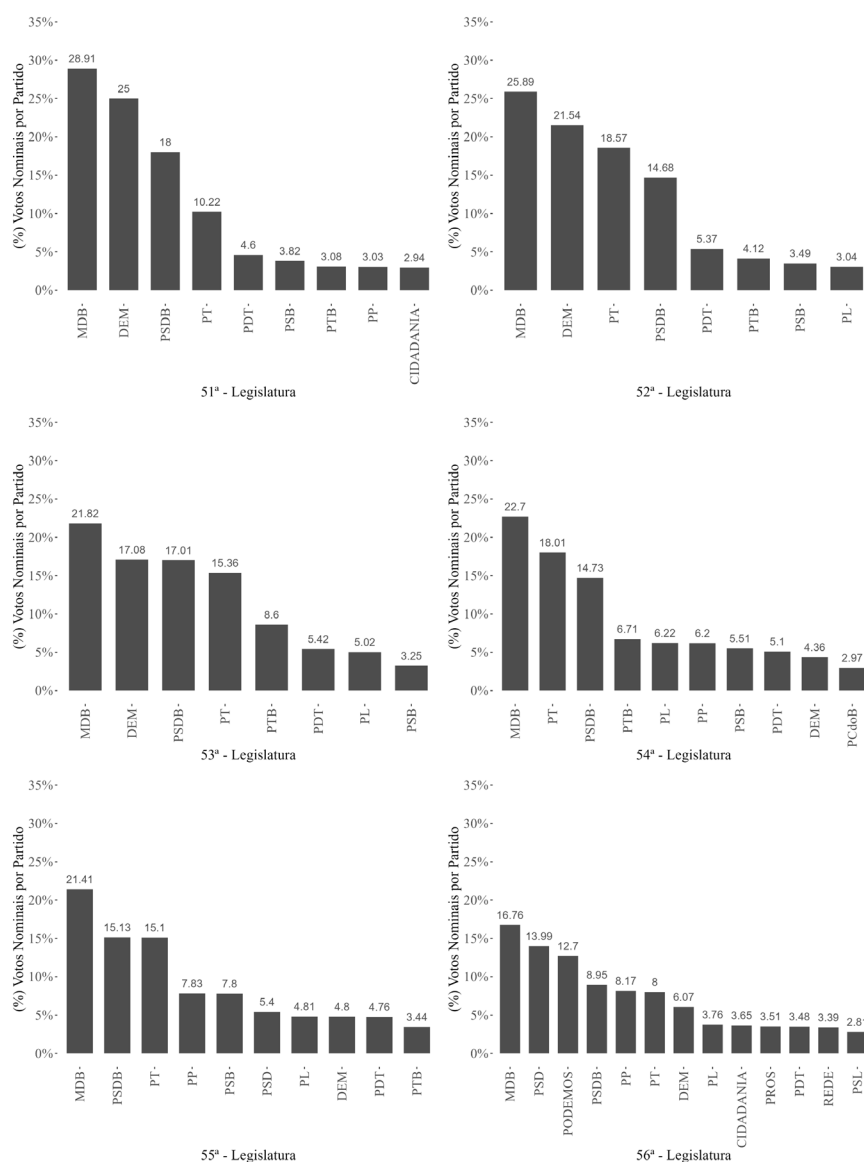
Ademais, o número de assentos dos partidos pode mudar ao longo da legislatura por diversas razões, seja por migração partidária, licenciamento do cargo, desistência etc. Assim, ao invés de captar um recorte apenas da distribuição das cadeiras pós eleição, capturo a atuação dos partidos em termos de votos dados durante todo o período da legislatura. Ou seja, ao analisar o comportamento dos partidos e o seu tamanho relativo no Senado em termos de votação, ajudará a compreender a lógica das formações das coalizões, o peso dos partidos nas negociações com o Executivo e em que medida a entrada de novos atores no Senado influencia a dinâmica da força desses partidos nas votações.

O gráfico 5 apresenta a distribuição dos votos por partido com representação no Senado entre os anos de 1999 e 2021. Mais precisamente, estão representados os partidos que deram pelo menos 2% dos votos em cada legislatura. O gráfico completo, contendo a porcentagem de todos os partidos, sem o corte de 2%, encontra-se no apêndice deste trabalho. Não é tão incomum encontrar trabalhos que representem apenas os principais (maiores) partidos em uma das Casas. É evidente que os partidos com maior representação possuem uma relevância maior nas votações e nas negociações com o governo. O que lhes garante um poder de barganha mais expressivo, especialmente em um sistema multipartidário em que o presidente precisa negociar com diversos partidos para conseguir

aprovar suas iniciativas (ALEMÁN; TSEBELIS, 2011; AMES, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007).

Entretanto, é importante ressaltar que o Senado é uma Casa legislativa menor em comparação com a Câmara dos Deputados, e nesse contexto, os partidos pequenos adquirem maior importância. Por exemplo, em votações acirradas para o governo, o voto de dois ou mais senadores pode ser decisivo para a aprovação de uma matéria nessa Casa. Embora situações semelhantes possam ocorrer na Câmara dos Deputados, a margem para negociação é geralmente mais ampla na Câmara do que no Senado. Portanto, acredito que, especialmente no Senado, não devemos negligenciar a influência dos partidos pequenos nas análises.

**Gráfico 5:** Porcentagem dos votos dados por partido na legislatura.



Fonte: Elaboração autor.

A análise dos votos emitidos pelos partidos no Senado ao longo de seis legislaturas (Gráfico 5) destaca a significativa influência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em termos de votação nessa Casa. O MDB foi o partido que mais emitiu votos entre todos os demais partidos durante o período de 1999 a 2021. Além disso, não menos importante, o MDB foi a legenda que mais elegeu representantes para presidir o Senado durante o período abordado neste trabalho (Tabela 4), totalizando dezessete anos consecutivos (2001-2018) à frente da presidência do Senado. Pela sua influência e capacidade de pautar a agenda, mantendo-se à frente da presidência dessa Casa por quase duas décadas, o MDB se configurou como um partido essencial na coalizão de todos os presidentes que exerceram mandato nesse período. O MDB participou da coalizão dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula da Silva I e II (PT), Dilma Rousseff I e II (PT), Michel Temer (MDB) e integrou a primeira formação da coalizão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

**Tabela 4:** Partidos que ocuparam a presidência do Senado entre 1999 a 2021<sup>50</sup>.

| Partido | Legislatura                       | Período     | Período em anos | Porcentagem |
|---------|-----------------------------------|-------------|-----------------|-------------|
| DEM     | 51 <sup>a</sup>                   | 1999 a 2001 | 2               | 9           |
| MDB     | 51 <sup>a</sup> a 55 <sup>a</sup> | 2001 a 2019 | 18              | 78          |
| UNIÃO   | 56 <sup>a</sup>                   | 2019 a 2021 | 2               | 9           |
| PSD     | 56 <sup>a</sup>                   | 2021        | 1               | 4           |

Fonte: Elaboração autor.

Não menos expressivo, o partido Democratas (DEM<sup>51</sup>) ficou atrás do MDB em termos percentuais de votos por três legislaturas (51<sup>a</sup>, 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>). Sendo o segundo partido com mais votos percentuais emitidos. A partir da 54<sup>a</sup> legislatura, a porcentagem de votos do DEM caiu significativamente, refletindo também uma diminuição da sua bancada no Senado. Até a 53<sup>a</sup> legislatura, o DEM ocupava em média 20% das cadeiras no Senado e a partir da 54<sup>a</sup> passou a ocupar em média 5%, uma redução percentual de 75% na ocupação de assentos. Se pensarmos que a perda de cadeiras reflete uma diminuição no poder de

<sup>50</sup> O Senador Rodrigo Pacheco (PSD) foi conduzido à presidência do Senado Federal em fevereiro de 2021, eleito por 57 votos, e reeleito em 2023 por 49 votos. O período de 1 ano que consta na tabela refere-se apenas ao período de análise deste trabalho.

<sup>51</sup> O atual partido Democratas (DEM) foi criado em 2007, desde então ele se chamava Partido da Frente Liberal (PFL) que por sua vez, surgiu em 1985.

Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-dem>

negociação com o governo, ou de barrar as suas iniciativas, mitigando as possibilidades de ser um ator pivotal, o DEM certamente perdeu essa capacidade a partir da 54ª legislatura.

O PT e o PSDB foram os partidos que mais se aproximaram em termos percentuais de votos dados nesta Casa em todas as legislaturas analisadas. Os demais partidos são relativamente similares em termos percentuais de votos. Cumpre destacar que, dentro do recorte de vinte e dois anos abordado neste trabalho, o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupou a presidência por quatorze anos. Ou seja, 64% do recorte temporal analisado, dos dados disponíveis, dizem respeito aos governos do PT.

É importante destacar que as siglas dos partidos mencionados neste trabalho referem-se aos seus nomes atualizados até o ano de 2021. Por exemplo, o MDB era conhecido por PMDB até 2017. O DEM era o antigo PFL e passou a ser chamado Democratas (DEM) em 2007. Em 2022, ocorreu o processo de fusão entre o DEM e o PSL. O processo de fusão<sup>52</sup> ocorre quando dois ou mais partidos existentes se unem e formam um novo partido. Entretanto, não incorporei dados desse período ou adiante. Optei por atualizar o nome das siglas, mesmo quando alguns partidos ainda mantinham a denominação anterior, com o objetivo de tornar a análise ao longo do trabalho mais intuitiva e comparativa. A estratégia de mudança de nome por algumas legendas pode ter como fundamento o intuito de melhorar a imagem do partido perante o eleitorado. Por vezes, essas legendas enfrentaram desgastes na mídia devido ao envolvimento em escândalos de corrupção, por exemplo, ou por alusão ao período sombrio do regime militar no Brasil (1964-1985). Assim, a alteração no nome do partido é uma estratégia para evitar um desgaste adicional junto aos eleitores.

#### **4.4 O tamanho dos partidos nas votações**

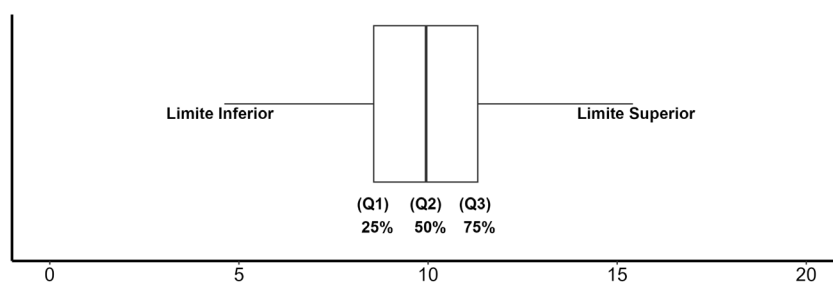
Com o objetivo de classificar o tamanho dos partidos com base em seu desempenho nas votações nominais, divido a distribuição dos votos de cada partido por legislatura. Para isso, utilizei os quartis da distribuição. Os quartis dividem a distribuição dos votos ordenando-os em quatro partes iguais: Q1, Q2 e Q3. O primeiro quartil, ou quartil inferior (Q1), representa aproximadamente 25% de toda a distribuição dos dados. Ou seja, cerca de

---

<sup>52</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/saiba-quais-sao-as-etapas-de-criacao-fusao-e-incorporacao-de-partidos>

25% de toda a distribuição dos votos em uma determinada legislatura recai sobre ou abaixo do primeiro quartil (Q1). O segundo quartil (Q2) concentra 50% da distribuição dos votos e representa a mediana. E aproximadamente 75% das votações recaem abaixo ou sobre o terceiro quartil (Q3), e acima do terceiro quartil concentra-se a distribuição total dos votos – o gráfico 6 abaixo resume a explicação:

**Gráfico 6:** Exemplo da distribuição boxplot.

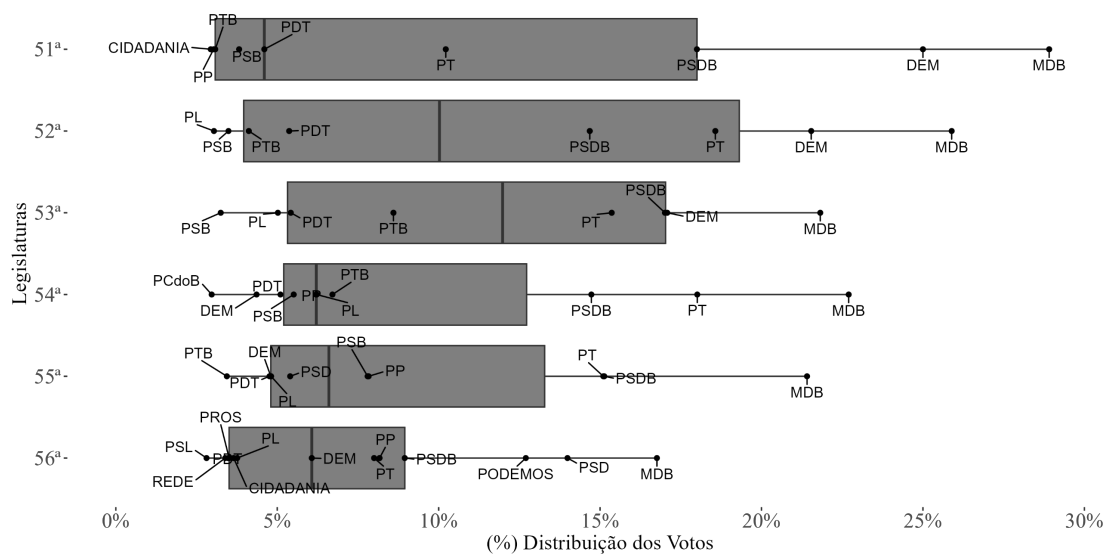


Fonte: Elaboração autor.

De maneira similar, em seu artigo, Neiva (2011) atribuiu aos partidos a porcentagem de votos dados em plenário na Câmara e no Senado. No entanto, a diferença é que, em seu trabalho, Neiva (2011) não classificou os partidos de acordo com a distribuição dos votos dados conforme seu tamanho - pequenos, médios e grandes - mas apenas atribuiu uma porcentagem de votos emitidos por cada um deles. Dessa forma, não é possível determinar a porcentagem de votos para cada partido nas legislaturas analisadas pelo autor. Portanto, busquei classificar esses partidos simplesmente com base na distribuição de votos de cada partido nas legislaturas aqui analisadas, em vez de apenas informar a porcentagem geral de votos dados pelos partidos. Acredito que dessa maneira seja possível captar com maior nuance a atuação e a distribuição de votos dos partidos ao longo do tempo.

O Gráfico 07 exibe a distribuição e a localização dos partidos em seus respectivos quartis, enquanto o Gráfico 08 compara a distribuição dos votos emitidos de acordo com o tamanho do partido. A Tabela 5 exibe a classificação dos partidos pelo seu tamanho com base na distribuição do Gráfico 07.

**Gráfico 7:** Distribuição dos votos dados pelos partidos por legislatura.



Fonte: Elaboração autor.

A classificação é simples e pode ser feita com base nos quartis. E busca oferecer uma distribuição equitativa com base nos dados disponíveis. Especificamente, sobre ou abaixo do segundo quartil (Q1) estão os partidos que, ao longo de toda a legislatura, acumularam aproximadamente 25% de todos os votos dados no Senado. Esses partidos são classificados como partidos pequenos. Ou seja, todos os partidos abaixo ou sobre o primeiro quartil (Q1) são considerados partidos pequenos com base na porcentagem de votos emitidos em uma determinada legislatura. Entre 25% (Q2) e 75% (Q3) da distribuição, encontram-se os partidos classificados como médios. Acima do terceiro quartil (Q3), 75%, estão os partidos grandes.

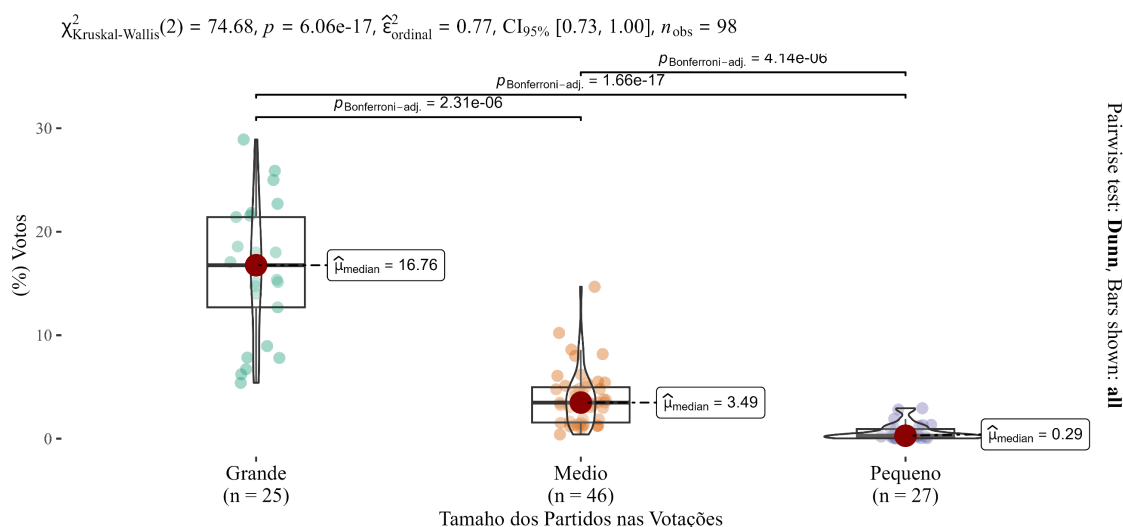
**Tabela 5:** Tamanho do partido nas votações

| Legislatura | Partido                                     | Tamanho |
|-------------|---------------------------------------------|---------|
| 51ª         | PL - PV- CIDADANIA                          | Pequeno |
|             | PT - PDT - PSB - PTB - PP                   | Médio   |
|             | MDB - DEM - PSDB                            | Grande  |
| 52ª         | PSOL - PCdoB - REPUBLICANOS - PP            | Pequeno |
|             | PSDB - PDT - PSB - PL - CIDADANIA - PTB     | Médio   |
|             | MDB - DEM - PT                              | Grande  |
| 53ª         | PP - PSOL - PSC - PV                        | Pequeno |
|             | PTB - PDT - PL - PCdoB - PSB - REPUBLICANOS | Médio   |
|             | MDB - DEM - PSDB - PT                       | Grande  |
| 54ª         | PMN - CIDADANIA - PPL - PROS - SD           | Pequeno |

|                 |                                                                                       |         |
|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 55 <sup>a</sup> | DEM – PCdoB – PDT – PP – PSB – PSC – PSD – PSOL – PV – REPUBLICANOS                   | Médio   |
|                 | MDB - PT - PSDB - PTB – PL                                                            | Grande  |
|                 | PSOL - PV - PROS - PMB - PRTB - DC                                                    | Pequeno |
|                 | PL - DEM - PDT – PTB - PCdoB - PSC - REPUBLICANOS - CIDADANIA - PODEMOS - REDE - AGIR | Médio   |
|                 | MDB - PSDB - PT - PP - PSB - PSD                                                      | Grande  |
| 56 <sup>a</sup> | PSL - PSB - REPUBLICANOS - PSC - PATRIOTA                                             | Pequeno |
|                 | PP - PT - DEM – PL - CIDADANIA - PROS - PDT - REDE                                    | Médio   |
|                 | MDB - PSD - PODEMOS - PSDB                                                            | Grande  |

Fonte: Elaboração autor.

**Gráfico 8:** Comparando a distribuição das votações por tamanho dos partidos.



Fonte: Elaboração autor.

Ressalto que estou classificando os partidos de acordo com sua distribuição em termos de votos dados em toda a legislatura e não, convencionalmente, pelo número de assentos que cada partido ocupa no Senado. Por isso, denomino essa abordagem de tamanho do partido nas votações, diferente do tamanho do partido no Senado. Acredito que a vantagem de classificar os partidos pelo percentual de votos dados em uma legislatura é que, através dos votos dados pelo partido em uma determinada legislatura, é possível tentar capturar a atividade legislativa desse partido em termos de votos e atuação de seus membros. Por exemplo, digamos que o Partido A ocupe 10 cadeiras no Senado, enquanto o Partido B ocupe 6 cadeiras. E ao verificar as votações desses partidos, observamos que o Partido B, em uma determinada legislatura, apresentou uma porcentagem de votos ligeiramente superior ao Partido A – o que pode ter ocorrido?

Nesse caso, é possível verificar se houve alguma mudança na composição da bancada desse partido ao longo da legislatura, ou se algum membro do partido pode ter se licenciado do cargo para ocupar algum ministério, um novo mandato eletivo em outra esfera etc., ou se alguns membros desse partido podem, em algumas votações, se ausentar para não se comprometer com sua posição em plenário ou simplesmente podem estar exercendo alguma atividade política em suas bases eleitorais. Porém, acredito que dificilmente, a ocorrência dessa última opção possa gerar discrepâncias significativas em termos de ausência nas votações. Em resumo, o número de cadeiras ocupadas por um partido talvez possa não necessariamente significar que o partido possua uma capacidade efetiva frente a um partido relativamente menor quando este for coeso e disciplinado.

#### **4.5 Coalizão e Ideologia dos partidos no Senado**

Nesta seção, analiso a composição das coalizões governamentais agregada por legislatura. Ao longo do mandato presidencial, normalmente os presidentes ajustam suas coalizões incorporando, realocando ou destituindo dos postos ministeriais atores partidários. Com isso, forma-se uma nova configuração partidária na coalizão de governo. Por exemplo, durante o segundo mandato presidencial do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foram feitos três ajustes ministeriais, ao passo que no primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ocorreram cinco mudanças em sua composição ministerial. Portanto, analiso de maneira agregada a composição ministerial, observando os partidos que integraram ao longo dos quatro anos de governo a coalizão ou que pertenceram em algum momento à base do governo no Senado. Adicionalmente, o critério de um partido pertencer ou não à coalizão governamental foi descrito no capítulo 3 (subtópico 3.2.2).

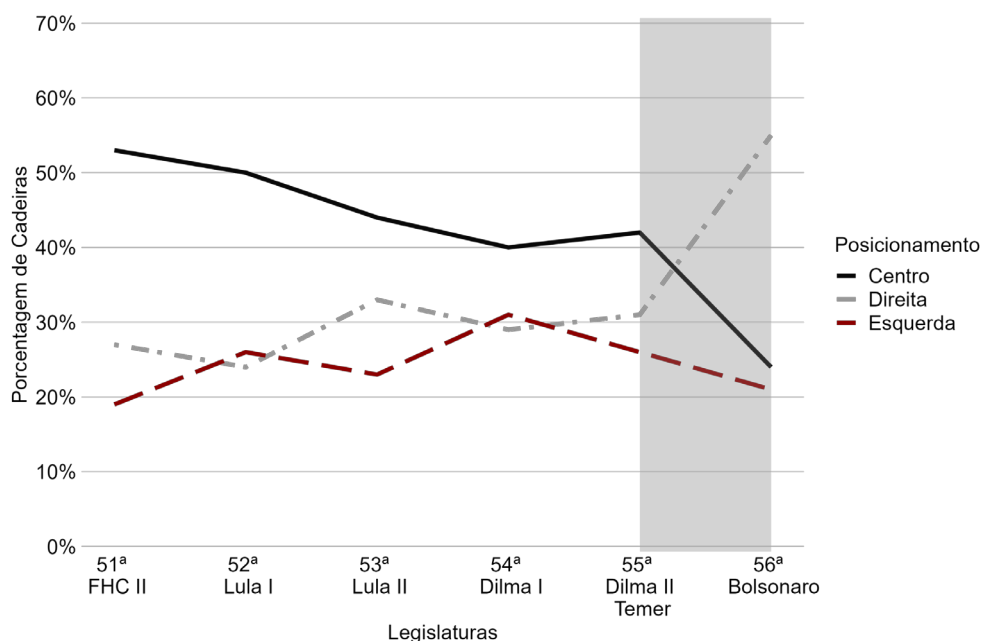
A nomeação pelo presidente para a ocupação de postos nos gabinetes é um dos instrumentos mais importantes para a formação de maiorias legislativas no Brasil, como sugere Amorim Neto (2018). O presidente precisa compartilhar poder com não filiados ao seu partido em troca da manutenção das decisões do seu governo no Congresso. Durante as negociações com partidos e parlamentares para formar sua coalizão, o presidente brasileiro possui, com um alto grau de discricionariedade, um conjunto de "bens de troca" que fazem parte do portfólio ou "caixa de ferramentas" da administração de seu governo (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a). Essa tem sido a regra desde a redemocratização no

Brasil, e esse arranjo institucional foi descrito por Abranches (1988) como presidencialismo de coalizão.

Nesse sentido, Couto e Albala (2023) ao revisitar o conceito de coalescência em regimes presidencialistas, argumentam que a análise da proporcionalidade entre cadeiras legislativas e pastas ministeriais não deve se restringir à câmara baixa. Com base em dados de 91 gabinetes em cinco países sul-americanos, os autores mostram que os presidentes, ao distribuir os ministérios, também consideram a câmara alta e não apenas uma única casa, aumentando, portanto, a coalescência quando seu partido detém mais cadeiras em qualquer uma delas. Os resultados do trabalho evidenciam que o Senado atua como um *veto player* relevante na governabilidade em sistemas bicamerais fortes. Ademais, fatores institucionais, como a força do Legislativo e o grau de dominância presidencial na montagem do gabinete, também influenciam os níveis de coalescência. Desse modo, ignorar a dimensão bicameral implica uma lacuna teórica na análise da estabilidade governamental.

Os partidos e o presidente são os atores cruciais no presidencialismo de coalizão brasileiro. Embora a estrutura institucional do presidencialismo de coalizão permaneça relativamente inalterada, não é possível dizer o mesmo para o quadro ideológico dos partidos no Congresso ao longo das legislaturas (ZUCCO; POWER, 2023), ou mais especificamente, no Senado, que é o foco deste trabalho. A proporção de cadeiras ocupadas pelo centro político, conforme demonstrado por Zucco e Power (2023), vem se esvaziando ao longo das legislaturas, como pode ser observado no Gráfico 09. Ainda, de acordo com Zucco e Power (2023), a existência de políticos maleáveis e/ou um centro político forte é fundamental para o bom funcionamento do presidencialismo de coalizão. Nesse arranjo político-institucional, o executivo concede cargos na burocracia estatal e verbas em troca de apoio político para as suas medidas, de maneira que esse arranjo necessita de políticos dispostos a renunciar ou minimizar diferenças ideológicas, e que tais preferências não estejam muito distantes do *status quo* do executivo (ZUCCO; POWER, 2023).

**Gráfico 9:** Porcentagem de cadeiras ocupadas por posicionamento político no Senado (1999-2021).



Fonte: Elaboração autor.

A diminuição de cadeiras ocupadas por parlamentares do centro político ocorreu em detrimento do aumento da proporção de cadeiras ocupadas pela direita e a diminuição de cadeiras ocupadas por parlamentares de esquerda, especialmente após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A proporção de parlamentares do centro político diminuiu consideravelmente entre os períodos do governo FHC II (53%) e Lula II (44%), e de maneira substancial entre Dilma II (42%) e Bolsonaro (24%). Em vinte anos, a proporção de parlamentares do centro político que ocupavam cadeiras no Senado diminuiu pela metade: passou de 53% na 51ª Legislatura, para 24% na 56ª Legislatura. Ao passo que os parlamentares de direita dobravam a sua proporção de cadeiras: passou de 27% na 51ª Legislatura, para 55% na 56ª Legislatura.

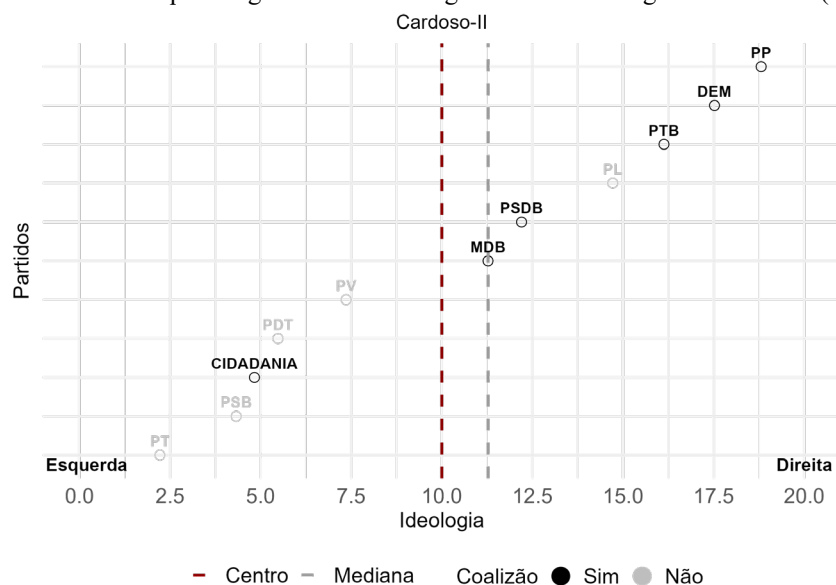
O esvaziamento do centro político pode resultar na diminuição das possibilidades de formação de coalizões mais centristas, o que torna o Congresso uma arena polarizada com a direita assumindo uma maior relação de forças, mediante o espaço que vem ocupando especialmente nos últimos dez anos. Por conseguinte, nesse cenário, governos de esquerda precisarão formar alianças com partidos de direita dispostos a negociar com governos de esquerda, o que, por sua vez, resultará no aumento da diferença ideológica da coalizão

governamental, e as decisões sobre políticas que afetam o *status quo* legislativo cujos atores são ideologicamente coesos serão quase impossíveis quando o conjunto de atores vencedor for pequeno (TSEBELIS, 2014).

Passo agora para o exame das coalizões de governo no Senado, mas antes, realizo uma breve explicação do gráfico. O Gráfico 10, exibe a composição dos partidos no Senado e destaca os partidos que integraram a coalizão governamental do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC II – 51ª Legislatura). O gráfico também exibe a ideologia dos partidos políticos e a mediana da ideologia do Senado Federal para a 51ª Legislatura (1999-2003). A linha tracejada em vermelho indica o ponto central da escala de classificação ideológica dos partidos, que varia de 0 a 20. Quanto mais próximo de 0 os partidos estão no gráfico, mais à esquerda eles se situam. Ao passo que, quanto mais próximo de 20, mais à direita eles se posicionam no espectro político. A linha tracejada em cinza, indica a mediana da classificação ideológica dos partidos para a legislatura. Os partidos que fizeram parte da coalizão governamental estão destacados em preto, enquanto os partidos que não aderiram formalmente a base do governo estão destacados em cinza.

Ao analisar a composição partidária da coalizão governamental durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – FHC-II (Gráfico 10), observa-se que os partidos que aderiram formalmente ao seu segundo governo estão posicionados mais à direita do espectro político em relação ao seu partido, o PSDB. De acordo com Figueiredo et al. (1999), para realizar a implementação de sua agenda de governo, foi necessário reforçar a aliança com partidos de espectro ideológico de centro-direita (FIGUEIREDO; FERNANDO; VALENTE, 1999). O Senado à época apresentava um relativo equilíbrio em termos de disposição ideológica partidária, mas não em relação à distribuição de assentos, com mais de 50% das cadeiras ocupadas por parlamentares de centro. Ou seja, há um relativo equilíbrio ideológico quanto ao número de partidos representados no Senado, mas há um desequilíbrio quanto ao número de representantes por representação ideológica. Os representantes do centro político detinham a maioria dos assentos no Senado, formando um grupo de parlamentares com força suficiente para influenciar as decisões e moldar as preferências políticas.

**Gráfico 10:** Partidos que integraram a coalizão governamental do governo FHC II (PSDB)<sup>53</sup>



Fonte: Elaboração autor.

Ainda, havia uma premissa na literatura de que a independência do mandato popular presidencial levaria os presidentes a superestimarem seu poder e a hesitar em conceder poder a outros partidos que poderiam compor uma coalizão governamental (AMORIM NETO, 2006; CHEIBUB; PRZEWORKSKI; SAIEGH, 2002; FIGUEIREDO; FERNANDO; VALENTE, 1999). De acordo com Figueiredo, Fernando e Valente (1999), os partidos, por sua vez, adotariam como estratégia dominante fazer oposição ao governo visando assumir a presidência na próxima rodada, uma vez que fazer parte do governo não geraria retornos eleitorais. Diante dessa premissa, mesmo apesar de evidências empíricas contrárias, assumia-se que, a continuidade de governos de coalizão sob o presidencialismo seria inviável (FIGUEIREDO; FERNANDO; VALENTE, 1999).

No entanto, não apenas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas também nos demais governos, como veremos, os presidentes obedeceram a uma estratégia de formação ministerial oposta – com exceção do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). Em quase todos os casos, a formação ministerial dos presidentes no período visava reforçar o compromisso com os partidos em troca de apoio à agenda

<sup>53</sup> Mediana no Senado = 11.7. Mediana do PSDB = 12.29.

legislativa do Executivo no Congresso Nacional. Ou seja, os presidentes concedem postos ministeriais aos partidos com o objetivo de ampliar o seu apoio legislativo.

Ao analisarem o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Figueiredo et al. (1999), chegam à conclusão de que o problema da governabilidade não estaria na forma de governo ou no sistema eleitoral. Os autores buscam mostrar que os resultados pretendidos pelos proponentes que buscam na mudança da forma de governo (parlamentarismo em relação ao presidencialismo) ou do sistema eleitoral, visando maior eficiência na governabilidade, estariam, na verdade, na concentração de poder decisório nas mãos das lideranças partidárias e do Executivo. Portanto, ao observarem o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), esses elementos estariam presentes, e o padrão das relações Executivo-Legislativo se caracterizava pela forte concentração de poder nas mãos do Executivo e dos líderes partidários. Ou seja, a centralização decisória nas mãos dos líderes partidários e do Executivo, adicionalmente aos poderes de agenda e de centralização sobre o processo legislativo, produz um efeito legal sobre a capacidade do governo em obter apoio legislativo (FIGUEIREDO; FERNANDO; VALENTE, 1999).

É possível afirmar que os principais aliados do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foram o DEM<sup>54</sup> e o MDB<sup>55</sup>. Especialmente o DEM foi o maior aliado do governo, que teve como o seu vice-presidente um membro desse partido<sup>56</sup>. No entanto, a aliança com o DEM se desfez no último ano do governo FHC-II (2002), após desentendimentos com Antonio Carlos Magalhães (ACM)<sup>57</sup> e FHC<sup>58</sup>, agravados pela disputa pela presidência da Câmara e do Senado e disputas internas sobre a candidatura presidencial. Já nos governos petistas, mais especificamente nos governos Lula I e II (Gráfico 11), o MDB foi o maior aliado do governo. O partido fez parte da base de sustentação dos governos Lula I e II de

---

<sup>54</sup> A partir de 2007, o PFL – Partido da Frente Liberal, passou a se chamar Democratas, ou simplesmente, DEM. Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/101325-tse-homologa-mudanca-de-nome-do-pfl-para-democratas/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>55</sup> A época, o partido se chamava PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A mudança para MDB – Movimento Democrático Brasileiro, ocorreu no governo de Michel Temer (MDB). Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>. Acesso em: 10 jun. 2024.

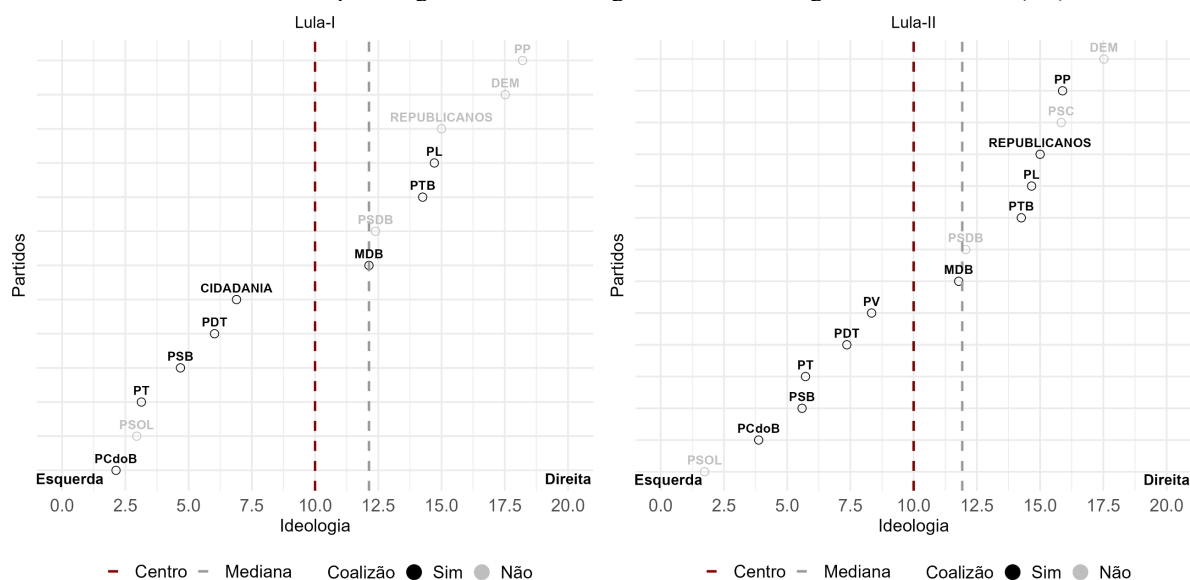
<sup>56</sup> Marco Antônio de Oliveira Maciel (DEM).

<sup>57</sup> Experiente político brasileiro, governou o Estado da Bahia por três vezes, ex-senador, também foi deputado estadual, deputado federal e prefeito. Fonte: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2007/07/senador-antonio-carlos-magalhaes-e-o-interlegis>. 10 jun. 2024.

<sup>58</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912200203.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

forma quase integral, assumindo formalmente a base do governo com a ocupação de postos ministeriais a partir de 2004.

**Gráfico 11:** Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Lula I e II (PT)



Fonte: Elaboração autor.

O MDB é um partido pivotal na democracia brasileira e no Congresso Nacional. O partido privilegiou as disputas regionais para governador em detrimento da disputa pela presidência, que até 2014 foi polarizada entre PT e PSDB (BORGES, 2015; MELO; SÁEZ, 2007). Com o foco nas disputas regionais, o partido se nacionalizou (BORGES, 2015; MORAIS et al., 2019), ou seja, foi progressivamente se capilarizando em todo o território nacional. Desde a redemocratização, o MDB exerce uma influência expressiva no Senado. De 1999 a 2021, o partido liderou a presidência do Senado por 18 anos consecutivos, representando 78% desse período (Tabela 4). Além disso, o MDB é um dos maiores partidos em número de assentos e votos dados durante as legislaturas (Gráfico 11). Em relação ao seu espectro ideológico, o MDB se posiciona como um partido claramente centrista sendo representado na mediana ou muito próximo à mediana da distribuição do espectro político nas legislaturas.

A distribuição ideológica dos partidos com representação no Senado<sup>59</sup> que compuseram a coalizão do governo Lula I agrega partidos mais à esquerda e ao centro do espectro político em detrimento dos partidos de direita (Gráfico 11). Em seu segundo governo (Lula II), dois partidos de direita, PP e Republicanos, assumem postos ministeriais e passaram a compor a base do governo<sup>60</sup>. A partir do segundo governo Lula (PT), o PP permaneceu como base do governo até o final do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que culminou em impeachment. O Republicanos chegou a ocupar um posto ministerial integrando a base do governo Lula II, mas a aliança durou pouco tempo e logo se desfez. O Republicanos retoma a aliança com o PT nos governos de Dilma Rousseff (Gráfico 12).

Apesar de incorporar dois partidos de direita em seu governo, ao agregar a diferença ideológica média da formação de todos os gabinetes em relação ao partido do presidente (PT), ou seja, a média de todos os gabinetes menos a ideologia do partido do presidente, a diferença é menor para o governo Lula II<sup>61</sup> em relação ao Lula I. A ideologia média da coalizão aumenta, mas a diferença diminui. Isso se deve ao fato de que a maioria dos partidos moveram-se para a direita, ainda que de maneira tímida. O PT moveu-se em direção ao centro do espectro político entre o primeiro e segundo governo em 1,31; na 52ª legislatura a pontuação ideológica do PT era de 4,43, e na 53ª passou para 5,74. O aumento em relação à ideologia do partido fez com que a diferença ideológica da coalizão diminuísse, mesmo com mais partidos de direita na base do governo.

---

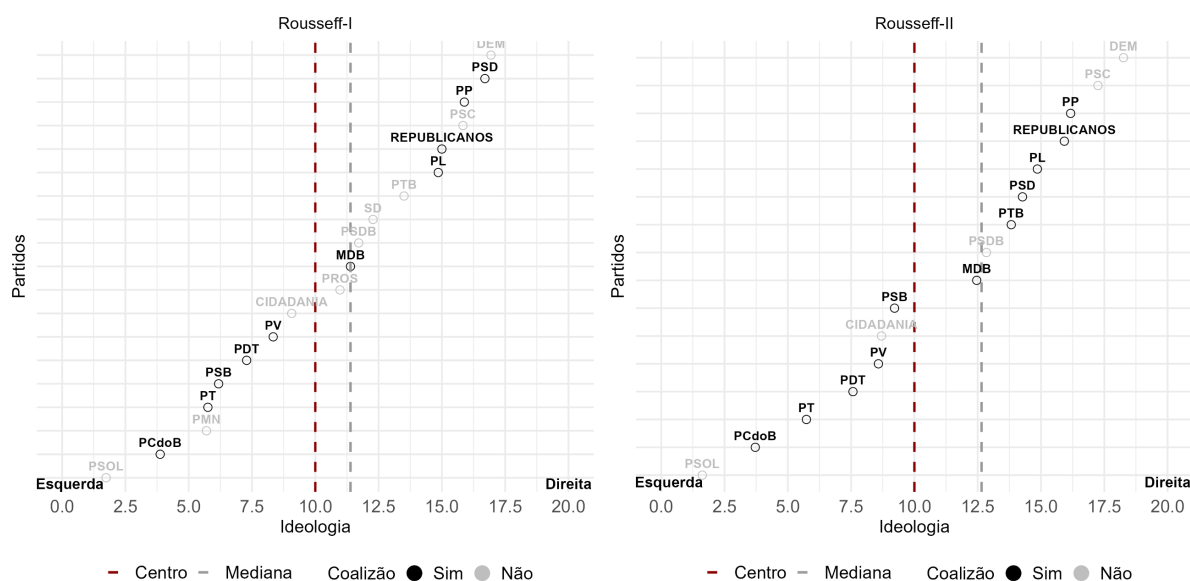
<sup>59</sup> Vale reforçar que o universo de partidos exibidos nos gráficos (10, 11 e 12) representa a composição de partidos com representantes no Senado. O partido pode ocupar um gabinete do governo tendo apenas cadeiras na Câmara dos Deputados e, com isso, fazer parte da base do governo na Câmara, mas não no Senado, uma vez que o partido não possui representantes nessa Casa. Portanto, a composição do gabinete do governo em relação à Câmara pode ter alguma distinção.

<sup>60</sup> É importante fazer uma ressalva em relação ao PP. Em 2006, no último ano do governo Lula I, o PP passou a fazer parte da base do governo, ocupando um posto ministerial. Contudo, nesse mesmo ano, não havia nenhum representante do PP no Senado Federal. No ano anterior (2005), o senador Valmir Amaral, que assumiu a vaga como suplente pelo então PMDB (atual MDB - Movimento Democrático Brasileiro), deixou o partido e migrou para o PP, porém, no ano seguinte (2006), deixou a legenda e migrou para o PTB. Portanto, na 52ª legislatura, o PP passou a ocupar, mesmo que brevemente, um assento no Senado Federal. Por esse motivo, o partido aparece plotado no gráfico 11, Lula I. Mas, inicialmente, o partido não elegeu nenhum representante para a 52ª legislatura. Acesso a biografia do ex-senador Valmir Amaral (PTB): <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1050>. Acesso em: 18 jun. 2024. Composição dos senadores da 52ª Legislatura (2003-2007): <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/52/por-uf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>61</sup> Lula I: Ideologia média agregada da coalizão: 9,00; Desvio padrão: 0,43; Ideologia do partido do presidente: 4,43. Lula II: Ideologia média agregada da coalizão: 9,74; Desvio padrão: 0,35; Ideologia do partido do presidente: 5,74.

Na transição do governo Lula II para o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (Dilma I), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), foi nesse momento que as legendas de esquerda conquistaram a maior porcentagem de assentos no Senado Federal para o período coberto por esta pesquisa, ultrapassando por uma pequena margem as legendas de direita (Gráfico 13). Os partidos de esquerda na 54ª Legislatura ocuparam 31% dos assentos no Senado, contra 29% dos partidos de direita e 40% dos partidos de centro. Apenas no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), embora por uma pequena margem, os partidos de esquerda ultrapassaram os partidos de direita na porcentagem de assentos. No entanto, os partidos de direita foram paulatinamente conquistando espaço dentro do Senado, e o número de assentos ocupados por partidos de centro foi diminuindo ao longo das legislaturas. Entre o início do segundo mandato do governo FHC II (1999) e o início do governo Bolsonaro (2019), houve um realinhamento ideológico que pode ser evidenciado pela inversão da posição entre o centro e a direita em termos de porcentagem de cadeiras ocupadas (Gráfico 12). Esse movimento reflete uma mudança nas dinâmicas de força política, possivelmente impulsionada por transformações no cenário político-eleitoral a partir do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), com origem na crise político-institucional que marcou o seu governo.

**Gráfico 12:** Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Rousseff I e II (PT) <sup>62</sup>



Os governos petistas progressivamente ampliaram sua base de apoio, incorporando partidos mais ao centro e à direita do espectro político (gráficos 11 e 12). Durante esse período, a fragmentação partidária no Senado, medida pelo NEP (Número Efetivo de Partidos, Gráfico 1), aumentou significativamente, passando de 6 para 10 entre 2003 e 2016. Quanto à diferença ideológica, expressa pelo valor da diferença entre a ideologia média da coalizão governamental e a ideologia do partido do presidente (Gráfico 13), observa-se que as coalizões formadas pelos governos petistas mantiveram uma diferença ideológica consistentemente superior em relação à mediana do período. A única exceção foi a primeira coalizão do governo Dilma I, cuja diferença ideológica esteve abaixo desse padrão.

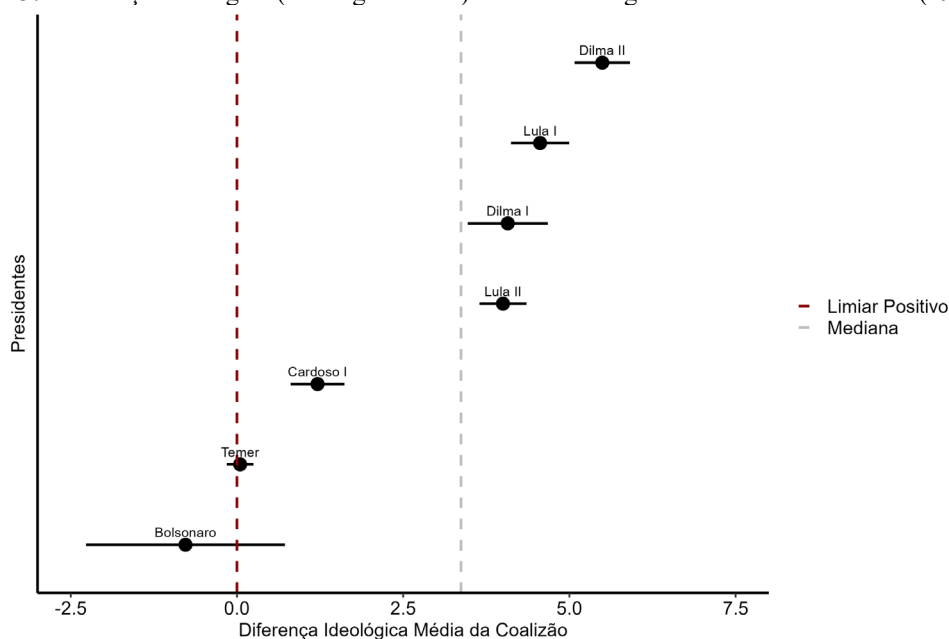
O indicador de diferença ideológica (ou heterogeneidade) das coalizões governamentais no Senado (Gráfico 13) foi construído com base na posição ideológica média dos partidos que integraram a base governista durante a formação de cada gabinete presidencial. A medida busca capturar o grau de alinhamento ideológico entre o partido do presidente e os partidos aliados, refletindo o nível de homogeneidade ou heterogeneidade ideológica em torno da coalizão. Para cada novo gabinete, calculou-se a diferença ideológica

<sup>62</sup> Partidos que não possuem mensuração ideológica não estão presentes nos gráficos. São eles: AGIR, PMB, REDE, DC, PRTB, PATRIOTA.

média entre os partidos que compuseram a base governamental e a ideologia do partido do presidente. Especificamente, a Diferença Ideológica é dada por:  $D_I = I_{MC} - I_{PP}$ . Onde:  $D_I$  representa a Diferença Ideológica,  $I_{MC}$  é a Ideologia Média da Coalizão e  $I_{PP}$  é a Ideologia do Partido do Presidente.

Os valores foram agregados por presidente, resultando na média da diferença ideológica durante cada mandato, acompanhada dos respectivos limites inferior e superior (média  $\pm$  desvio padrão). Valores próximos de zero indicam coalizões ideologicamente homogêneas, ou seja, com maior alinhamento ideológico entre os partidos da base governamental e o partido do presidente. Já valores positivos indicam que os partidos da coalizão estavam mais à direita do espectro ideológico do partido do presidente, enquanto valores negativos indicam maior presença de partidos à esquerda do partido do presidente. Portanto, quanto mais distante de zero (limiar positivo), mais heterogênea ideologicamente é a coalizão governamental.

**Gráfico 13:** Diferença ideológica (heterogeneidade) das coalizões governamentais no Senado (1999-2021).

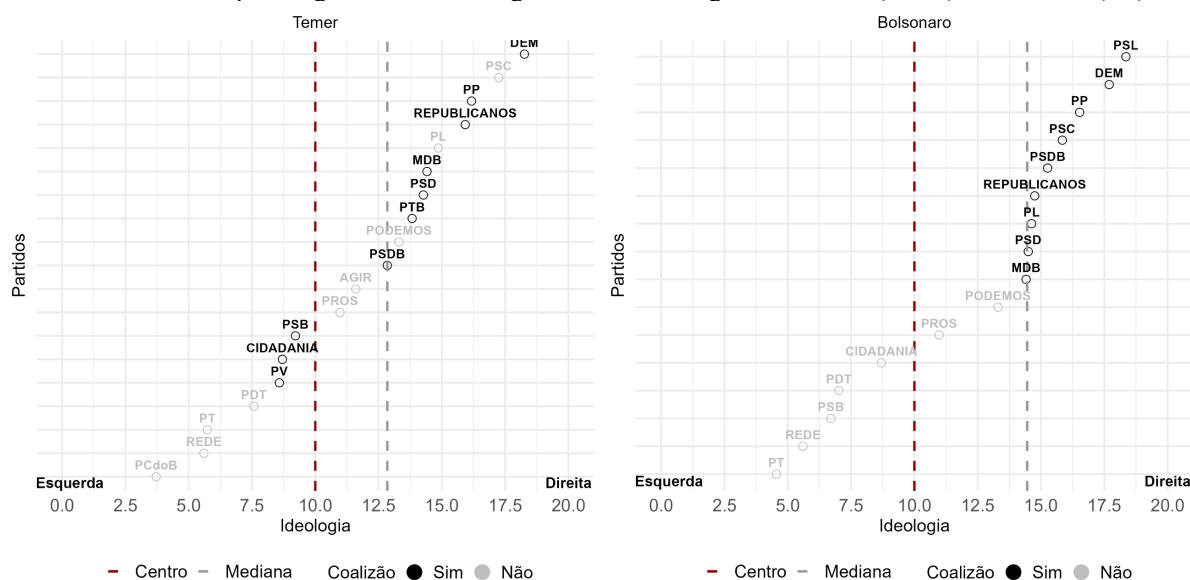


Fonte: Elaboração autor.

O governo de FHC (PSDB), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) (gráficos 10 e 14), respectivamente, apresentam coalizões com partidos mais próximos ao seu espectro ideológico em relação aos governos petistas, que montaram coalizões mais diversas

ideologicamente. No período em que Michel Temer (MDB) esteve à frente da presidência, a diferença ideológica média entre os partidos da coalizão e o seu partido, o MDB, ficou muito próxima de zero, indicando maior alinhamento ideológico. As coalizões dos governos de FHC (PSDB) e Michel Temer (MDB) se caracterizaram por um perfil de centro-direita, enquanto a coalizão de Jair Bolsonaro (PL) foi marcada por um posicionamento mais à direita, porém incorporando também partidos de centro.

**Gráfico 14:** Partidos que integraram a coalizão governamental do governo Temer (MDB) e Bolsonaro (PL) <sup>63</sup>



Assim, é possível identificar quatro perfis distintos na formação das coalizões pelos presidentes, que podem ser categorizados da seguinte maneira: 1) coalizões homogêneas – Michel Temer (MDB) apresentou uma coalizão com a menor diferença ideológica média, situando-se muito próximo ao limiar positivo. Essa característica indica que sua base de apoio estava ideologicamente alinhada ao MDB, caracterizando um perfil de homogeneidade; 2) coalizões heterogêneas – os governos petistas exibiram as maiores diferenças ideológicas médias. Os quatro mandatos dos governos do PT situaram-se significativamente acima do limiar positivo e da mediana, caracterizando a presença de partidos ideologicamente distantes do PT. Os trabalhos de Bertholini e Pereira (2017)

<sup>63</sup> O período coberto para Bolsonaro compreende de 2019 a 2021.

chamam atenção para essa característica, alertando para os custos da governabilidade diante heterogeneidade da coalizão; 3) perfil de centro-direita – o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) apresenta um perfil de coalizão mais alinhado à centro-direita, com diferenças moderadas em relação ao partido, o PSDB, confirmando as afirmações de Figueiredo et al. (1999) sobre seu governo; e, por fim, 4) perfil de direita – o governo Jair Bolsonaro (PL) apresenta uma coalizão com a presença de partidos mais à direita, porém, com alguma variação em sua composição, incluindo partidos de centro.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste capítulo, foram descritas diversas análises sobre a organização das votações, das matérias de interesse e a maneira como foram apreciadas pelos parlamentares, evidenciando os processos de disputa em torno da dinâmica entre o governo e os atores políticos e o que foi apreciado durante cada governo. Os partidos foram classificados em relação ao seu tamanho nas votações, capturando o seu peso no processo de votação e o quão influentes podem ser na disputa pela manutenção ou mudança do *status quo* via legislação. Apesar de os atores partidários não serem objetos diretos de estimação nesta pesquisa, eles são atores importantes no interior do Senado, sendo fundamentais para compreender como se estruturam as coalizões e os processos de negociação política.

Por meio das análises realizadas, destacaram-se as estratégias no processo de formação das coalizões governamentais e como os presidentes construíram maiorias legislativas diante de um cenário multipartidário e de contínua fragmentação partidária durante o período. A construção de maiorias legislativas estava intrinsecamente relacionada, para alguns governos, à necessidade de abarcar legendas com diferentes espectros ideológicos. Essas características reforçam tanto a complexidade quanto os desafios de governar em um sistema multipartidário e especialmente em contextos de alta fragmentação. Assim, mediante os resultados explorados, demonstrou-se que as diferenças ideológicas entre os partidos que compõem a base de sustentação do governo e o partido do presidente variam significativamente entre os governos.

Este capítulo contribuiu para a compreensão de aspectos fundamentais relacionados ao Senado Federal. Procurando analisar o contexto geral em que os parlamentares e os

governos estavam inseridos, considerando a distribuição das votações ao longo do tempo, o papel dos partidos como atores-chave na composição das coalizões de governo e a forma como a distribuição ideológica dos partidos nas coalizões caracterizou a formação dos governos. Assim, a partir desse panorama, buscou-se compreender a dinâmica entre os atores envolvidos no processo decisório, por meio da apresentação de um quadro amplo das votações e das diversas configurações das coalizões.

## **5 ESTIMANDO O ALINHAMENTO AO GOVERNO NO SENADO FEDERAL**

### **5.1 Técnica estatística – Equações de Estimativas Generalizadas (EEG)**

Neste capítulo emprego a técnica estatística multivariada de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) para verificar a influência de um conjunto de variáveis independentes (X) e de controle (C) sobre a variável dependente (Y). O EEG é um método adequado para estudos longitudinais, nos quais as observações de um mesmo indivíduo são realizadas em diferentes momentos, o que pode resultar em possíveis correlações entre as medições repetidas ao longo do tempo. Portanto, o EEG leva em conta a correlação existente ao ajustar uma estrutura de dependência apropriada, permitindo a obtenção de estimativas robustas e consistentes dos efeitos das variáveis independentes sobre a variável dependente<sup>64</sup> (BALLINGER, 2004; GHISLETTA; SPINI, 2004).

O foco do EEG está em modelar uma resposta média da população, em vez de modelar diretamente a estrutura de covariância de cada indivíduo, gerando respostas médias e não previsões ou ajustes individualizados (BALLINGER, 2004; COELHO FILHO, 2020; GHISLETTA; SPINI, 2004). Todos os modelos foram estimados de acordo com as seguintes especificações: distribuição Gama (Gamma), link de ligação identidade (identity) e estrutura de correlação Autorregressiva (Autoregressive) ou simplesmente AR(1). Na próxima seção (5.2), apresento um resumo dos modelos estimados por meio da técnica de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) e, na seção seguinte (5.3), exibo os resultados do modelo.

### **5.2 Modelos de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) para prever o alinhamento parlamentar em relação ao governo**

Foram estimados três modelos de Equações de Estimativas Generalizadas (GEE) para prever o alinhamento dos parlamentares em relação ao governo. O primeiro modelo (Modelo 1) inclui apenas os efeitos principais das variáveis explicativas, sem termos de

---

<sup>64</sup> Detalhes adicionais do modelo e das variáveis encontram-se na seção metodológica.

interação. Já os Modelos 2 e 3 incorporam interações entre a posição do senador em relação à coalizão governista e outras variáveis explicativas.

No Modelo 1, são analisados: a diferença ideológica entre o partido do senador e o partido do presidente ( $\beta_1$ ); a participação do parlamentar na coalizão de governo ( $\beta_2$ ); a margem de segurança eleitoral ( $\beta_3$ ); o tempo restante até o fim do mandato do parlamentar ( $\beta_4$ ); o número de mandatos já exercidos pelo parlamentar no Senado ( $\beta_5$ ); a experiência prévia em cargos eletivos ( $\beta_6$ ); a ocorrência de ano eleitoral – eleições gerais ( $\beta_7$ ); e o IDHM do estado do parlamentar ( $\beta_8$ ). A especificação do modelo é dada por:

Modelo 1:

$$\begin{aligned} \text{Alinhamento}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Diferença Ideologia}_{it} + \beta_2 \cdot \text{Coalizão}_{it} + \beta_3 \cdot \text{Margem de Segurança}_{it} \\ & + \beta_4 \cdot \text{Anos até Fim Mandato}_{it} + \beta_5 \cdot \text{Número de Mandatos}_{it} + \beta_6 \\ & \cdot \text{Experiência Eletiva}_{it} + \beta_7 \cdot \text{Ano Eleição Presidencial}_t + \beta_8 \cdot \text{IDHM}_i + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

No Modelo 2, além das variáveis presentes no Modelo 1, são adicionados dois termos de interação: entre a posição na coalizão e a diferença ideológica, representado por  $\beta_4 \cdot (\text{Coalizão}_{it} \times \text{Diferença Ideologia}_{it})$ ; e entre a posição na coalizão e a margem de segurança, representado por  $\beta_5 \cdot (\text{Coalizão}_{it} \times \text{Margem de Segurança}_{it})$ .

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \text{Alinhamento}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Diferença Ideologia}_{it} + \beta_2 \cdot \text{Coalizão}_{it} + \beta_3 \cdot \text{Margem de Segurança}_{it} \\ & + \beta_4 \cdot \text{Coalizão}_{it} \times \text{Diferença Ideologia}_{it} + \beta_5 \\ & \cdot \text{Coalizão}_{it} \times \text{Margem de Segurança}_{it} + \beta_6 \cdot \text{Anos até Fim Mandato}_{it} + \beta_7 \\ & \cdot \text{Número de Mandatos}_{it} + \beta_8 \cdot \text{Experiência Eletiva}_{it} + \beta_9 \\ & \cdot \text{Ano Eleição Presidencial}_t + \beta_{10} \cdot \text{IDHM}_i + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

Por fim, o Modelo 3 adiciona mais dois termos de interação: entre a posição do parlamentar na coalizão e os anos restantes até o fim do mandato, representado por  $\beta_6 \cdot (\text{Coalizão}_{it} \times \text{Anos até Fim Mandato}_{it})$  no modelo; e entre a posição na coalizão e o número de mandatos exercidos pelo parlamentar no Senado, representado por  $\beta_7 \cdot (\text{Coalizão}_{it} \times \text{Número de Mandatos}_{it})$ . O acréscimo desses termos interativos busca capturar o efeito dessas variáveis sobre o alinhamento parlamentar, condicionado à participação do parlamentar na coalizão governamental. A especificação completa do Modelo 3, é dada por:

Modelo 3:

$$\begin{aligned}
\text{Alinhamento}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Diferença Ideologia}_{it} + \beta_2 \cdot \text{Coalizão}_{it} + \beta_3 \cdot \text{Margem de Segurança}_{it} \\
& + \beta_4 \cdot \text{Anos até Fim Mandato}_{it} + \beta_5 \cdot \text{Número de Mandatos}_{it} + \beta_6 \\
& \cdot \text{Coalizão}_{it} \times \text{Anos até Fim Mandato}_{it} + \beta_7 \cdot \text{Coalizão}_{it} \times \text{Número de Mandatos}_{it} \\
& + \beta_8 \cdot \text{Experiência Eletiva}_{it} + \beta_9 \cdot \text{Ano Eleição Presidencial}_t + \beta_{10} \cdot \text{IDHM}_i + \varepsilon_{it}
\end{aligned}$$

Nas seções seguintes, apresento os resultados dos modelos, avalio as hipóteses e, por fim, realizo uma discussão dos principais achados da pesquisa, destacando suas implicações teóricas e caminhos para estudos futuros.

### 5.3 Apresentação dos resultados

A partir dos modelos estimados por Equações de Estimativas Generalizadas (EEG), apresentados na Tabela 6, foi possível analisar os determinantes do alinhamento parlamentar em relação ao governo no Senado Federal entre a 51ª legislatura e a metade da 56ª. Os dois modelos baseiam-se em uma distribuição gama, com *link* de ligação identidade e uma estrutura de correlação autorregressiva, permitindo capturar as relações entre as variáveis independentes e de controle com a variável dependente: *Alinhamento*, que representa o percentual médio do alinhamento parlamentar. A interpretação dos coeficientes é feita em termos de efeitos marginais diretos (média populacional). Ou seja, para cada aumento em uma covariável na população, o EEG retorna o quanto a resposta média muda (BALLINGER, 2004). Dada a função de ligação identidade, é possível interpretar os coeficientes na mesma escala da variável dependente (percentual).

Os três modelos estimam o efeito da diferença ideológica entre o partido do parlamentar e o partido do presidente, indicado pela variável *Diferença Ideologia*. Consideram também a clivagem governo–oposição, capturada pela variável *Coalizão (Não)*, além de variáveis que expressam a senioridade parlamentar e eleitorais, como *Margem de Segurança*, *Anos até Fim Mandato*, *Número de Mandatos* e *Experiência Eletiva (Sim)*. São incluídos ainda controles contextuais, como *Ano de Eleição Presidencial (Sim)* e *IDHM*, que capturam variações de natureza temporal e socioeconômica. O alinhamento com o Executivo é mensurado com base na orientação do líder do governo no Senado.

Passando para a etapa dos coeficientes, no Modelo 1, a variável *Diferença Ideologia* apresentou um resultado negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -1,97$ ;  $p < 0,001$ ). Esse resultado indica que, entre senadores da base governista, um aumento de uma unidade

na diferença ideológica entre o partido do parlamentar e o partido do presidente está associado, em média, a uma redução de 1,97 pontos percentuais no alinhamento com o governo. A variável *Coalizão* também apresentou um coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -12,64$ ;  $p < 0001$ ). Isso significa que, senadores que não pertencem à coalizão governista apresentam, em média, 12,64 pontos percentuais a menos de alinhamento com o governo nas votações, em comparação aos senadores da base governista.

Como esperado, esse resultado é consistente com a literatura, destacando a importância da coalizão governamental para o sucesso dos governos em suas iniciativas, especialmente em um sistema multipartidário como o brasileiro, em que o presidente precisa negociar apoio com diferentes partidos ideologicamente diversos (AMES, 2003; AMORIM NETO, 2006; AMORIM NETO; SANTOS, 2001; BERTHOLINI; PEREIRA, 2017a; NICOLAU, 2000; PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022; PEREIRA; MUELLER, 2003; ZUCCO; POWER, 2023).

A variável *Margem de Segurança* não apresentou significância estatística no Modelo 1 ( $\beta = 0,03$ ;  $p > 0,81$ ). Portanto, a diferença percentual de votos obtida em uma eleição, seja ela ampla ou estreita, mantidos os demais fatores constantes, não parece exercer impacto sobre o alinhamento parlamentar. A inclusão dessa variável permite avaliar se o efeito da margem de vitória eleitoral do parlamentar — medida pela diferença percentual de votos — influencia o alinhamento parlamentar em relação ao governo. Para senadores eleitos por distritos com magnitude 1 ( $M = 1$ ), a margem de segurança corresponde à diferença entre o primeiro e o segundo colocados; para distritos com magnitude 2 ( $M = 2$ ), a medida considera a diferença entre o segundo e o terceiro colocados.

A variável *Anos até Fim Mandato* apresentou um efeito positivo, mas não estatisticamente significativo ao nível de 95% ( $\beta = 0,67$ ;  $p > 0,09$ ). O coeficiente indica que, em média, a cada ano adicional de mandato, o alinhamento em relação ao governo tenderia a aumentar em 0,67 pontos percentuais. As variáveis *Número de Mandatos* e *Experiência Eletiva* não apresentaram significância estatística em nenhum dos modelos. Embora com tendências distintas, possuir mais de um mandato como senador e ter experiência política prévia, respectivamente, não exercem influência significativa sobre o alinhamento com o governo.

**Tabela 6:** Modelo de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) para prever o alinhamento parlamentar em relação ao governo.

| Coeficientes                          | <b>Modelo (1)</b><br>GEE<br><i>Distribuição Gamma,<br/>Link identidade,<br/>Correlação Autorregressiva</i> |           |            | <b>Modelo (2)</b><br>GEE<br><i>Distribuição Gamma,<br/>Link identidade,<br/>Correlação Autorregressiva</i> |           |            | <b>Modelo (3)</b><br>GEE<br><i>Distribuição Gamma,<br/>Link identidade,<br/>Correlação Autorregressiva</i> |           |            |
|---------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------|
|                                       | <i>Estimate</i>                                                                                            | <i>SE</i> | <i>p</i>   | <i>Estimate</i>                                                                                            | <i>SE</i> | <i>p</i>   | <i>Estimate</i>                                                                                            | <i>SE</i> | <i>p</i>   |
|                                       |                                                                                                            |           |            |                                                                                                            |           |            |                                                                                                            |           |            |
| (Intercepto)                          | 97,00                                                                                                      | 9,99      | < 0,00 *** | 102,15                                                                                                     | 10,51     | < 0,00 *** | 99,22                                                                                                      | 10,37     | < 0,00 *** |
| Diferença Ideologia                   | -1,97                                                                                                      | 0,24      | < 0,00 *** | -1,88                                                                                                      | 0,32      | < 0,00 *** | -1,98                                                                                                      | 0,24      | < 0,00 *** |
| Coalizão (Não)                        | -12,64                                                                                                     | 1,94      | < 0,00 *** | -17,92                                                                                                     | 3,44      | < 0,00 *** | -15,53                                                                                                     | 5,52      | 0,00 **    |
| Margem de Segurança                   | 0,03                                                                                                       | 0,11      | 0,81       | -0,35                                                                                                      | 0,13      | 0,00 **    | -0,02                                                                                                      | 0,11      | 0,80       |
| Anos até Fim Mandato                  | 0,67                                                                                                       | 0,40      | 0,09 .     | 0,83                                                                                                       | 0,41      | 0,04 *     | 0,65                                                                                                       | 0,45      | 0,14       |
| Número de Mandatos                    | 2,09                                                                                                       | 2,09      | 0,32       | 1,89                                                                                                       | 2,14      | 0,38       | 0,80                                                                                                       | 2,33      | 0,73       |
| Experiência Eletiva (Sim)             | -1,58                                                                                                      | 2,88      | 0,58       | -1,46                                                                                                      | 2,98      | 0,62       | -1,60                                                                                                      | 2,88      | 0,58       |
| Ano Eleição Presidencial (Sim)        | -3,81                                                                                                      | 1,50      | 0,01 *     | -3,76                                                                                                      | 1,53      | 0,01 *     | -3,86                                                                                                      | 1,50      | 0,01 *     |
| IDHM                                  | -41,59                                                                                                     | 16,77     | 0,02 *     | -33,29                                                                                                     | 13,13     | 0,01 *     | -30,36                                                                                                     | 13,06     | 0,02 *     |
| Diferença Ideologia x Coalizão (Não)  | -                                                                                                          | -         | -          | -0,11                                                                                                      | 0,43      | 0,80       | -                                                                                                          | -         | -          |
| Margem de Segurança x Coalizão (Não)  | -                                                                                                          | -         | -          | 0,46                                                                                                       | 0,12      | < 0,00 *** | -                                                                                                          | -         | -          |
| Anos até Fim Mandato x Coalizão (Não) | -                                                                                                          | -         | -          | -                                                                                                          | -         | -          | -0,02                                                                                                      | 0,65      | 0,97       |
| Número de Mandatos x Coalizão (Não)   | -                                                                                                          | -         | -          | -                                                                                                          | -         | -          | 2,18                                                                                                       | 2,56      | 0,39       |
| QIC                                   | 3033,3                                                                                                     |           |            | 3042                                                                                                       |           |            | 3094,2                                                                                                     |           |            |
| CIC                                   | 24,8                                                                                                       |           |            | 29                                                                                                         |           |            | 28                                                                                                         |           |            |
| Nº Observações                        | 1388                                                                                                       |           |            | 1388                                                                                                       |           |            | 1388                                                                                                       |           |            |
| Quasi Likelihood                      | -1491,8                                                                                                    |           |            | -1492                                                                                                      |           |            | -1492,8                                                                                                    |           |            |

Fonte: Elaboração autor. Nota: Significância: 0 ‘\*\*\*\*’; 0.001 ‘\*\*\*’; 0.01 ‘\*\*’; 0.05 ‘.’ 0.1; ‘.’

Em anos de eleições gerais, nos quais o presidente precisa disputar a reeleição ou apoiar um sucessor, caso esteja em seu segundo mandato, o alinhamento parlamentar em relação ao governo tende a diminuir, em média, 3,81 pontos percentuais em comparação aos demais anos. Essa relação é expressa pela variável *Ano Eleição Presidencial* ( $\beta = -3,81$ ;  $p < 0,01$ ). A variável *IDHM* apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -41,59$ ;  $p < 0,03$ ), exibindo um impacto considerável sobre o alinhamento parlamentar. Para cada acréscimo de uma unidade no IDHM do estado do senador, o alinhamento em relação ao governo diminui, em média, 41,59 pontos percentuais. Esses resultados podem sugerir que senadores oriundos de estados com maior nível de desenvolvimento humano tendem a atuar de forma mais independente em relação ao governo.

O Modelo 2 mantém as variáveis presentes no Modelo 1, porém com o acréscimo de dois termos interativos: as variáveis *Diferença Ideologia* e *Margem de Segurança* interagindo com a clivagem governo-oposição por meio da variável *Coalizão*. Como a variável *Diferença Ideologia* interage com a variável *Coalizão (Não)*, seu efeito está condicionado à posição na coalizão. Portanto, quando a variável *Coalizão* é igual a *Sim*, a cada ponto adicional de diferença ideológica, o alinhamento dos senadores diminui em média 1,88 pontos percentuais ( $\beta = -1,88$ ;  $p < 0,001$ ). Quando os senadores fazem parte da oposição, o alinhamento diminui em média 1,99<sup>65</sup> pontos percentuais. A interação entre *Diferença Ideologia* x *Coalizão (Não)* não apresentou significância estatística ao nível de 95% ( $\beta = -0,11$ ;  $p > 0,80$ ), indicando que não há efeito significativo distinto entre os senadores da oposição e os governistas. Ou seja, o efeito é similar para os dois grupos de parlamentares, mostrando que, à medida que a diferença ideológica aumenta, o alinhamento diminui de forma semelhante entre oposição e governo. O gráfico 15 exibe o efeito marginal da diferença ideológica condicionada à posição na coalizão.

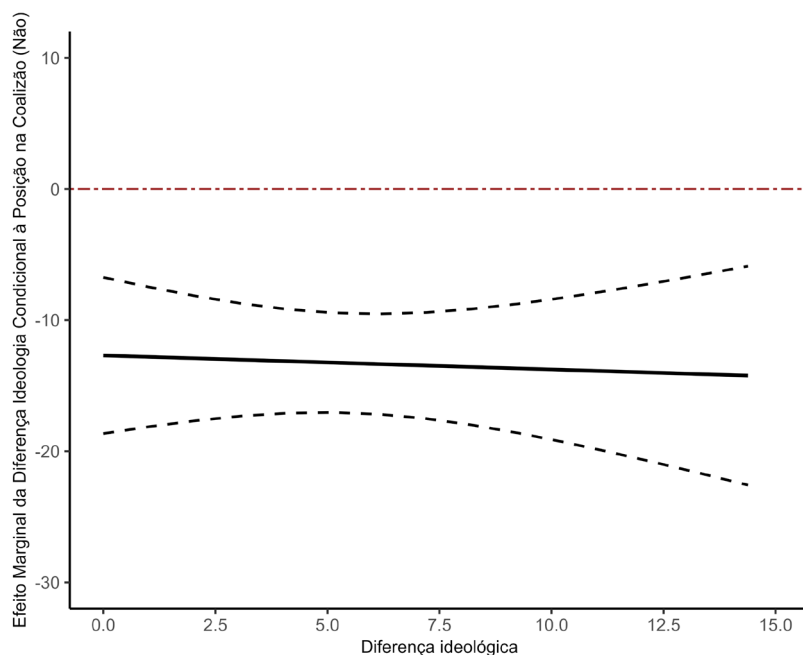
No Modelo 2, a variável *Coalizão (Não)* apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -17,92$ ;  $p < 0,001$ ). Portanto, quando *Diferença Ideológica* e *Margem de Segurança* são iguais a zero, senadores que não fazem parte da base governista apresentam, em média, 17,92 pontos percentuais a menos de alinhamento com o governo, em comparação aos parlamentares da coalizão. A variável *Margem de Segurança* também apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -0,35$ ;  $p < 0,001$ ). Como

---

<sup>65</sup> O valor: 1,99, é a soma do efeito principal mais a interação:  $-0,11 + (-1,88) = 1,99$ .

ela interage com a variável *Coalizão (Não)*, seu efeito está condicionado à posição do parlamentar em relação à base. Assim, entre os senadores da base governista, para cada ponto percentual a mais na margem de vitória eleitoral obtida na eleição, o alinhamento médio com o governo diminui 0,35 pontos percentuais.

**Gráfico 15:** Efeito Marginal da Diferença Ideologia Condicional à Posição na Coalizão (Não) – Modelo 2 (y = Alinhamento Parlamentar).

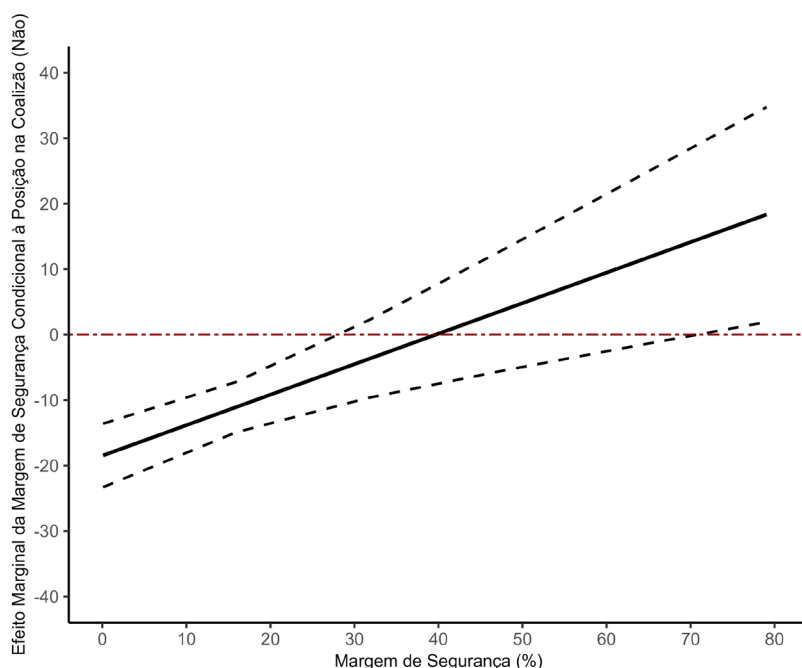


Fonte: Elaboração autor.

A interação entre *Margem de Segurança x Coalizão (Não)* apresentou significância estatística ( $\beta = 0,46$ ;  $p < 0,001$ ), evidenciando que o padrão de associação entre margem de segurança e alinhamento não é o mesmo para governistas e oposicionistas. Para margens estreitas, quando o efeito marginal é igual a 5 pontos percentuais, a diferença entre oposicionistas e governistas é igual a (-15,6). Para margens maiores, quando o efeito marginal é igual a 40 pontos percentuais, a diferença é levemente positiva para os oposicionistas (+0,72). Esses resultados sugerem que, para margens baixas, os senadores governistas tendem a ser mais alinhados em relação ao governo que os oposicionistas, mas esse padrão se reverte conforme a margem de segurança aumenta. No entanto, é importante destacar que níveis de margem superiores a 30 pontos percentuais apresentam maiores incertezas quanto à estimativa dos efeitos, uma vez que o intervalo de confiança passa a incluir o valor zero, indicando que, para níveis mais altos de margem de segurança, não é

possível afirmar de forma robusta que haja diferença estatisticamente significativa no alinhamento entre oposição e governo. No Gráfico 16 é possível observar o efeito marginal da margem de segurança eleitoral condicionada à posição na coalizão, evidenciando como a diferença de alinhamento entre os oposicionistas varia de acordo com os diferentes níveis de margem.

**Gráfico 16:** Efeito Marginal da Margem de Segurança Condicional à Posição na Coalizão (Não) – Modelo 2 (y = Alinhamento Parlamentar).



Fonte: Elaboração autor.

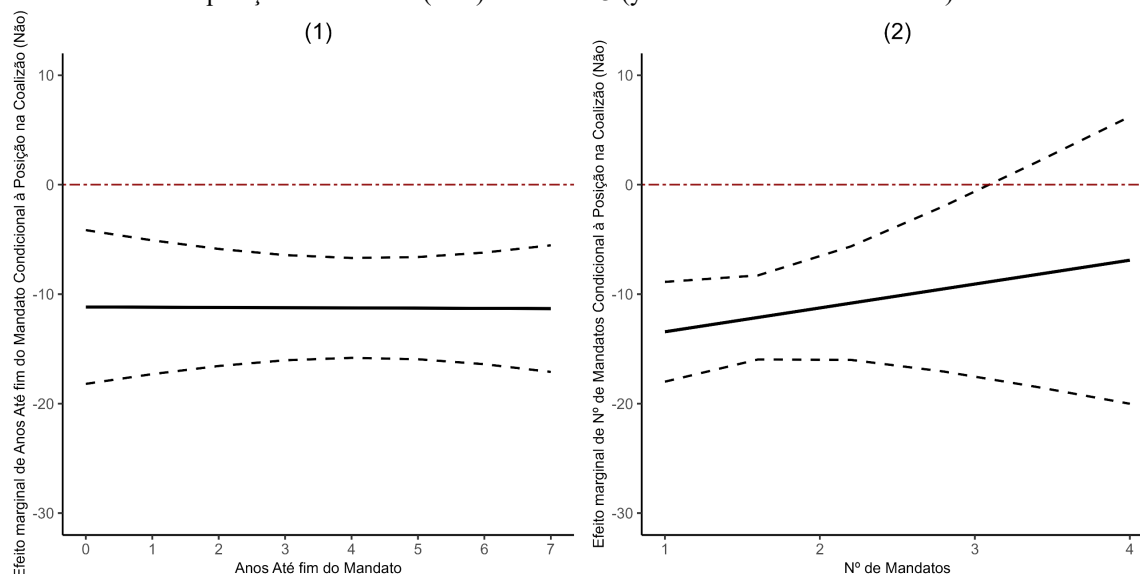
A variável *Anos até Fim Mandato*, no Modelo 2, apresentou um efeito positivo e estatisticamente significativo ( $\beta = 0,83$ ;  $p < 0,05$ ), indicando que, para cada ano adicional de mandato, os senadores apresentam, em média, 0,83 pontos percentuais a mais de alinhamento com o governo. Ou seja, os senadores tendem a votar mais alinhados ao governo à medida que se aproxima o fim do mandato. Contudo, cabe uma ressalva quanto a esse resultado. O coeficiente *Anos até o Fim do Mandato* apresentou significância estatística em apenas um dos três modelos, e mesmo assim no limite do intervalo de confiança de 95% ( $p = 0,04$ ). Portanto, esse resultado deve ser interpretado com cautela, em razão de sua baixa robustez. O coeficiente da variável *Ano Eleição Presidencial (Sim)* apresentou um efeito similar ao do Modelo 1 ( $\beta = -3,76$ ;  $p < 0,02$ ). Já o coeficiente da variável *IDHM*, no Modelo 2, apresentou um efeito menor em relação ao Modelo 1 (de  $\beta = -41,59$  para  $\beta = -33,29$ ;  $p <$

0,02). Essa diminuição da magnitude do coeficiente sugere que parte da variação inicialmente atribuída à variável *IDHM* é explicada pelas interações introduzidas no Modelo 2. Mesmo com a redução do efeito, o resultado ainda permanece substantivo, indicando que contextos socioeconômicos mais desenvolvidos estão associados a uma maior autonomia dos senadores, expressa por meio de menor alinhamento em relação ao governo.

O terceiro e último modelo (Modelo 3) incorpora todas as variáveis dos anteriores, mas introduz dois novos termos interativos em relação ao Modelo 2: *Anos até Fim Mandato x Coalizão (Não)* e *Número de Mandatos x Coalizão (Não)*. A primeira variável do modelo, *Diferença Ideologia*, apresenta coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -1,98$ ;  $p < 0,001$ ). Além disso, a magnitude do efeito é similar à dos modelos anteriores e praticamente idêntica à observada no primeiro modelo. Demonstrando que a variação explicada por *Diferença Ideologia* não foi afetada pelos termos interativos, portanto, seu efeito permanece robusto mesmo quando o modelo considera diferentes combinações de variáveis.

O coeficiente de *Coalizão (Não)* permaneceu negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -15,53$ ;  $p < 0,001$ ). No entanto, as variáveis *Margem de Segurança*, *Anos até Fim de Mandato*, *Número de Mandatos* e *Experiência Eletiva* não apresentaram significância estatística ao nível de 95% neste modelo. Já a variável *Ano de Eleição Presidencial (Sim)* apresentou significância estatística nos três modelos, mantendo a variação explicada similar aos modelos anteriores, mesmo com a adição de termos interativos, o que não afetou substancialmente sua capacidade explicativa ( $\beta = -3,86$ ;  $p < 0,02$ ). Já a variável *IDHM* manteve o seu efeito negativo e estatisticamente significativo ( $\beta = -30,36$ ;  $p < 0,03$ ). Contudo, com a adição dos termos interativos, *IDHM* perdeu parte da magnitude de seu efeito estimado, especialmente em relação ao Modelo 1 ( $\beta = -41,59$  para  $\beta = -30,36$ ), ainda que continue elevado e estatisticamente significativo. Por fim, o Gráfico 17 apresenta os efeitos marginais das interações entre *Anos até o Fim do Mandato x Coalizão (Não)* e *Número de Mandatos x Coalizão (Não)*, permitindo visualizar como a diferença de alinhamento entre governistas e oposicionistas varia em função dessas variáveis.

**Gráfico 17:** Efeitos Marginais de Anos até fim Mandato (1) e Número de Mandatos (2), condicionados à posição na coalizão (Não) – Modelo 3 (y = Alinhamento Parlamentar).



Fonte: Elaboração autor.

### 3.1 Avaliação das hipóteses

Nesta seção, retomo as hipóteses formuladas no início da pesquisa, com o objetivo de determinar quais podem ser corroboradas ou rejeitadas com base nos resultados dos modelos de Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) apresentados na Tabela 06. Um conjunto de quatro hipóteses foi elaborado para verificar a influência de um grupo de variáveis sobre o alinhamento parlamentar nas matérias de interesse do governo.

**Hipótese 1:** Quanto maior o nível de segurança eleitoral de um senador, menor será seu alinhamento com o governo, tanto entre governistas quanto entre oposicionistas.

Os resultados obtidos através dos modelos oferecem evidências parciais para a hipótese H<sub>1</sub>. Entre os senadores da base governista, a *Margem de Segurança* apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo apenas no Modelo 2 ( $\beta = -0,35$ ;  $p < 0,001$ ), sugerindo que parlamentares com vitórias eleitorais mais folgadas tendem a atuar de maneira mais independente em relação ao governo. Já entre os senadores da oposição, o efeito é positivo. No entanto, cabe destacar que, para valores altos de margem de segurança, por exemplo, superior a 30 pontos percentuais, não há diferença estatisticamente significativa entre oposicionistas e governistas. No entanto, para valores inferiores a 30 pontos percentuais, os efeitos são estatisticamente significativos. Embora a interação entre *Margem de Segurança x Coalizão (Não)* tenha sido significativa, a incerteza associada ao

efeito marginal é alta para valores acima de 30 pontos percentuais. Portanto, para níveis suficientemente altos de margem de segurança, não há diferença no alinhamento entre oposição e governo, o que impede a confirmação plena dessa hipótese. O intervalo de confiança passa a incluir o valor zero nos valores de margens a partir dos 30 pontos percentuais. Portanto, não há evidências robustas, para os valores acima desse patamar, de que a margem de segurança afete de maneira consistente o comportamento dos senadores oposicionistas e governistas.

**Hipótese 2:** Quanto maior o número de mandatos do senador, menor tende a ser o seu alinhamento com o governo.

Diante dos achados apresentados nos modelos, não é possível confirmar a hipótese H<sub>2</sub>. Em todos os modelos, a variável *Número de Mandatos* não apresentou significância estatística, seja de forma isolada, seja na interação com a variável *Coalizão (Não)*. Dessa forma, a senioridade parlamentar, medida pelo acúmulo de mandatos, não influencia de maneira significativa o alinhamento com o governo.

**Hipótese 3:** A diferença ideológica exerce um efeito negativo sobre o alinhamento parlamentar.

A hipótese 3 foi amplamente corroborada em todos os modelos. A variável *Diferença Ideologia* apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ( $\beta$  variando de -1,88 a -1,98;  $p < 0,001$ ), confirmando a previsão de que, quanto maior a distância ideológica entre o partido do senador e o partido do presidente, menor tende a ser seu alinhamento. Além disso, a interação *Diferença Ideológica x Coalizão (Não)* não apresentou significância estatística, indicando que o efeito negativo se mantém de maneira consistente tanto para governistas quanto para oposicionistas. Em resumo, independentemente da posição do parlamentar na coalizão, a diferença ideológica permanece como um fator a ser considerado na formação de maiorias presidenciais.

**Hipótese 4:** Senadores em início de mandato tendem a ser mais independentes, enquanto senadores próximos do final do mandato apresentam maior alinhamento com o governo.

Os resultados encontrados nos modelos não dão suporte à última hipótese (H<sub>4</sub>). Apenas no Modelo 2 a variável *Anos até Fim Mandato* apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo ( $\beta = 0,83$ ;  $p < 0,05$ ). E, como ressaltado anteriormente, esse

resultado deve ser visto com ressalvas, uma vez que se encontra próximo ao limite de 95% de significância. Além disso, era esperado que senadores em início de mandato exibissem um efeito negativo, já que esses senadores não se defrontam com uma nova eleição no horizonte próximo e, desse modo, deveriam ser mais independentes em relação ao governo. Portanto, esse resultado sugere uma relação oposta à prevista pela hipótese, apontando que a segurança eleitoral não necessariamente aumenta a independência parlamentar.

Em resumo, dentre as quatro hipóteses apresentadas, H1 (Margem de Segurança) foi parcialmente corroborada. H2 (Número de Mandatos) não encontrou suporte em nenhum dos modelos estimados. H3 (Diferença Ideológica) foi corroborada em todos os modelos. H4 (Anos até Fim Mandato) não foi corroborada, não encontrou suporte em nenhum dos modelos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas nesta tese evidenciam que o alinhamento dos senadores ao governo federal no Senado é explicado principalmente pela participação na coalizão governamental, pela distância ideológica em relação ao Executivo e por fatores de contexto eleitoral e socioeconômico, como o IDHM e os anos de eleição presidencial. Os resultados relevam que a margem de segurança eleitoral exerce efeito condicionado: entre os senadores governistas, margens de vitórias mais folgadas reduzem o alinhamento, mas esse padrão não se confirma de forma robusta entre os senadores oposicionistas. Já a senioridade parlamentar, medida pelo número de mandatos e pela experiência prévia em cargos eletivos, não apresentou efeito estatisticamente significativo. Os resultados referentes aos anos até o fim do mandato mostraram-se inconsistentes entre os modelos estimados, não permitindo conclusões sólidas sobre a influência da dinâmica temporal na relação entre governo e senadores.

Portanto, os resultados encontrados, reforçam que, apesar de fatores eleitorais e institucionais importarem, os mecanismos de coordenação no presidencialismo de coalizão brasileiro, mantem-se estabelecidos principalmente na clivagem governo-oposição e na dimensão ideológica, com efeitos condicionados a contextos eleitorais e socioeconômicos. Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o Senado Federal ao oferecer uma análise abrangente que integra variáveis institucionais, eleitorais e contextuais, avançando na compreensão sobre o comportamento legislativo, conexão eleitoral e das dinâmicas do presidencialismo de coalizão brasileiro.

Estudos sobre a atuação dos parlamentares no Congresso Nacional são abundantes na literatura especializada. As principais abordagens utilizam as votações nominais como *proxy* para compreender aspectos essenciais da relação entre o Executivo e o Legislativo, bem como a força e organização dos partidos. No entanto, embora as votações nominais não capturem integralmente os mecanismos informais de negociação entre o Executivo e o Legislativo, os custos envolvidos na busca de apoio legislativo e a não decisão, elas ainda são uma das principais variáveis empregadas na literatura e fornecem informações essenciais.

O direcionamento dos estudos sobre comportamento legislativo concentrou-se, em sua maioria, na Câmara dos Deputados. Acredito que isso tenha ocorrido, principalmente, devido à maior disponibilidade de acesso aos dados em comparação com o Senado. Essa limitação pode explicar o atraso, por algumas décadas, dos estudos sobre essa Casa. No entanto, mesmo com a maior possibilidade de acesso a esses dados, ainda existem restrições temporais para sua obtenção e, especialmente no caso de dados mais antigos, diversas informações estão ausentes. Obviamente, isso não impossibilitou a realização da pesquisa, mas tornou a manipulação dos dados mais custosa e exigiu maior cautela, especialmente por se tratar de um período longo de análise.

A partir da técnica de Equações de Estimação Generalizadas (GEE), foram estimados três modelos que fornecem achados relevantes e, em parte, ainda pouco explorados ou mesmo inexplorados sobre os fatores que influenciam o alinhamento dos senadores nas proposições de interesse do governo no Senado Federal. Fazer parte da coalizão governamental demonstrou ser o fator mais consistente e significativo nos três modelos apresentados, reforçando a centralidade da coalizão para a governabilidade em sistemas presidencialistas multipartidários, como já demonstrado em trabalhos anteriores (BAIÃO; COUTO; JUCÁ, 2018; BERTHOLINI; PEREIRA, 2017b; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011; VASSELAI; MIGNOZZETTI, 2014).

A diferença ideológica também demonstrou ser um determinante robusto sobre o alinhamento. Quanto maior a distância ideológica entre o partido do senador e o partido do presidente, menor tende a ser o alinhamento com o governo, tanto entre os senadores governistas quanto entre os oposicionistas. Em todos os modelos estimados, a variação do coeficiente da *Diferença Ideológica* praticamente não sofreu alteração pela adição dos termos interativos, indicando robustez mesmo quando o modelo levou em conta diferentes combinações de variáveis. Esse resultado dialoga com os achados de Pereira, Bertholini e Melo (2022), que demonstram que a incongruência ideológica entre a coalizão presidencial e a mediana do Congresso é um dos principais determinantes que explica o custo de governar em regimes presidencialistas multipartidários. Não basta que o presidente assegure uma maioria legislativa. Ao convidar partidos para compor a sua base, é fundamental considerar o quão próximos estão, em termos ideológicos, da mediana do Congresso. Ou seja, quanto maior a distância entre a coalizão e a mediana do plenário, maiores tendem a ser os custos

de gerência (PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022). Esses custos podem se expressar na distribuição de pastas ministeriais, recursos orçamentários e concessões políticas para assegurar maioria às iniciativas legislativas do Executivo (BAIÃO; COUTO; JUCÁ, 2018; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; PEREIRA; BERTHOLINI; MELO, 2022; VASSELAI; MIGNOZZETTI, 2014).

O efeito da margem de segurança eleitoral mostrou significância estatística apenas quando condicionado à posição do parlamentar em relação à coalizão. Entre os senadores governistas, aqueles eleitos com margens de vitória mais folgadas em relação ao candidato subsequente, tendem a exibir maior independência em relação ao governo. Já entre os senadores oposicionistas, o efeito se inverte. Margens menores estão relacionadas a uma maior independência; no entanto, em níveis altos de margem de segurança, não há diferença no alinhamento entre oposicionistas e governistas. No entanto, em relação a esses resultados, há uma elevada incerteza para essa estimativa, como pôde ser visto no capítulo anterior. Adicionalmente, variáveis como número de mandatos, experiência eletiva e anos até o fim do mandato não apresentaram efeitos estatisticamente significativos em todos os modelos, indicando que sua influência sobre o alinhamento é limitada.

Além disso, o ano de eleição presidencial impacta negativamente o alinhamento, reforçando que o último ano de governo tende a ser um período crítico em termos de apoio legislativo. A literatura especializada tem apontado que, em regimes presidencialistas, o apoio ao governo pode variar ao longo do seu mandato (AMORIM NETO, 2000; DARRIEUX, 2019; RAILE; PEREIRA; POWER, 2011). Essa tendência de queda ocorre especialmente em períodos eleitorais (DARRIEUX, 2019). Raile, Pereira e Power (2011) argumentam que presidentes no fim do mandato, especialmente ao se tornarem “lame ducks”, perdem capacidade de negociação e veem reduzida a eficácia de instrumentos como emendas e cargos. Portanto, o efeito observado sobre a tendência de redução do alinhamento em ano de eleição presidencial está em linha com os resultados mais amplos da literatura especializada.

O IDHM apresentou efeito negativo e estatisticamente significativo em todos os modelos. Esses resultados demonstram que senadores de estados com maior índice de desenvolvimento humano tendem a adotar posições mais independentes em relação ao governo. Esses achados dialogam com os trabalhos de Zucco (2008) e Borges (2013), que demonstram como o governismo no Brasil está associado ao apoio de eleitores mais pobres

e de estados menos desenvolvidos socioeconomicamente (BORGES, 2013; ZUCCO, 2008). Nesse sentido, políticas redistributivas ampliam os incentivos para que senadores de estados menos desenvolvidos estabeleçam relações mais próximas com o Executivo, em detrimento dos senadores de estados com maior nível de desenvolvimento. Já em estados com maior IDHM, o vínculo entre governo federal e eleitorado é menos dependente de políticas redistributivas, uma vez que a economia privada é mais robusta e menos dependente de recursos governamentais (BORGES, 2013), conferindo aos senadores desses estados maior autonomia para se distanciar das orientações governistas.

Portanto, ao utilizar o IDHM, esta tese amplia o debate sobre conexão eleitoral, comportamento legislativo e governabilidade, mostrando que, em estados com maior nível de desenvolvimento humano, onde o vínculo com políticas redistributivas tende a ser menos intenso, os senadores apresentam maior autonomia em relação ao governo, quando comparados aos parlamentares de regiões com menor índice de desenvolvimento humano. Adicionalmente, esses resultados devem ser compreendidos no contexto específico do Senado Federal. Embora deputados e senadores façam parte do Poder Legislativo, esses atores enfrentam incentivos e restrições distintos, decorrentes do sistema eleitoral, da duração dos mandatos, da senioridade e das estratégias de carreira política. Estudos futuros podem expandir essa análise para a Câmara dos Deputados, combinando variáveis semelhantes e novos controles, de forma a oferecer uma compreensão mais abrangente sobre o comportamento legislativo no Brasil.

Diante desses achados, esta tese contribui para o debate sobre o comportamento legislativo no Senado, conexão eleitoral e governabilidade ao evidenciar como fatores institucionais, eleitorais, ideológicos e socioeconômicos moldam o alinhamento parlamentar em um sistema presidencialista de coalizão multipartidário. Esta tese evidencia o papel central da coalizão governamental, da ideologia, das eleições presidenciais e das desigualdades socioeconômicas entre estados, avançando na compreensão das condições que estruturam a relação entre Executivo e Legislativo a partir de dados e variáveis ainda não explorados anteriormente.

Por fim, os resultados desta tese destacam a importância de uma análise rigorosa dos impactos das regras eleitorais, institucionais e de carreira sobre o alinhamento parlamentar, além de analisar como esses fatores influenciam a relação entre Executivo e Legislativo por meio das votações nominais. Destaco ainda a importância desta pesquisa para a ampliação

do debate sobre o Senado ao contemplar dados de mais da metade da vida democrática do país, além do ineditismo dos resultados para a compreensão do funcionamento do presidencialismo de coalizão, em especial no Senado Federal, integrando dimensões institucionais, eleitorais, ideológicas e socioeconômicas que moldam o comportamento parlamentar. Dessa forma, espero contribuir de maneira incremental para o avanço do conhecimento sobre o comportamento legislativo, por meio de uma análise empírica, replicável e sistemática dos fatores que influenciam o alinhamento parlamentar e suas implicações na relação Executivo-Legislativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Dados**, [S. l.], v. 31, p. 5–9, 1988.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. **REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE ANÁLISIS SOCIAL Y POLÍTICO**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 67–79, 2021. Disponível em: <https://ojs.unsj.edu.ar/index.php/relasp/article/view/681>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ALEMÁN, Eduardo; MIMICA, Nicolás; NAVIA, Patricio. Bicameral Lawmaking: Analysing the Choices of Revising Chambers. **Parliamentary Affairs**, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 362–381, 2022. DOI: 10.1093/pa/gsaa067. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsaa067>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ALEMÁN, Eduardo; TSEBELIS, George. Political Parties and Government Coalitions in the Americas. **Journal of Politics in Latin America**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 3–28, 2011. DOI: 10.1177/1866802X1100300101. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1866802X1100300101>. Acesso em: 25 fev. 2023.

AMES, Barry. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 406, 1995. DOI: 10.2307/2111619. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2111619?origin=crossref>. Acesso em: 9 dez. 2024.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. [s.l.] : Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, [S. l.], v. 43, p. 479–519, 2000. DOI: 10.1590/S0011-525820000003000003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/3xyyXsZD8NdvxFcSLJjbKrN/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2022.

AMORIM NETO, Octavio. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. [s.l.] : FGV Editora, 2006.

AMORIM NETO, Octavio. Cabinets and Coalitional Presidentialism. *Em*: **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. [s.l.] : Routledge, 2018.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. **Dados**, [S. l.], v. 44, p. 291–321, 2001. DOI: 10.1590/S0011-52582001000200003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/XVHbCjfvZb9QX8pLcPxjcMt/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, [S. l.], v. 46, p. 661–698, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000400002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/dados/a/3kF5dZ7FBvZz8mK5bxpD56m/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. [s.l.] : Editora Unesp, 2004.

AVELINO FILHO, George; BIDERMAN, Ciro; DESPOSATO, Scott. Sources of the Incumbency (Dis)Advantage. **Brazilian Political Science Review**, [S. l.], v. 16, p. e0004, 2021. DOI: 10.1590/1981-3821202200010003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/bpsr/a/mVpbGjCWTqx37bPzxn8FdcG/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; JUCÁ, Ivan Chaves. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], p. 47–86, 2018. DOI: 10.1590/0103-335220182502. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DBnm3psznZxrwY9ymLZDXCB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2024.

BALLINGER, Gary A. Using Generalized Estimating Equations for Longitudinal Data Analysis. **Organizational Research Methods**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 127–150, 2004. DOI: 10.1177/1094428104263672. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1094428104263672>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gestão de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. 528–550, 2017. a. DOI: 10.1590/0034-7612154969. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 11 mar. 2024.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gestão de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. 528–550, 2017. b. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/71171>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, [S. l.], v. 66, 2022. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.303. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BORGES, André. Eleições presidenciais, federalismo e política social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 28, p. 117–136, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4RDGTvSP5bXRmmR8LrDnt4w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

BORGES, André. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, [S. l.], v. 58, p. 651–688, 2015. DOI: 10.1590/00115258201555. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/mg8yfbYL784rCQVqzkYRxsh/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BORGES, André. The Illusion of Electoral Stability: From Party System Erosion to Right-Wing Populism in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 166–191, 2021. DOI: 10.1177/1866802X211005164. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1866802X211005164>. Acesso em: 29 mar. 2023.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo**. [s.l.] : Zouk, 2023.

CAREY, John M. Competing Principals, Political Institutions, and Party Unity in Legislative Voting. **American Journal of Political Science**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 92–107, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4122908>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995. DOI: 10.1016/0261-3794(94)00035-2. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261379494000352>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CHAISTY, Paul; CHEESEMAM, Nic; POWER, Timothy. Rethinking the ‘Presidentialism Debate’: Conceptualizing Coalitional Politics in Cross-Regional Perspective. **Democratization**, [S. l.], v. 21, p. 1–23, 2012. DOI: 10.1080/13510347.2012.710604.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. **Dados**, [S. l.], v. 45, p. 187–218, 2002. DOI: 10.1590/S0011-52582002000200001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/fNBZXqQcFhs53qr8GyJLN9K/?lang=pt>. Acesso em: 31 maio. 2024.

COELHO FILHO, Edvaldo Capobianco. **Equações de Estimação Generalizadas na predição da pontuação de atacantes no Cartola FC**. 2020.

COUTO, Eduardo Araujo. O presidencialismo de coalizão revisitado. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 92, p. 1–29, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/502>. Acesso em: 24 ago. 2025.

COUTO, Lucas; ALBALA, Adrián. A Coalescência Revisitada: O Cálculo Presidencial no Bicameralismo. **Dados**, [S. l.], v. 66, p. e20210159, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.304>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/DBLZXnGrZYNZRPYSKDsSGkg/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

**Curso de Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. [s.d.]. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/curso-regimento-interno-6ed>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DA SILVA JÚNIOR, José Alexandre; NASCIMENTO, Willber; LIMA, Albany Ferreira; OMENA, Widyane. Lei é lei? Maurice Duverger e as eleições para o Senado no Brasil. [S. l.], v. 14, n. 2, p. 153–180, 2020. DOI: 10.22456/1982-5269.99047.

DARRIEUX, Rodolfo. Political Institutions and the Legislative Success of Brazilian Presidents: an Analysis of the Cardoso, Lula and Rousseff Governments. **Bras. Political Sci.**

Rev., [S. l.], v. 13, n. 1, 2019. DOI: 10.1590/1981-3821201900010004. Disponível em: <https://brazilianpoliticalsciencereview.org/article/political-institutions-and-the-legislative-success-of-brazilian-presidents-an-analysis-of-the-cardoso-lula-and-rousseff-governments/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DESPOSATO, Scott W. The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 259–285, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3598633>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DESPOSATO, Scott W. Correcting for Small Group Inflation of Roll-Call Cohesion Scores. **British Journal of Political Science**, [S. l.], v. 35, n. 4, p. 731–744, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4092419>. Acesso em: 27 dez. 2022.

DESPOSATO, Scott W. The Impact of Electoral Rules on Legislative Parties: Lessons from the Brazilian Senate and Chamber of Deputies. **The Journal of Politics**, [S. l.], v. 68, n. 4, p. 1018–1030, 2006. DOI: 10.1111/j.1468-2508.2006.00487.x. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1111/j.1468-2508.2006.00487.x>. Acesso em: 30 dez. 2022.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia - Edusp**Edusp. 2018. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/teoria-economica-da-democracia/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DRUCKMAN, James N.; THIES, Michael F. The Importance of Concurrence: The Impact of Bicameralism on Government Formation and Duration. **American Journal of Political Science**, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 760–771, 2002. DOI: 10.2307/3088432. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3088432>. Acesso em: 18 out. 2022.

FENNO, Richard F. U.S. House Members in Their Constituencies: An Exploration. **American Political Science Review**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 883–917, 1977. DOI: 10.2307/1960097. Disponível em: [https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0003055400265143/type/journal\\_article](https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0003055400265143/type/journal_article). Acesso em: 23 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Government Coalitions in Brazilian democracy. **Brazilian Political Science Review**, [S. l.], v. 1, p. 182–216, 2007. DOI: 10.1590/1981-38342007000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/FRHY98nNrYcSpfGc8XVjjvy/?lang=en>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FERNANDO, Limongi; VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC. **Tempo Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 49–62, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000200004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701999000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 4 maio. 2024.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. [s.l.] : Editora FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. **A democracia brasileira : balanço e perspectivas para o século 21**,

[S. l.], 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001651450>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FIORINA, Morris P. The Case of the Vanishing Marginals: The Bureaucracy Did It. **The American Political Science Review**, [S. l.], v. 71, n. 1, p. 177–181, 1977. DOI: 10.2307/1956961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1956961>. Acesso em: 16 out. 2024.

GHISLETTA, Paolo; SPINI, Dario. An Introduction to Generalized Estimating Equations and an Application to Assess Selectivity Effects in a Longitudinal Study on Very Old Individuals. **Journal of Educational and Behavioral Statistics**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 421–437, 2004. DOI: 10.3102/10769986029004421. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/10769986029004421>. Acesso em: 7 set. 2024.

HIROI, Taeko. Sistemas eleitorais e prevaricação no congresso: comparando senadores e deputados brasileiros em casos na suprema corte. **Conexão Política**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 51–78, 2013. DOI: 10.26694/rcp.issn.2317-3254.v2e1.2013.p51-78. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/1927>. Acesso em: 22 jul. 2025.

HIROI, Taeko; RENNÓ, Lucio. Institutional and Partisan Sources of Legislative Conflict: The Brazilian Case. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2014. DOI: 10.12660/riel.v3.n1.2014.18025. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/18025>. Acesso em: 10 fev. 2023.

HØJSGAARD, Søren; HALEKOH, Ulrich; YAN, Jun. The R Package geepack for Generalized Estimating Equations. **Journal of Statistical Software**, [S. l.], v. 15, p. 1–11, 2006. DOI: 10.18637/jss.v015.i02. Disponível em: <https://doi.org/10.18637/jss.v015.i02>. Acesso em: 13 jan. 2025.

INÁCIO, Magna. Engajamento parlamentar no Brasil. *Em: O CONGRESSO POR ELE MESMO: AUTOPERCEPÇÕES DA CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG 2011, Anais [...].* [s.l.: s.n.]

IZUMI, Mauricio Yoshida. Governo e Oposição no Senado Brasileiro (1989-2010). **Dados**, [S. l.], v. 59, p. 91–138, 2016. DOI: 10.1590/00115258201672. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/GHp9LFMHsn5jVdctyW6dDvN/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

JACOBSON, Gary C.; CARSON, Jamie L. **The Politics of Congressional Elections**. [s.l.] : Rowman & Littlefield, 2019.

JR, Richard F. Fenno. U.S. House Members in Their Constituencies: An Exploration. **American Political Science Review**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 883–917, 1977. DOI: 10.2307/1960097. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/us-house-members-in-their-constituencies-an-exploration/30E53EAE8422C4C333A5406DB8CD72E0>. Acesso em: 2 out. 2024.

KELLAM, Marisa. Parties for Hire: How Particularistic Parties Influence Presidents' Governing Strategies. **Party Politics**, [S. l.], v. 21, 2013. DOI: 10.1177/1354068813487109.

KING, Gary. Replication, Replication. **PS: Political Science and Politics**, [S. l.], v. 28, p. 444–452, 1995.

KING, Gary. REPLICAÇÃO, REPLICAÇÃO. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.5380/recp.v6i2.44206. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/44206>. Acesso em: 6 fev. 2024.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. 6ª edição ed. [s.l.] : Pearson, 2016.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A CRISE ATUAL E O DEBATE INSTITUCIONAL. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 36, p. 79–97, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/KBxnHhZWWCPJ5zgJwKTTzSK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.

LLANOS, Mariana; NOLTE, Detlef. Bicameralism in the Americas: around the extremes of symmetry and incongruence. **The Journal of Legislative Studies**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 54–86, 2003. DOI: 10.1080/1357233042000246864. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1357233042000246864>. Acesso em: 9 fev. 2023.

LYNE, Mona M. Proffering Pork: How Party Leaders Build Party Reputations in Brazil. **American Journal of Political Science**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 290–303, 2008. DOI: 10.1111/j.1540-5907.2008.00313.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5907.2008.00313.x>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. [s.l.] : Mercado Aberto, 2001.

MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia. Out of the Cabinet: What Drives Defections From the Government in Presidential Systems? **Comparative Political Studies**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 62–90, 2012. DOI: 10.1177/0010414011421306. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414011421306>. Acesso em: 14 set. 2025.

MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection**. [s.l.] : Yale University Press, 1974.

MELLO, Eduardo; SPEKTOR, Matias. Brazil: The Costs of Multiparty Presidentialism. **Journal of Democracy**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 113–127, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/690080>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. [s.l.] : Editora UFMG, 2007.

MELO, Natália Maria Leitão De; BATISTA, Mariana. Diferentes, mas iguais? Padrões de disciplina partidária na Câmara e no Senado. **Revista Política Hoje**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3791>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MORAIS, Leonardo Rodrigues De. **Manda quem pode? a influência do perfil dos líderes de bancada na disciplina de proposições na Câmara dos Deputados (2007-2014)**. Dissertação. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MORAIS, Leonardo Rodrigues De; JÚNIOR, José Alexandre da Silva; FILHO, Ranulfo Paranhos dos Santos. Poderosos Chefões: A influência do perfil do líder sobre a disciplina da bancada. **Revista Debates**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 169–194, 2018. DOI: 10.22456/1982-5269.79508. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/79508>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MORAIS, Leonardo Rodrigues De; NASCIMENTO, Willber; JÚNIOR, José Alexandre da Silva; FILHO, Ranulfo Paranhos dos Santos; LIMA, Albany Ferreira. A NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, [S. l.], p. 54–71, 2019. DOI: 10.51206/e-legis.v12i30.517. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/517>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? **Dados**, [S. l.], v. 49, p. 269–299, 2006. DOI: 10.1590/S0011-52582006000200002. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/GSLwgWltwNXBjk5Zrd4Ykmd/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. **Dados**, [S. l.], v. 54, p. 289–318, 2011. DOI: 10.1590/S0011-52582011000200003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/TQDyL7BfNpsmdg3VrDyY5xH/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2022.

NEIVA, Pedro Robson Pereira; SOARES, Márcia Miranda. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 28, p. 97–115, 2013. DOI: 10.1590/S0102-69092013000100007. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZGmmLJMcdgGJpnPHF8cDc8G/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, [S. l.], v. 43, p. 709–735, 2000. DOI: 10.1590/S0011-52582000000400004. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/nmRsGqXB3MRDfcBxTXJhDnQ/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. [s.l.] : Editora FGV, 2015.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 36, p. 129–147, 1995. DOI: 10.1590/s0102-64451995000200008.

NORT, DOUGLASS C. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. 2018. Acesso em: 22 mar. 2024.

OLSON, Mancur. **Lógica da Ação Coletiva, A: Os Benefícios Públicos e Uma Teoria dos Grupos Sociais** - EduspEdusp. 2011. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/logica-da-acao-coletiva/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAULA, Carolina De. Representantes dos estados? Um estudo sobre a representação política dos senadores brasileiros. *[S. l.]*, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/25427230/Representantes\\_dos\\_estados\\_Um\\_estudo\\_sobre\\_a\\_representa%C3%A7%C3%A3o\\_pol%C3%ADtica\\_dos\\_senadores\\_brasileiros](https://www.academia.edu/25427230/Representantes_dos_estados_Um_estudo_sobre_a_representa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_dos_senadores_brasileiros). Acesso em: 31 ago. 2025.

PEREIRA, Carlos; BERTHOLINI, Frederico; MELO, Marcus. ‘Congruent We Govern’: Cost of Governance in Multiparty Presidentialism. **Government and Opposition**, *[S. l.]*, v. 58, p. 1–19, 2022. DOI: 10.1017/gov.2022.15.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, *[S. l.]*, v. 46, p. 735–771, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000400004. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/msFYCm8hfrxNn7zxpBwkRvL/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, *[S. l.]*, v. 44, p. 133–172, 2001. DOI: 10.1590/S0011-52582001000200004. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dados/a/cQsQ7GhP84S53fp64b5V63F/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, *[S. l.]*, v. 27, p. 664–683, 2007. DOI: 10.1590/S0101-31572007000400010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/NbLsLqGMrdkSTDzYdNHWbdr/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PETROCIK, John R.; DESPOSATO, Scott W. Incumbency and Short-Term Influences on Voters. **Political Research Quarterly**, *[S. l.]*, v. 57, n. 3, p. 363–373, 2004. DOI: 10.2307/3219847. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3219847>. Acesso em: 20 set. 2024.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. **Political Research Quarterly**, *[S. l.]*, v. 64, n. 2, p. 323–334, 2011. DOI: 10.1177/1065912909355711. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1065912909355711>. Acesso em: 10 fev. 2023.

**Regimento Interno - Senado Federal**. [s.d.]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/regimento-interno>. Acesso em: 19 nov. 2022.

REY, Beatriz. O Congresso e o balanço de poder no Brasil. *[S. l.]*, v. Volume 12, 2023. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/arquivos/nov-23/JoD-nov23-completo.pdf>.

RIBEIRO, Pedro Floriano; LOCATELLI, Luís; ASSIS, Pedro Paulo De. “*Acompanho o Meu Partido*”: Organização Partidária e Comportamento Legislativo no Brasil. **Dados**, *[S. l.]*, v. 65, 2022. DOI: 10.1590/dados.2022.65.4.276. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/dados/a/JHr9DVLGBHgSJ5M7XG75RWM/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RUBIATTI, Bruno de Castro. Sistema de resolução de conflitos e o papel do Senado como Câmara revisora no bicameralismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], p. 35–74, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172302>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/rXxbnrR48Br68XQ4ZnHHXHw/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

SAIEGH, Sebastian M. Avaliação das taxas de sucesso legislativo dos chefes do executivo. *Em: LEGISLATIVO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA*, 2009, ISBN 978-85-7041-801-2, PÁGS. 135-155 2009, **Anais [...]**. *Em: LEGISLATIVO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA*. : Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p. 135–155. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5031258>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SAMUELS, David J.; LUCAS, Kevin. A coerência ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. *Em: POWER*, Timothy; ZUCCO, Cesar (org.). **O Congresso por ele mesmo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SANTOS, Vinicius; LOPES, Dawisson Belém. Confirmação: o Lugar do Senado Federal na Política Externa Brasileira da Nova República. **Dados**, [S. l.], v. 66, p. e20200243, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.290>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xTyKzC9T9wNj9HWbPfWp3cP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SHUGART, Matthew Soberg. The Inverse Relationship Between Party Strength and Executive Strength: A Theory of Politicians' Constitutional Choices. **British Journal of Political Science**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 1–29, 1998. DOI: 10.1017/S0007123498000088. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/inverse-relationship-between-party-strength-and-executive-strength-a-theory-of-politicians-constitutional-choices/EBD95AA039654AA6CC670D8AEA6481B8>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. [s.l.] : Cambridge University Press, 1992.

SIEBERER, Ulrich. Party Unity in Parliamentary Democracies : A Comparative Analysis. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://kops.uni-konstanz.de/handle/123456789/16272>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA JUNIOR, José Alexandre Da; MORAIS, Leonardo Rodrigues; PARANHOS, Ranulfo; LIMA, Albany Ferreira. The Presence of Incumbents Electoral Competition and Reelection in Brazil (1990-2014). **Brazilian Political Science Review**, [S. l.], v. 14, p. e0003, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/TxtK3FxfhmWnFMg8rDhfhq6r/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas**. [s.l.] : Editora FGV, 2014.

VASSELAI, Fabricio; MIGNOZZETTI, Umberto G. O Efeito das Emendas ao Orçamento no Comportamento Parlamentar e a Dimensão Temporal: Velhas Teses, Novos Testes. **Dados**, [S. l.], v. 57, p. 817–853, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201425>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/qZsZ5Jrf3XGmkk4Jgf7HCkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ZUCCO, Cesar. The President’s “New” Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil’s 2006 Presidential Elections. **Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 29–49, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40056625>. Acesso em: 2 set. 2025.

ZUCCO, Cesar. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. **The Journal of Politics**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 1076–1092, 2009. DOI: 10.1017/S0022381609090896. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381609090896>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System. **Comparative Politics**, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 477–500, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27090037>. Acesso em: 6 fev. 2024.

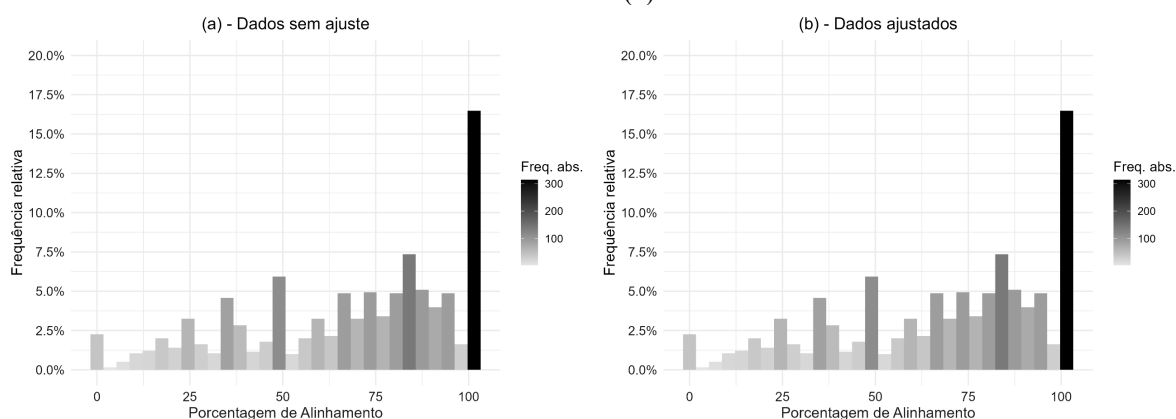
ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. **The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: Coalitional Presidentialism Under Stress**. Rochester, NY, 2023. DOI: 10.2139/ssrn.4470209. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=4470209>. Acesso em: 29 abr. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDECE A – AJUSTE DA VARIÁVEL ALINHAMENTO PARA DISTRIBUIÇÃO GAMA

O Gráfico 18 apresenta a distribuição da variável dependente (Alinhamento) antes e após o ajuste, enquanto a Tabela 7 exibe as medidas resumo da variável dependente para os dois casos. Observa-se, tanto no gráfico quanto na tabela, que não houve alterações significativas nas estatísticas resumo após o ajuste. Como o incremento nos dados foi muito pequeno (0,0001 – acréscimo correspondente ao décimo milésimo), suponho que essa modificação não deve gerar consequências indesejáveis para a estimação dos coeficientes do modelo, uma vez que não houve alterações nas principais medidas resumo, como a média, mediana, 1º e 3º quartis, e na medida de dispersão dos dados (desvio padrão).

**Gráfico 18:** Histograma da distribuição da variável dependente (Y). Distribuição sem ajuste (a) e ajustada (b) – modelo (1)



Fonte: Elaboração autor.

Em resumo, visualmente não houve alteração entre as duas distribuições e as medidas resumo permanecem idênticas, exceto pelo valor mínimo, como expresso na tabela 1. Por último, o Gráfico 19 exibe a dispersão e o coeficiente de correlação entre a variável dependente sem o ajuste (a) e após o ajuste (b). O gráfico de dispersão ajuda a visualizar a relação entre a variável original e a modificada, permitindo a identificação de possíveis pontos (casos) que possam ter se desviado após o ajuste na variável dependente.

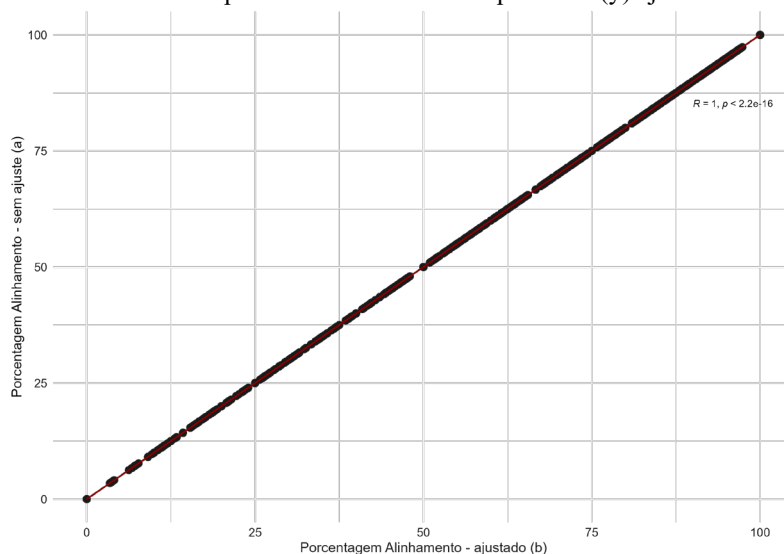
**Tabela 7:** Medidas resumo da variável dependente (Y): porcentagem alinhamento – para os dados sem ajuste e ajustados – modelo (1).

| Valor          | Mínimo | 1º quartil | Mediana | Média | Desvio padrão | 3º quartil | Máximo | Observações |
|----------------|--------|------------|---------|-------|---------------|------------|--------|-------------|
| Sem ajuste (a) | 0,00   | 47,62      | 75,00   | 67,13 | 28,20         | 91,67      | 100    | 1.905       |
| Ajustados (b)  | 0,0001 | 47,62      | 75,00   | 67,13 | 28,20         | 91,67      | 100    | 1.905       |

Fonte: Elaboração autor.

Visualmente, não é possível identificar pontos que se desviem da linha de tendência, o que indica um ajuste perfeito entre as duas variáveis, a original e a modificada, que será usada para estimar o modelo. Caso houvesse algum desvio significativo, seria possível observar pontos distantes da linha, sugerindo que as modificações realizadas nas observações causaram alguma variação. A linearidade perfeita entre as duas variáveis, representada pelo coeficiente de correlação<sup>66</sup>  $r = 1$ , demonstra que o ajuste preservou a integridade dos valores originais, permitindo avançar com a execução do modelo EEG.

**Gráfico 19:** Gráfico de dispersão entre a variável dependente (y) ajustada e sem ajuste.



Fonte: Elaboração autor.

O teste de correlação de Pearson (Tabela 8) confirma que o ajuste realizado foi mínimo e não alterou significativamente a relação uniforme entre as duas variáveis, com e

<sup>66</sup> O coeficiente de correlação é uma medida que avalia a força e indica a direção de uma relação linear entre duas variáveis. Ela é representada pelo símbolo  $r$ . Os valores -1 e 1 indicam uma correlação perfeita, negativa e positiva, respectivamente, e 0 representa a ausência de correlação linear (LARSON; FARBER, 2016).

sem ajuste. Portanto, todos os resultados apresentados indicam que o ajuste aplicado mantém a consistência necessária para a estimação dos modelos, permitindo o uso da distribuição gama, a qual se ajustou melhor ao modelo em comparação à distribuição gaussiana.

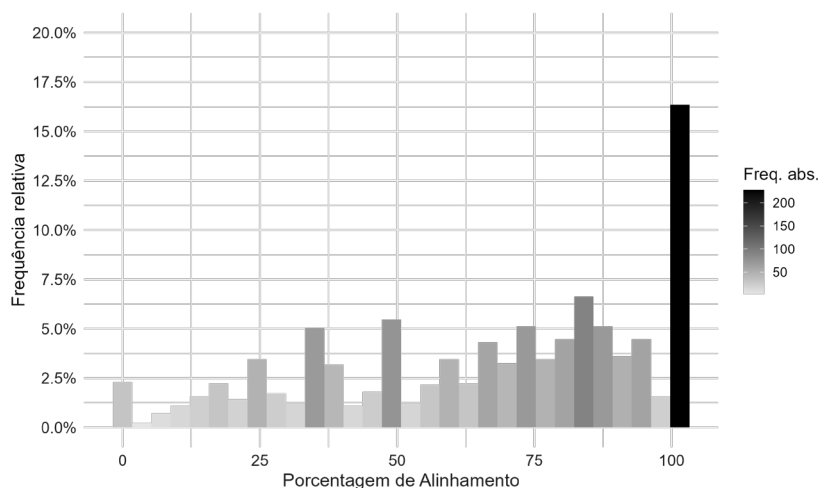
**Tabela 8:** Coeficiente de correlação entre a variável dependente com ajuste (a) e sem ajuste (b).

| Método  | Coeficiente de Correlação | P-valor |
|---------|---------------------------|---------|
| Pearson | 1                         | < 0,00  |

Fonte: Elaboração autor.

O Gráfico 20 mostra o histograma da distribuição da variável dependente nos modelos 1 e 2. Já a Tabela 9 exibe as medidas resumo e o número total de observações utilizadas na estimação. Após filtrar os suplentes da base de dados e manter apenas os casos com informações completas, restaram 1.388 observações. Ao comparar os descritivos com e sem a presença dos suplentes na base de dados, nota-se uma pequena diferença nos resultados das medidas resumo, exceto para os valores mínimos e máximos. Aparentemente, os suplentes elevam os valores das estatísticas resumo gerais do alinhamento.

**Gráfico 20:** Histograma da distribuição da variável dependente (Y) – modelos (1 e 2).



Fonte: Elaboração autor.

**Tabela 9:** Medidas resumo da variável dependente (Y): porcentagem alinhamento – dados ajustados modelos (2 e 3).

| Valor     | Mínimo | 1º quartil | Mediana | Média | Desvio padrão | 3º quartil | Máximo | Observações |
|-----------|--------|------------|---------|-------|---------------|------------|--------|-------------|
| Ajustados | 0,0001 | 42,09      | 72,7    | 65,8  | 28,8          | 90,9       | 100    | 1.388       |

Fonte: Elaboração autor.

## APÊNDECE B – GRÁFICO DAS VOTAÇÕES NOMINAIS DE TODOS DOS OS PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO DO SENADO (1999-2021)

**Gráfico 21:** Porcentagem de votos nominais dos partidos com representação no Senado entre 1999 e 2021

